



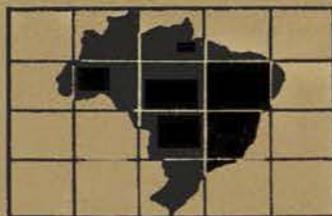
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

IBGE - CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

UMA NOVA FILOSOFIA DE ADMINISTRAÇÃO

UMA EXPERIÊNCIA DE 6 MESES

Período de 6 abril a 2 de outubro de 1964



SECRETARIA - GERAL

"Dedicamos êste trabalho a todos aquêles que, como nós, julgam ser as falhas da estatística brasileira resultantes do peccados, que, embora veniais, condenam os Podêres Públicos à permanente e malsinada improvisação."

G.S.V.

S U M A R I O

UMA NOVA FILOSOFIA DE ADMINISTRAÇÃO NA SECRETARIA- -GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

I - INTRODUÇÃO

Porque uma filosofia?
Base dos novos conceitos

II - MEDIDAS INICIAIS

Constituição de uma equipe de trabalho
Dinamismo da organização
Mobilização do funcionalismo

III - DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Medidas de planejamento
Medidas executivas
Outras medidas
Trabalhos efetuados e atividades desenvolvidas
Situação especial do Serviço Gráfico

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Generalidades
Setor de Pessoal
Setor Institucional
Setor Técnico
Setor Administrativo
Conclusões

I - INTRODUÇÃO

Por que uma filosofia?

O esforço de nossa administração está assentado na restauração moral, administrativa e técnica do órgão, baseado na contribuição que cada servidor possa dar no momento presente.

2. A Direção atual é isenta de partidarismo e descompromissada com o triste passado que violentou a tradição da obra genial de Teixeira de Freitas. Livre da política, infenso a intromissões perniciosas, dedicado exclusivamente à sua missão precípua, o CNE poderá, por certo, contribuir com notável parcela para a grandeza do Brasil.

3. Dois temas orientam a atual filosofia de trabalho: o coletivo - "Salvar o CNE para ajudar a salvar o Brasil" (Diretriz nº 1) e o individual - "O Homem livre é escravo do seu dever" (Frase-símbolo adotada oficialmente).

4. Voltamos os olhos para o futuro, buscando soluções para os nossos problemas, a fim de darmos ao Govôrno e à todos os setores representativos do Poder Nacional - incluindo aí a iniciativa particular - as estatísticas que reclamam, por serem indispensáveis à tarefa de cada um.

5. Todo o esforço da administração da Secretaria-Geral do CNE tem produzido já auspiciosos resultados graças à proficiência e dedicação dos seus servidores e ao ponto de apoio, firme e decidido, representado pelo Presidente do IBGE, que atribuiu a este órgão a missão consubstanciada nos itens a seguir enunciados:

- a) conduzir o seu funcionamento de maneira a pôr em ordem suas atividades e promover-lhe o máximo rendimento;
- b) determinar atividades políticas e ideológicas de seus servidores, coibi-las se necessário, restaurando a tranquilidade de espírito e a segurança da coletividade ibgeana;
- c) verificar a situação administrativa atual e progressa, determinando possíveis irregularidades, causas, circunstâncias e efeitos;
- d) determinar eventuais desvios funcionais no órgão, causas, circunstâncias e efeitos.

6. A missão atribuída a esta Secretaria-Geral pela Presidência do Instituto, o que levava em conta a grave conjuntura nacional, reclamava condições especiais de execução e um novo método de trabalho a ser adotado no âmbito interno, para a sua consecução. A fim de regular as ações decorrentes da decomposição da missão geral conferida a esta Secretaria-Geral, passaram a ser por ela baixadas Diretrizes, documentos nos quais se contém a doutrina a ser adotada na consecução dos objetivos colimados, porém, não traduzem ordens de execução, mas o conceito em que as mesmas se apoiam.

7. A adoção de métodos diversos dos então usuais na Administração da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística é um "esforço para generalizar, aprofundar, refletir e explicar", num plano elevado, o que deve ser feito em termos de "nova filosofia", sem agredir às regras da semântica no que toca ao uso do vocábulo.

Bases dos novos conceitos

8. Assim é que, desde logo, foi baixada a Diretriz nº 1, de significativa importância doutrinária - pósto que ali se estabelecia a filosofia da nova Administração - documento no qual foram emitidos os conceitos basilares que iriam nortear o comportamento de todos os servidores desta Secretaria-Geral, em seus diferentes escalões, o cuja reprodução parcial é aqui feita.

9. Relações chefes e subordinados - "O companheirismo não exige fraquezas. A energia não medra violências. O respeito não prescinde da amizade. O espírito ibgoano não compactua com os desmandos. Dentro desses conceitos, há que haver entre chefes e subordinados a compreensão mútua de seus deveres, sem ferir melindres, e com o alevantado propósito de bem servir à Instituição".

10. Chefia e liderança - (1) Exemplo, confiança e entusiasmo - "A hora presente exige que os chefes, em todos os escalões, sejam autênticos líderes de seus subordinados, unindo-os por força de um ideal e conduzindo-os pelo coração, pela fé e pela compreensão. Só pelo exemplo o chefe desperta a admiração e o desejo de ser imitado. Só conquista a confiança do subordinado aquele que confia em si próprio. Só quem exerce com entusiasmo seu trabalho diário pode contaminar seus subordinados de igual sentimento.

(2) Persuasão, sugestão e coação - A conduta do chefe-líder obriga a que êle use normalmente a persuasão, ocasionalmente a sugestão e excepcionalmente a coação. Essas três etapas visam em última análise a persuadir, sugerir ou coagir seus subordinados ao cumprimento de seus deveres. O "bom moço" como chefe ou como líder, só conduz aqueles comprometidos com os aspectos negativos que se procura banir da vida pública do País.

(3) Disciplina consciente - Se parece importante a disciplina ostensiva, exteriorizada por atos, não é menor aquela decorrente da atitude mental do subordinado para com os ditames da obediência, convencido de que deve agir conscientemente. A disciplina vista por êsse prisma deve ser uma decorrência da moral do subordinado, que a interpreta com justiça e a admite sem subsorviência ou lisonja e com lealdade e independência".

11. Probidade funcional e pessoal - "Deve ser considerado definitivamente extirpado o cancro da desonestidade que corrói a vida pública brasileira. Cada um é fiscal de si mesmo e dos outros, na preservação da probidade funcional e pessoal. Os corruptos serão responsabilizados e aliçados. Quem pode ter a cabeça erguida como homem de bem, que use os músculos e o cérebro para o trabalho comum que urge dignificar, deixando o coração para agasalhar os sentimentos de concordia e de paz frutos da tranqüilidade e da segurança da família brasileira. Quem quer salvar o Brasil que trabalhe, dentro de seu setor, por mais limitado que seja, para que isto se concretize, a curto prazo."

II - MEDIDAS INICIAIS

Constituição de uma equipe de trabalho

12. Ao assumir esta Secretaria-Geral apelamos para todos os servidores, no sentido de obter a cooperação geral, identificada com os propósitos de uma Administração transitória que visava a restabelecer o ritmo normal de funcionamento da repartição. Nesse sentido obtivemos aquiescência e integral apoio de diretores e chefes, que permaneceram em seus postos, atendendo, sem exceções, às ordens então emanadas.

13. Confirmados no cargo por escolha do novo Presidente do IBGE e autorização do Senhor Ministro da Guerra, estudamos dotadamente a reorganização dos quadros desta Secretaria-Geral, conforme critérios expressos em nossa Diretriz nº 1, de 23 de abril de 1964, a seguir enumerados:

- a) Competência funcional
- b) Fidelidade aos chefes e companheiros
- c) Qualidades de caráter
- d) Convicções democráticas antiextremistas
- e) Honestidade profissional

14. Consideramos, assim, vencida uma etapa de nossa atuação e agradecemos a quantos, nos cargos de direção, permitiram a curto prazo a consecução de medidas normalizadoras da vida da Instituição.

15. Em reunião procedida na sala da Presidência do IBGE, em 29 de abril, à qual compareceram todos os servidores convocados para constituir o novo corpo de ocupantes de cargos e funções de confiança, tivemos oportunidade então de discorrer sobre os objetivos da convocação, em face da gravidade da conjuntura nacional e da situação interna da repartição.

16. Dados os motivos então expostos com realismo, fizemos sentir a todos que os estava convocando, na aceção mais rígida do termo, para assumirem os cargos e funções de confiança sob a minha direção e em obediên

cia às ordens do Senhor Presidente do Instituto e fidelidade aos ideais do movimento patriótico que vinha de restituir o País ao seu destino de nação democrática, cristã e grandiosa.

17. Não podíamos, pois, nessas condições, aceitar recusas, que só seriam admissíveis em resposta a convite e não a um chamamento como aquêles que estávamos fazendo. Explicamos, em seguida, os critérios que presidiram a escolha dos servidores convocados, e que são aquêles contidos na já mencionada Diretriz nº 1.

18. Dentro desses conceitos, cada qual daria, assim, o seu concurso onde fosse ora mais indicado nas circunstâncias, não havendo razão para que alguém pudesse sentir-se diminuído na hipótese de lhe terem sido atribuídos encargos de menor hierarquia.

19. Assentamos, então, com o consenso unânime de todos os convocados, que, na forma como se procedeu às nomeações e designações, ninguém declinaria do dever de colaborar na atual fase da Administração da Secretaria-Geral, razão pela qual a autoridade superior considerava, desde já, todos a postos.

Dinamismo da organização

20. Procurando determinar o fluxo da direção das atividades e sua coordenação, a Administração desta Secretaria-Geral estabeleceu, a partir da Diretriz nº 1, a adoção das seguintes providências:

21. Programas de trabalho - Visando pôr em ordem, no mais curto prazo, as atividades da Secretaria-Geral do CNB e promover-lhes o máximo rendimento. Em decorrência de propostas solicitadas aos órgãos de execução, foi elaborado um Programa Geral para o exercício de 1964, documento esse que, além de inédito, dá um sentido objetivo aos numerosos trabalhos afetos à Administração Central e Inspetorias Regionais, estabelecendo prazos e responsabilidades.

22. Ordens gerais e particulares - As medidas necessárias ao cumprimento fiel das Diretrizes e dos programas de trabalho são tomadas em ordens gerais - de interesse de toda a organização - ou particulares - de interesse de parte da mesma - as quais poderão ser dadas em qualquer oportunidade, mesmo verbalmente, mas em princípio devem ser confirmadas por escrito, para efeito de registro. O Secretário-Geral, na qualidade de único responsável perante seus superiores por tudo o que se faz ou se deixa de fazer no âmbito desta Secretaria, se reserva o direito de dar ordens diretas, como e onde convier, a qualquer servidor. A esse cabe cumprir a ordem e dar conhecimento ao seu chefe imediato, na primeira oportunidade, para, sucessivamente, ser informada a cadeia hierárquica eventualmente postergada.

23. Visitas e inspeções - Todos os órgãos da Secretaria-Geral do CNE, sejam da Administração Central ou Regional, serão visitados ou inspecionados, dentro das disponibilidades financeiras e do tempo compatível com a situação atual. Nessas condições, deseja o Secretário-Geral manter o mais íntimo contacto com todos os servidores, auscultando sua opinião e verificando o valor de seu trabalho. Dando início a esse programa de inspeções, visitamos a Inspetoria Regional de São Paulo, no período de 22 a 29 de julho do ano em curso, assessorado por dois servidores desta Secretaria-Geral. Dita inspeção, que correspondeu a uma tomada de posição da nova administração, teve por objetivo verificar as deficiências do órgão regional, suas causas e efeitos, a fim de pôr tôrmo às falhas administrativas e técnicas observadas no funcionamento não só daquela repartição como de outras dependências desta Secretaria-Geral.

24. Reuniões periódicas - São realizadas reuniões com Diretores e autoridades de igual hierarquia, e destas com Chefes de Serviço e Seções, no nível e setor julgados necessários para os problemas a tratar, de modo que todos os escalões possam ficar perfeitamente esclarecidos dos propósitos da Administração e, ao mesmo tempo, apresentar sugestões afinadas com aquêles propósitos e que visam melhormente atendê-los. As reuniões da direção da Secretaria-Geral têm caráter regular e objetivam a discussão de assuntos constantes de uma agenda previamente distribuída; de seu desenrolar é extraída uma Resenha e a matéria dela constante, desde que tenha foros de deliberação, entra automaticamente em vigor, independentemente de qualquer outra comunicação. A resenha da Reunião é distribuída às chefias de todas as unidades da Secretaria-Geral e das Inspetorias Regionais, que se obrigam a dar conhecimento ao funcionalismo da matéria nela tratada, sempre que os assuntos sejam pertinentes aos seus interesses. O Boletim de Serviço da Secretaria-Geral e os Boletins Regionais de Serviço das Inspetorias divulgam sempre a Resenha da Reunião. As Resenhas de Reunião da Diretoria e Inspetorias Regionais são examinadas pela Inspetoria Técnica para fins de avaliação de providências e adoção de medidas decorrentes, quando é o caso.

25. Assessoria, planejamento e controle - Sendo inusitado nesta Secretaria-Geral o destaque dos órgãos de assessoria, planejamento e controle, faz-se necessário um esclarecimento sobre esta Diretriz (nº 1). Adotou-se um princípio organizativo de trabalho em que o chefe dispõe de 3 tipos de assessoria:

- Pessoal - para os assuntos de cunho pessoal e privativo, na maioria sigilosos;
- Geral - para a totalidade dos assuntos, administrativos ou técnicos;
- Especial - para assuntos específicos, altamente especializados, que exijam parecer técnico ou consulta conjunta dos responsáveis pelas atividades setoriais.

Os assessôres não dão ordens senão em nome do Chefe e por ôle autorizados, como não deôidem mas estudam, planejam e coordenam as atividades dentro das Diretrizes, Programas e Ordens baixadas pelo Secretário-Geral. Constituem, assim, os assessôres, em seu conjunto, um cérebro misto mais capaz que o mais genial dos Chefes, razão que torna tais elementos os principais mentores da obra que a todos se impõe: Salvar o CNE para ajudar a salvar o Brasil!

Mobilização do funcionalismo

26. Os novos diretores e chefes, escolhidos pelo Secretário-Geral, sem consulta prévia, foram convocados para a patriótica tarefa de conduzir este órgão dentro de nova fase da vida nacional, em que deve imperar mudança radical de costumes na gerência do bem público, visando, dentro de cada setor, a dar o máximo para a plena recuperação do País.

27. De igual modo, cada servidor foi mobilizado no sentido de conhecer e saber a finalidade de sua tarefa no objetivo comum e maior estabelecido na missão desta Secretaria-Geral. A coordenação de tarefas paralelas está sendo exercida em todos os níveis, evitando esforços desperdiçados, divergentes ou contrários, e marcando as fases da conquista dos objetivos parciais, em prazos previstos e rigorosamente cumpridos. Emponho especial tem sido dado no intuito de obter a máxima produtividade na tarefa de cada um, procurando o melhor rendimento no trabalho comum. Não se considera êsse aspecto como um estado de espírito, mas sim - o é importante compreender - uma revisão de atitudes, de conduta e da divisão de tarefas, com vistas àquele desiderato. Exige, portanto, atos objetivos, que redundem na mensuração física do aumento do labor diário, sem acréscimo das horas de trabalho.

III - DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Medidas de planejamento

28. Tendo em vista a reestruturação do IBGE, quanto ao Conselho Nacional de Estatística, e atendendo às recomendações do "Relatório Tulo Hostilio Montenegro", foram previstas várias medidas de planejamento, que se acham consubstanciadas através da constituição, por atos do Secretário-Geral, de Grupos de Trabalho e Comissões diversas, bem assim aquelas assentadas em reuniões sucessivas da Direção, conjunto de providências do qual se fará, a seguir, um resumo sucinto.

GRUPOS DE TRABALHO:

- 1) Portaria nº 118, de 1-6-64 - Elaborar anteprojeto de lei dispondo sobre a obrigatoriedade da prestação de informações nos órgãos do Sistema Estatístico Nacional.
- 2) Portaria nº 164, de 7-7-64 - Elaborar anteprojeto de emenda aditiva à Constituição Federal, com o objetivo de reservar à União competência para legislar sobre normas gerais de estatística.
- 3) Portaria nº 166, de 8-7-64 - Grupo de Trabalho de Mecanização da Contabilidade.
- 4) Portaria nº 167, de 8-7-64 - Grupo de Trabalho de Cadastro de Pessoal.
- 5) Portaria nº 184, de 31-7-64 - Elaborar anteprojeto de Decreto regulamentando a profissão do Estatístico.
- 6) Portaria nº 185, de 5-8-64 - Preparar a documentação, reunir elementos e elaborar estudos destinados ao representante do Brasil na VIII Sessão da COINS, no Panamá.
- 7) Portaria nº 186, de 5-8-64 - Examinar as propostas de adoção do Regime do Tempo Integral, na forma do Decreto nº 54 061/64.
- 8) Portaria nº 204, de 12-8-64 - Estudar e propor providências visando a disciplinar, adequar e dinamizar a elaboração e expedição de documentos de correspondência interna e externa, à elaboração, impressão e distribuição do Boletim de Serviço, ao recebimento e andamento da correspondência e dos processos e ao controle da chegada dos malotes nas Inspetorias Regionais.

COMISSÕES:

- 1) Portaria nº 85, de 8-4-64 - Examinar os atos da Administração anterior da Secretaria-Geral, sob o ponto de vista econômico e financeiro.
- 2) Portaria nº 94, de 14-4-64 - Examinar, sob o ponto de vista econômico e financeiro, os atos da Administração anterior do Serviço Gráfico do IBGE.
- 3) Portaria nº 159, de 29-6-64 - Elaborar anteprojeto de ato normativo do procedimento a ser observado pela Secretária -

ria Geral do Conselho Nacional de Estatística em decorrência do Decreto nº 53 947/64, que dispõe sobre a execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal.

- 4) Portaria nº 178, de 15-7-64 - Estudar o aproveitamento das áreas do edifício-sede.
- 5) Portaria nº 172, de 13-7-64 - Relacionar todo o material permanente inservível, para fins de alienação.

Além dessas medidas de ordem administrativa foram instituídas várias Comissões de Inquérito para apuração de fatos decorrentes de infringência das normas disciplinares.

REUNIÕES:

- 1ª) 29-4-64 - Convocação para constituição do novo corpo de ocupantes de cargos e funções de confiança. Diretrizes ns. 1 e 2.
- 2ª) 6-5-64 - Problemas de instalação e Assistência Social.
- 3ª) 22-5-64 - Exame da aplicação da Diretriz nº 3; discussão do anteprojeto de Diretriz sobre apuração de fatos atentatórios à segurança nacional e à probidade da Administração; outros assuntos.
- 4ª) 26-5-64 - Exame final do Programa Geral de Trabalho da Secretaria-Geral; fixação da frase-símbolo de norteamento da conduta do funcionalismo do Conselho; etc.
- 5ª) 4-6-64 - Exame de medidas de ordem prática tendentes a concluir dentro do menor prazo possível, os levantamentos de dados estatísticos que, por sua natureza, sejam considerados essenciais e urgentes pelos órgãos de planejamento e segurança nacional. Estabelecimento de medidas preliminares com vistas à execução integral do programa consecutiva, sob a responsabilidade direta da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, de dois Programas Nacionais de Estatística em caráter de Emergência.
- 6ª) 5-6-64 - Intensificação das medidas de Relações Públicas - internas e externas; esquematização do trabalho para reorganização e incremento das estatísticas nacionais: a) dentro da atual estrutura; b) propondo nova estrutura; c) organizar a documentação para divulgação. Outros assuntos.

- 7ª) 12-6-64 - Programação das providências para execução do Decreto nº 53 947, de 5-6-64, que revigora os Convênios Nacionais de Estatística Municipal. Outros assuntos.
- 8ª) 19-6-64 - Norma de Serviço criando o CGM - Contrôlo Geral de Missões; exame das missões de trabalho da Secretaria-Geral. Outros assuntos.
- 9ª) 3-7-64 - Exame dos projetos de Diretrizes dispendo sôbre a lotação de pessoal dos órgãos da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, sôbre a consolidação das normas de pessoal, e sôbre os documentos de trabalho na SG do CNE; exame dos projetos de Portarias criando os Grupos de Trabalho de Mecanização da Contabilidade e de Cadastro do Pessoal. Outros assuntos.
- 10ª) 10-7-64 - Exame do organograma estrutural do Serviço Gráfico e a sequência redacional para o Regimento do mesmo Serviço. Outros assuntos.
- 11ª) 17-7-64 - Esbôço do Plano de Cursos (Nacionais e Internacionais); esbôço de participação do CNE em Conferências Internacionais; esbôço dos Planos de Palestras; esbôço do Levantamento de Custos com a Estatística Oficial; esbôço da Situação das Estatísticas Nacionais; esbôço do Plano de Divulgação do Anuário Estatístico Nacional.
- 12ª) 31-7-64 - Exame do anteprojeto de Diretriz sôbre a realização de Cursos para o pessoal da SG do CNE; exame de anteprojeto de Portaria regulando as atividades de aperfeiçoamento e especialização de servidores da SG do CNE. Outros assuntos.
- 13ª) 11-8-64 - Exame do Plano de Assistência da OEA - Organização dos Estados Americanos para melhoramento da Estatística no Brasil. Outros assuntos.
- 14ª) 14-8-64 - Exame do projeto de Norma de Serviço sôbre a participação do CNE em Conferências Internacionais; exame do Plano de Palestras Técnicas. Outros assuntos.
- 15ª) 21-8-64 - Exame e discussão do Projeto de Norma do Serviço sôbre o "Ponto" do Pessoal; continuação do exame do Plano de Divulgação do Anuário Estatístico; exame e discussão do Projeto de Norma de Serviço sôbre a realização de Palestras; exame e discussão do "Projeto de Decalogo do Agente de Estatística; definição das linhas

gerais para elaboração do projeto de Norma de Serviço regulando o uso da rede de coleta; exame do Projeto da Diretriz sobre deficiências, causas e efeitos.

- 16ª) 2-9-64 - Exame e discussão da emenda apresentada pela DA ao projeto de Norma de Serviço oriunda da IT, relativo ao "Ponto" do Pessoal; exame e discussão do substitutivo de projeto sobre o Decalogo do Agente de Estatística; continuação do exame e discussão sobre o projeto de Norma de Serviço referente a Palestras.
- 17ª) 11-9-64 - Exame e discussão do anteprojeto de Diretriz sobre deficiências, causas e efeitos; exame final do projeto da Norma de Serviço referente às Palestras; exame final do projeto sobre Decalogo do Agente de Estatística; exame final do projeto de Norma de Serviço relativa ao "Ponto" do pessoal; outros assuntos.
- 18ª) 18-9-64 - Exame final do anteprojeto de Diretriz sobre deficiências, causas e efeitos. Outros assuntos: leitura do relatório da Comissão Central do Conselho Escolar do Brasil; determinação do Secretário-Geral quanto à impressão, pelo Serviço Gráfico do Decalogo do Agente de Estatística; idem, quanto à feitura de três documentos básicos, a saber: a) Relatório da administração atual refletindo a nova filosofia de trabalho, que passou a imperar no CNE a partir do 31 de março; b) Relatório das reuniões da COINS e c) Esquema de cooperação técnica e financeira multilateral a ser apresentado à Junta Coordenadora da COINS.
- 19ª) 25-9-64 - Exame do projeto de Norma de Serviço sobre estabelecimento de critérios para embalagem e distribuição dos solos de estatística; apresentação do anteprojeto de Diretriz definindo obrigações das Inspetorias para com a Administração Central e vice-versa; distribuição e conceituação dos três documentos básicos a serem elaborados por determinação do Secretário-Geral (relatórios); outros assuntos.

Medidas Executivas

29.

Diretrizes - finalidades:

DI/1 - Apresentar aos órgãos de direção da Secretaria-Geral do CNE a missão a ela atribuída pela Presidência do Instituto.

- DI/2 - Propiciar os elementos indispensáveis ao estabelecimento de um Programa do Trabalho para 1964.
- DI/3 - Intensificar a difusão de notícias e informações acôrca de iniciativas, planos, trabalhos e realizações do CNE.
- DI/4 - Lembrar ao funcionalismo da Secretaria-Geral do CNE o "dever de lealdade às instituições constitucionais e administrativas a que servir".
- DI/5 - Dispõe sôbre os documentos burocráticos de trabalho na Secretaria-Geral do CNE e dá outras providências.
- DI/6 - Obtenção de elementos que possibilitem à Secretaria-Geral do CNE fixar a lotação dos seus diversos órgãos com potentes.
- DI/7 - Consolidar as normas disciplinares aplicadas ao pessoal da Secretaria-Geral do CNE.
- DI/8 - Proporcionar aos funcionários da Secretaria-Geral do CNE oportunidade e meios de adquirir ou aperfeiçoar os conhecimentos técnicos de aplicação imediata na execução dos trabalhos que lhes são confiados.
- DI/9 - Identificar deficiências, suas causas e efeitos, para melhor diagnosticar as condições de funcionamento dos órgãos da Secretaria-Geral - Administração Central e Inspeções Regionais.

NORMAS DE SERVIÇO

- NS - 1, de 3-VII-64 - Regula o uso do BI - Bilhete Interno
- NS - 2. de 3-VII-64 - Cria no Gabinete do Secretário-Geral o CGM - Contrôlo Geral de Missões;
- NS - 3. de 13-VIII-64- Estabelece normas para a realização do "Plano de Instrução" para servidores da SG e seu contrôlo pelo GETA;
- NS - 4. de 14-VIII-64- Estabelece critérios para exame de convites formulados ao Conselho para comparecer a reuniões internacionais;
- NS - 5. de 15-VIII-64- Regula a destinação e utilização do Auditório da Secretaria-Geral do CNE;
- NS - 6. de 11-IX-64 - Regula o registro do "ponto" do pessoal da Administração Central do CNE;
- NS - 7. de 11-XII-64 - Estabelece normas para a realização de ciclos de "Conferências e Palestras" na Secretaria-Geral.

Outras medidas

Fora da rotina, que foram tomadas na Secretaria-Geral - sejam de natureza administrativa ou técnica - e não estão arroladas nos trabalhos das varias unidades:

- a) Equipamento do Serviço de Estatística para Fins Militares , que foi dotado de maquinas elétricas modernas de escrever e somar, dois mimeógrafos - um dos quais destinado a reprodução em tamanho duplo-officio, para a elaboração específica do Boletim Estatístico de Interêsse Militar - o material de consumo correspondente utilizado na confecção do aludido Boletim;
- b) Reaparelhamento das Inspetorias Regionais - na forma do disposto na Resolução AG/791-62 - mediante distribuição, às mesmas, de 57 máquinas de escrever e 13 balanças, ficando transferido para o exercício vindouro, por falta de recursos no atual, a execução do plano de fornecimento de máquinas de somar. Quanto a outros materiais permanentes, de custo mais modesto, estarão as II.RR. aptas a prover suas próprias necessidades, face à delegação de competência dada aos Inspetores pela Portaria nº 133, de 23-6-64, do Secretário-Geral;
- c) Providências para a recuperação e distribuição dos móveis e utensílios doados à Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística pela Administração do Conselho Nacional de Geografia;
- d) Atualização do Inquérito Nacional de Preços e sua análise;
- e) Divulgação da Revista Brasileira de Estatística com artigos originais de colaboradores brasileiros;
- f) Divulgação do Anuário Estatístico do Brasil de 1964 com séries internacionais e números gráficos, consoante esquema já mencionado no Plano de Divulgação do mesmo.

Trabalhos efetuados e atividades desenvolvidas

30. Sólula por unidade de trabalho da Secretaria-Geral - Administraçãõ Central e Inspetorias Regionais.
31. Diretoria de Administração - Através dos diferentes órgãos em que se subdivide, formulou 54 proposições, ofereceu 4 875 pareceres e informações, elaborou 1 689 minutas de expedientes, manteve uma correspondência interna de 1 021 peças, recebeu 8 693 papéis diversos e protocolizou 7480 outros; atendeu a 4 193 consultas sobre processos, arquivou 3 422 outros, redigiu, reviu e conferiu 1 746 minutas de expedientes, datilografou 1 698 peças diversas, rodou 1 131 estencesis, imprimiu 188 164 folhas mimeografadas e despachou 41 768 impressos.
32. No setor econômico-financeiro, foram emitidos 551 recibos e 676 empenhos, processadas 865 faturas e contas, feitas 7 327 classificações contábeis, emitidos 6 985 "vouchers" e efetuados 27 135 registros mecanizados - (Bourroughs).
33. Quanto às atividades do órgão de material, foram realizadas 143 colotas de preços, 8 concorrências administrativas e 10 públicas, emitidos 117 pedidos de material para suprimento do Almoxarifado, efetuados 136 despachos aéreos e 80 rodoviários, publicados 10 editais e efetuados 6 945 pagamentos de etapas de alimentação a pessoal subalterno; no referente aos serviços de oficina, foram os mesmos realizados em número de 42 pela carpintaria, 381 de eletricidade, 76 de hidráulica, 22 de pedreiro e 164 de conservação de máquinas.
34. O órgão de pessoal procedeu à lavratura de 168 portarias, lançou 150 apostilas, forneceu 205 declarações e 18 certidões, efetuou 217 aberturas em fichas financeiras e 28 outras diversas, concedeu no setor de assistência social 2 206 consultas médicas, 809 licenças, 786 visitas médicas domiciliares, 1 792 atendimentos em ambulatório, realizou 426 exames de laboratório, 420 atendimentos odontológico e 92 entrevistas no Setor Social.
35. Pela Tesouraria da Diretoria de Administração foram efetuados 62 remessas bancárias, 38 depósitos, emitidos 374 cheques, realizados 1 317 pagamentos no valor total de Cr\$ 1 158 725 068,60 (um bilhão, cento e cinquenta e oito milhões, setecentos e vinte e cinco mil, sessenta e oito cruzeiros e sessenta centavos), enquanto que os recebimentos, em número de 647, atingiram o montante de Cr\$ 1 078 506 368,70 (um bilhão, setenta e oito milhões, quinhentos e seis mil trezentos e sessenta e oito cruzeiros e setenta centavos).
36. Outros trabalhos - Foram adquiridas 57 máquinas de escrever para as IIRR, 15 para a Secretaria-Geral, 6 máquinas elétricas, mimeógrafos no

vos e máquinas do calcular também para a Secretaria-Geral. No setor de obras, procedeu-se à instalação de salas para a Representação dos Órgãos Filiais na JEC, para a Secretaria-Executiva do CENPEI e para os Grupos de Trabalho instituídos pela Resolução JEC-797; foram feitas novas instalações para a IT e para o auditório, sendo justo assinalar que tôdas essas obras foram realizadas com mão-de-obra do próprio CNE. Está em andamento a adaptação do prédio na rua Francisco Bicalho, onde passarão a funcionar o antigo Serviço de Coleta do Distrito Federal, uma Agência Distrital, depósito e oficinas de reparos. Acha-se, ainda, em preparo a sala onde, sob controle do funcionários do SP, serão instalados os novos relógios de ponto, para cuja compra foi aberta concorrência pública.

37. Directoria de Documentação e Divulgação - Acham-se preenchidas as 373 taboias correspondentes aos diversos capitulos do "Anuário Estatístico do Brasil - 1964", algumas das quais foram enviadas ao Serviço Gráfico; foi preparado, inicialmente, o Plano de Divulgação do Anuário em apêço, para distribuição entre os interessados e usuários da estatística.

38. Na Turma do Boletim Estatístico foram concluídos e remetidos ao Serviço Gráfico os originais dos números 85 e 86 do aludido Boletim, correspondentes aos 1º e 2º trimestres do corrente ano, achando-se em preparo o do nº 87.

39. Na Turma de Sinopses foram elaboradas as monografias de Salgueiro (PE), Morro do Chapéu (BA), Lavras (MG), Florosta (PE), Santo Amaro (BA), Campina Grande (PB), Camaquã (RS), Maricá (RJ), Cantagalo (RJ), Magé (RJ), Andrelândia (MG), São Mateus (ES), Arari (MA), Santo Antônio da Plantina (PR), Lajes (SC), Crato (CE), São Vicente Ferrer (MA), Baependi (MG), São Francisco de Assis (RS) e Jardim (CE), Atalaia (AL), Bragança Paulista (SP), Alegrete (RS), Paraíba do Sul (RJ), Itaporanga d'Ajuda (SE), Imperatriz (MA), Jardim (CE) Apucarana (PR), Alegre (ES), Itamarandiba (MG), Goiás (GO), Santa Cruz do Sul (RS), Serrinha (BA), Tobias Barreto (SE), Vitória de Santo Antão (PE).

40. Na Turma de Desenho foram elaborados organogramas, cronogramas, quadros, mapas, disticos, letreiros, cartazes, desenhos, cartogramas, gráficos, etc., os mais diversos, para atendimento dos Gabinetes, do Presidente do LBGE e do Secretário-Geral, demais Directorias e outros órgãos do Conselho.

41. Na Turma de Revisão foram corrigidas inúmeras provas das publicações Revista Brasileira de Estatística, Flagrantes Brasileiros, Revista Brasileira dos Municípios, Programa Geral de Trabalho, Estudo sobre a reorganização do Conselho Nacional de Estatística, Programa Interamericano de Estatísticas Básicas, monografias etc.

42. Pela Turma de Tradução foram transcritos para o português inúmeras cartas oriundas de Universidades e organizações especializadas estrangeiras.

ras, bem assim artigos técnicos e trabalhos outros, divulgados em publicações internacionais.

43. A Seção de Intercâmbio vendeu no balcão inúmeras publicações assim como remeteu para o interior do País, notadamente às IIRR., outras tantas com igual destinação.

44. A Seção de Informações recebeu 2 546 pedidos diversos, atendendo de forma satisfatória à quase totalidade deles; preparou 108 trabalhos especiais, para os quais reuniu 174 tabelas num total de 337 páginas datilografadas. Distribuiu, entre os interessados, 708 publicações diversas e no momento, está providenciando o atendimento de inúmeros pedidos de informações estatísticas, para os quais estão sendo os dados e confeccionadas as tabelas necessárias.

45. A Seção de Documentação desenvolveu as seguintes atividades; concluiu o preparo do "Índice alfabético remissivo dos Distritos" e o "Índice alfabético das alterações toponímicas municipais" da próxima edição da Divisão Territorial do Brasil, e reiniciou a atualização da "Genealogia municipal" relativa à Divisão Territorial do período 1955/61, com o preparo de mais de 20 000 fichas dos índices mencionados. Analisou, ainda, inúmeras peças de expediente alusivas às Resenhas Municipais e vários periódicos, para fins de divulgação na "Revista Brasileira dos Municípios" e preparo do "Índice alfabético remissivo" da aludida revista; examinou diversos exemplares dos Diários Oficiais dos Estados, preparou recortes dos jornais recebidos e várias coleções fotográficas de diferentes municípios, prosseguindo no recebimento das informações relativas aos inquéritos especiais "Informações básicas sobre os Municípios" e "Padroeiros", afetos à Seção.

46. O Ponto Focal Nacional ocupou-se em enviar páginas de formulários com informações estatísticas para os boletins mensais da FAO, ONU, IMF e CICYD, preencher com dados relativos ao Brasil páginas de questionários da UNESCO e do IASI, atender a pedidos avulsos de informações e informar e despachar processos.

47. A Biblioteca Waldemar Lopes recebeu e registrou em seu acervo obras adquiridas e obtidas por doação, elaborou e arquivou fichas para catálogos e pastas bibliográficas para manutenção dos periódicos. Na Referência e no Empréstimo, vem sendo dedicada especial atenção aos seguintes tipos de atividades: assistência aos leitores em suas pesquisas orientando-os em seus trabalhos e facilitando-lhes o material bibliográfico de que necessitam; reserva de publicações e devolução das obras emprestadas. Atendeu a mais de 800 leitores no período em foco, apresentando apreciável movimento de consultas, dentre as quais há acentuada predominância pelos assuntos atinentes à estatística e à economia, colocando-se a seguir, em ordem de interesse, os alunos à Geografia, História e Administração.

48. O Gabinete da Diretoria distribuiu à imprensa periódica 36 comunicados e 38 notícias, bem assim, 27 notas para a Agência Nacional.

49. Publicações impressas de abril a setembro/64:

- Revista Brasileira dos Municípios - 63/64
- Revista Brasileira de Estatística ns. 95/96
- Separata da Revista Brasileira de Estatística
- Separata da Revista Brasileira dos Municípios
- Estudos sobre a reorganização do CNE - Tulo Hostilio Montenegro
- Programa geral de trabalho
- Plano de Divulgação do Anuário Estatístico do Brasil
- Flagrantes Brasileiros - ns. 26, 27 e 28
- Boletim Estatístico nº 85
- Comércio Exterior do Brasil, por mercadorias, segundo os países - 1962
- Comércio Exterior do Brasil, países, segundo as mercadorias - 1962
- Comércio Exterior do Brasil, por mercadorias, segundo os países - 1963
- Mensagem a Garcia
- Política da População e previsão econômica - Estatística Demográfica nº 27
- Novas Disposições Legais do Interêsse Geral

Em andamento no Serviço Gráfico do IBGE:

- Anuário Estatístico do Brasil - 1964
- Flagrantes Brasileiros nº 29
- Revista Brasileira dos Municípios nº 65/66
- Revista Brasileira de Estatística nº 97/98
- Boletim Estatístico nº 86
- Resoluções da JEC - 1963
- Legislação Orgânica

50. Diretoria de Levantamentos Estatísticos - O Chefe do Serviço de Coleta do Estado da Guanabara integra o Grupo de Trabalho da Revisão da Rêde de Coleta, previsto pela Resolução JEC/197-64, tendo indicado para colaborar com aquele grupo uma equipe de três Chefes de Agências que elaborou sugestões para o zoneamento da rêde, neste Estado.

51. A Seção de Coordenação e Crítica, do aludido Serviço, atendendo a reiteradas solicitações do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, do Ministério da Justiça, fez o levantamento e apuração, no Presídio do Estado da Guanabara, do "Movimento Carcerário" relativo ao ano de 1963, e a pedido do mesmo órgão, iniciou o levantamento e a apuração de dados para o preenchimento do questionário Q-5.17.0 - Suicídios e Tentativas, relativo a 1962.

52. A Seção de Cadastro e Fiscalização vem atualizando o Cadastro de Logradouros, inclusive com o lançamento das novas Regiões Administrativas do Estado, tendo sido efetuados inúmeros lançamentos; foram informados vários autos de infração, com o levantamento ainda de um extrato dos informantes faltosos para com o Registro Industrial, as respectivas autuações e o montante das multas.

53. Os trabalhos realizados pelo Serviço de Coleta da Guanabara estão demonstrados, em números, nos anexos II do presente Relatório (assuntos técnicos).

54. Serviço de Inquéritos - Foram recebidos 23 365 questionários do Inquérito Nacional de Preços; 80 282 questionários da XXVIII C.E.; 70 520 dos Inquéritos Econômicos; 677 525 guias de exportação (após instituição do controle, abrangendo o período de junho à 1ª quinzena de agosto); 37 mapas de exportação dos Estados e 16 questionários de inquérito de Obras Públicas Paralizadas; criticados e codificados 22 007 questionários do Inquérito Nacional de Preços; 67 463 dos Inquéritos Econômicos; 521 900 guias de exportação; 5 000 questionários do Registro Industrial de 1961 e 11 mapas de exportação dos Estados.

55. Foram divulgados os resultados do Inquérito Nacional de Preços - Brasil de dezembro/63 a junho de 1964; as separatas relativas ao Estado da Guanabara de abril/setembro de 1964 e a separata relativa às seis capitais mais populosas do País, junho/agosto-64, retroagindo a apresentação dos resultados a janeiro; publicados os Resultados do Comércio por Vias Internas relativas a Pernambuco-1959, Rio Grande do Sul-1959/60 e Espírito Santo-1960.

56. Foram elaborados, com o assessoramento de dois membros da CEIR-U.S.A., contratados pela A.I.D., os estudos para a implantação da pesquisa da Indústria da Construção. A realização da primeira pesquisa mensal está em curso, desde a data do 1º de setembro do corrente, abrangendo inicialmente todas as capitais do País, igualmente, foi implantado o inquérito relativo à "Obras Públicas Paralizadas e Concluídas, sem Utilização" com data de referência de 1º de setembro.

57. Foram revistos os questionários da XXIX C.E. e encaminhados ao Serviço Gráfico para impressão. Apurados os resultados relativos aos seguintes inquéritos da XXVII C.E.: Automóveis e Outros Veículos Rodoviários e Empresas Telefônicas. Providenciadas diversas apurações parciais para atender às necessidades do Anuário Estatístico do Brasil.

58. Iniciada a apuração dos dados contidos no questionário de Iluminação Pública e Domiciliária XXVII C.E., já estando concluídos os de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Maranhão, Piauí e Coará.

59. A seção de Campanhas Estatísticas funcionou como Secretaria da CTRACE, provendo a todas as solicitações daquele colegiado, no tocante a feitura de relatórios, atas, quadros, etc.

60. Os dados das guias de exportação, instrumentos da pesquisa sobre a Exportação da Guanabara, do mês de novembro de 1963, estão sendo apurados pelo Serviço competente, o que permitirá um cotejo entre os resultados do plano de amostragem, que vinha sendo aplicado, e o total coletado; também já estão sendo perfuradas as informações das guias de exportação do mês de maio de 1964, com idêntica finalidade. Está sendo estudada a possibilidade de serem divulgados os resultados da pesquisa sobre a Exportação da Guanabara, relativos aos anos de 1960, 1961, 1962 e 1963, até o mês de setembro para o último, face à grande evasão das guias de exportação ocorrida no trimestre final do aludido ano.

61. Com a constituição do GETEI - Grupo Especial de Trabalho para as Estatísticas Industriais, na Secretaria-Geral do CNE, os resultados do Registro Industrial de 1961 e dos Inquéritos Econômicos relativos a 1962, serão examinados por aquele, com vistas à reformulação das pesquisas industriais em geral.

62. O Serviço de Inquéritos continuou emprestando a sua colaboração à Comissão Especial para a implantação da pesquisa sobre a Indústria da Construção, cujos trabalhos já se acham bem adiantados; o questionário destinado à pesquisa "Obras públicas paralisadas e concluídas sem utilização" foi projetado, imprimido e já distribuído.

63. Os trabalhos da Seção de Inquéritos Especiais estão se normalizando, tendo sido necessário rever o controle dos questionários das Campanhas Estatísticas, face às reclamações das Inspetorias Regionais e dos Órgãos Centrais Federais, dado que as primeiras nem sempre remetem o material à Secretaria-Geral, encaminhando-o diretamente a esses últimos.

64. Inquéritos Econômicos - O novo Plano de Levantamentos dos Inquéritos Econômicos vem, de algum tempo, necessitando de um estudo para sua Revisão. Embora a coleta dos Inquéritos de 1964 esteja sendo processada normalmente, sua apuração está suspensa, aguardando-se a conclusão dos estudos do GETEI para as decisões que se fazem necessárias. A última apuração existente refere-se ao ano de 1961 e somente para a Indústria. Estão sendo efetuados os estudos que visam a possibilidade da conclusão do ano de 1962 (somente Indústria). A qualidade do material coletado para os anos de 1963 e 1964 não dá margem a uma boa apuração, motivo por que essas apurações ficarão suspensas, pelo menos, até a conclusão dos estudos do GETEI referentes às estatísticas industriais.

65. Registro Industrial - 1961 - A apuração do Registro Industrial de 1961, também submetida aos estudos do GETEI, está em fase de revisão de críti-

ca e apuração mecânica a fim de atender à solicitação daquele grupo que pretende complementar a pesquisa.

66. Serviço de Apuração Mecânica - Os trabalhos do Serviço de Apuração Mecânica podem ser descritos resumidamente, no seguinte: Perfuração, conferência, tabulação e reprodução em mimeógrafo dos Inquéritos Econômicos, Inquérito Nacional de Preços (Brasil, Guanabara e Separata das seis Capitais mais populosas), Exportação da Guanabara e Exportação dos Estados. Os dados apurados durante esse período referem-se de março a julho de 1963, para os Inquéritos Econômicos; até julho de 1964, para o Inquérito Nacional de Preços; até novembro de 1963 para a Exportação da Guanabara e até 1962 para a Exportação dos Estados.

67. Sofreram também apuração nesse serviço os questionários do Registro Industrial de 1961 e 1962, não tendo ainda sido concluídos os trabalhos.

68. As folhas de pagamento de pessoal do CNG e CNE vêm sendo normalmente confeccionadas mecanicamente pelo S.A.M., bem como a contabilidade de cobrança da C.I.C.T.

69. Além dos trabalhos de responsabilidade da DLE, o setor de mimeógrafo do S.A.M. reproduziu, atas, quadros e relatórios da CTRACE, trabalhos da DEIC-MIC, comunicações e formulários para tabulações.

70. O S.A.M. terminou ainda, nesse período, os trabalhos de apuração sob contrato, para a Fundação Getúlio Vargas, estando sendo realizada também um trabalho de perfuração para o SEEC-MEC.

71. O Serviço de Apuração Mecânica, além das tarefas rotineiras, correspondentes às fases de apuração dos Inquéritos Econômicos, Inquérito Nacional de Preços, Exportação da Guanabara e dos demais Estados, bem assim à confecção das folhas de pagamento mensais dos dois Conselhos, colaborou ainda na contagem do número de servidores da Secretaria-Geral, por carreira e nível, e na relação dos servidores segundo o salário total e o salário do cargo, para o Serviço de Pessoal.

72. Laboratório de Estatística - No campo da demografia, o L.E., prosseguiu no cálculo das estimativas de população das Unidades da Federação, faltando estender referidos cálculos aos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná e Goiás. Deu início à elaboração de nota sobre a metodologia adotada nessas estimativas, com vistas à sua imediata divulgação, preparou o "Ensaio de determinação dos erros nas previsões acerca da população presente das Unidades da Federação em 1º de julho de 1960", para divulgação na Revista Brasileira de Estatística e divulgou o volume, "Política de População e Revisão Econômica", da série Estudos Demográficos.

73. No Setor das estatísticas culturais, prosseguiu na elaboração do estudo sobre a atividade educacional na Guanabara, com a análise do ensino primário.

74. No setor das estatísticas econômicas, concluiu e divulgou o estudo "Algumas características da Atividade Industrial do Estado da Guanabara, segundo o Censo de 1960", prosseguiu na elaboração de estudos paralelos para os Estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, e iniciou aqueles correspondentes aos do Rio de Janeiro e Pernambuco. Concluiu o estudo extra-programa sobre a "Estrutura da economia agropecuária do Estado do Espírito Santo segundo o Censo de 1960" e iniciou a revisão de estudo idêntico, já concluído, correspondente ao Estado de Sergipe, da mesma série.

75. Concluiu o estudo extra-programa sobre a "Análise da evolução dos preços de produtos alimentícios, no comércio atacadista e varejista do país", no período de janeiro de 1961 a fevereiro de 1964, prosseguiu na revisão dos cálculos necessários à elaboração "A produção agrícola, sua tendência passada e projeção futura". Realizou, ainda, os seguintes trabalhos: Análise crítica da Ação Governamental; Análise da Evolução dos principais Aspectos da Economia Brasileira no período 1959/63 e Projeção da População dos Censos Unidades da Federação, ano a ano, de 1960 a 1970.

76. Serviço de Estatística para Fins Militares - O Chefe do SEFM apresentou-se pessoalmente aos Chefes dos Estados-Maiores da Aeronáutica e da Marinha, levando-lhes exemplares do Boletim Estatístico de Interesse Militar BEIM, que também foram entregues na 5ª Seção do Estado-Maior do Exército pelo próprio Secretário-Geral. Em princípios de julho levou, igualmente, o aludido boletim ao Estado-Maior das Forças Armadas, onde foi recebido pelo General Pery Constant Bevilaqua, com o qual manteve demorada audiência, explicando a origem do BEIM e a sua organização, havendo S.Exa. demonstrado, na ocasião, particular interesse pelos assuntos da estatística nacional a cargo do IBGE.

77. De conformidade com os planos de trabalho para o Serviço de Estatística para Fins Militares e nos moldes do que preceitua a Resolução nº 818, da Assembleia Geral do CNE, é que está sendo confeccionado o Boletim de Estatística de Interesse Militar. Trata-se de um trabalho novo e original, de publicação reservada e numerada, permanentemente completada e mimeografada em papel duplo ofício. Apresenta capas móveis e cartonadas, presas por parafusos apropriados, título e número em dourado sobre couro azul marinho de muito bom efeito estético.

78. Em junho, os 48 primeiros exemplares, com 82 folhas cada, foram assim distribuídos: 30 para o Estado-Maior do Exército, 5 para o Estado-Maior da Armada, 5 para o Estado-Maior da Aeronáutica, 2 para o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, 2 para o Conselho de Segurança Nacional, 1 para

a Casa Militar da Presidência da República, 1 para a Comissão Especial de Faixa de Fronteira e 2 para o SEFM e Seção de Coleta, Crítica e Apuração.

79. Neste mês, foi completada a entrega aos Estados-Maiores das Forças Armadas do citado Boletim, com os seguintes quantitativos: Exército - 270 exemplares; Marinha - 75 exemplares e Aeronáutica - 85 exemplares.

80. Para serem incorporadas a êsses exemplares, já estão sendo enviadas aos destinatários retro mencionados, mais 91 fôlhas, sendo 3 sôbre a situação fisiográfica, 68 sôbre a econômica, 18 sôbre a cultural e 2 sôbre a administrativa e política.

81. A 13 de julho do ano em curso providenciou-se a expedição da Circular SEFM/1099, contendo instruções aos Diretores de Departamentos Estaduais de Estatística, com relação ao funcionamento das Seções de Estatística Militar, na conformidade do que dispõe a Resolução nº 818, da Assembléia-Geral do CNR.

82. A Seção de Coleta, Crítica e Apuração realizou já os seguintes trabalhos: Produção Industrial - 1963 (Inquérito Especial) - recebimento, controle e crítica dos questionários referentes às Indústrias nos Estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás.

83. Por Unidades da Federação, a Densidade Demográfica no período de 1960 a 1970. Por Empresas, Serviços ou grupos: Levantamento Cadastral das Empresas Rodoviárias para carga (com 5 e mais veículos empregados); Índices da produção de energia elétrica, segundo a origem (1958/1962). No País: Produção de gás, segundo o tipo (1958/1962); Índices da produção de gás, segundo o tipo (1952/1962).

84. Trabalhos em elaboração, na referida Seção: Produção Industrial - 1963 (Inquérito Especial) - Crítica dos questionários referentes aos Estados do Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo e Rio Grande do Sul - Por Zonas Fisiográficas, Unidades da Federação e Divisão Territorial Militar; Bibliotecas - 1962; Oficinas de Reparação - 1962; Máquinas para Terraplenagem - 1962; Automóveis e outros veículos rodoviários (passageiros e carga). Por serviços: Aeroportos e Campos de Pouso - 1962; Radiodifusão e radiotelevisão - 1962; Capacidade dos carros e vagões - 1963 (ferrovias). Por Capitais e Municípios (mais de 100 mil habitantes): Índices do custo de vida nos últimos cinco anos; Números índices de preço ao consumidor nos últimos cinco anos.

85. A Seção de Sistematização e Análise elaborou e datilografou as seguintes tabelas: Produção de sal marinho e de sal-gema, segundo a quantidade e o valor por Zonas Fisiográficas e Unidades da Federação; Produção de

sal marinho e sal-gema, por Regiões Militares, Distritos Navais e Zonas Aéreas; Características técnicas dos portos organizados, por Unidades da Federação; Pessoal de Serviço de Trânsito existente, orçamento anual e movimento, por Unidades da Federação; Reclusos em estabelecimentos penais, segundo os motivos determinantes da condenação, por Unidades da Federação; Potência instalada e produção de energia elétrica, no País, segundo algumas características.

86. Encontra-se em andamento a sistematização dos resultados contidos nas seguintes tabelas: Hospitais veterinários, segundo a finalidade, instalações, equipamentos, pessoal técnico e capacidade, por Zonas Fisiográficas e Unidades da Federação; Idem, idem, por Regiões Militares, Distritos Navais e Zonas Aéreas.

87. Estão sendo preparados os seguintes trabalhos: Transportes terrestres - veículos empregados no transporte de passageiros e carga, segundo o tipo e a capacidade por Zonas Fisiográficas, Unidades da Federação e pela Divisão Territorial Militar; Serviços Industriais de Utilidade Pública - Características das redes de esgotos sanitários, por Municípios e Unidades da Federação - 1962; Cultura - Casas de espetáculos, segundo a lotação, o número de sessões e o de espectadores, por Zonas Fisiográficas, Unidades da Federação e Divisão Territorial Militar - 1962; Sistematização dos cabeçalhos das tabelas a serem elaboradas, segundo a prioridade, para atendimento do Plano de Coleta nº 2, do Estado-Maior do Exército; Organização das Seções de Estatística Militar.

88. Inquérito Especial sobre Produção Industrial - Em 15 de junho deste ano, pela Circular S.SEFM/885, em 20 Estados e cobrindo um campo de observações constante de 670 firmas, foi lançado um inquérito especial sobre produção industrial, a pedido do Estado-Maior do Exército. O número de informantes foi restrito tendo-se em vista que apenas certos ramos de atividades industriais eram investigados. Mesmo assim, esse número elevou-se a cerca de 800, tendo em consideração que algumas firmas exploram mais de um ramo de produção. Foram distribuídos cerca de 5 000 formulários, uma vez que o preenchimento devia ser feito em 6 vias. A coleta está praticamente concluída e, até o momento, foram criticadas 372 firmas, e feitos 114 Boletins de Crítica solicitando retificações.

89. Consultoria Jurídica - No período assinalado, cerca de 300 processos foram entrada no órgão jurídico, oriundos quer dos Gabinetes do Presidente do IBGE e do Secretário-Geral do CNE, quer de outros órgãos desta Secretaria, grande parte dos quais, referindo-se a Inquéritos Econômicos, tiveram prontados os correspondentes editais de intimação de aplicação de multas pela JEC; do total recebido, aqueles processos já apreciados e com

pareceres oferecidos receberam já o encaminhamento reclamado, enquanto que mais da metade restante acha-se arquivada nas respectivas pastas de movimentação forense.

90. Desempenhou mais as seguintes atividades: instruiu informações prestadas ao Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública em mandado de segurança, e à Presidência do IBGE sobre a denúncia dos Convênios no Estado de São Paulo; solicitou ao Tribunal de Recursos suspensão das sentenças concessivas em outros mandados de segurança; credenciou junto às 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas da Fazenda Pública os Procuradores deste Instituto, para representá-lo em Juízo; elaborou Edital em que os Agentes Municipais de Estatística advertem os proprietários de empresas que exploram casas de diversões, sobre o não recolhimento, nos prazos legais, da taxa de estatística, que importará em imediato procedimento administrativo fiscal e judicial.

91. A Consultoria Jurídica colaborou, ainda, na feitura de vários expedientes, entre os quais se incluem officios ao Ministro da Fazenda, Presidentes do Banco do Brasil e Nacional de Desenvolvimento Econômico, e da Caixa Econômica Federal, remetendo relação dos Municípios onde os Convênios se acham denunciados e que, em virtude dessas circunstâncias, não se encontram em condições de obter empréstimos e financiamentos da União ou de manter transações com aquelas instituições.

92. Através de um dos seus Procuradores a Consultoria Jurídica se fez presente em Porto Alegre, durante o mês de junho, por duas vezes: na primeira, a fim de dar assistência judiciária ao IBGE, em Ação Consignatória que lhe é movida por Empresas Cinematográficas, e na segunda, para a audiência de instrução e julgamento da referida Consignatória, quando, oralmente, defendeu o Instituto na mencionada ação. Nessa ocasião, tratou pessoalmente com o Prefeito em exercício no Município da Capital, do restabelecimento dos Convênios. Também na Capital da República, no aludido mês, se fez presente um dos Procuradores a fim de tratar de assuntos do CNE junto Tribunais sediados em Brasília.

93. Foram desempenhadas, ainda, pela Consultoria Jurídica, mais as seguintes atividades: duas audiências para conferência de fotocópias nas 2ª e 4ª Varas da Fazenda Pública; interpôs apelação de sentença do Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública que julgou procedente Ação Ordinária de servidores desta Secretaria; propôs 4 ações ordinárias para cobrança de débitos para com o Serviço Gráfico, a ação executiva contra empresa fluminense de cinemas, para cobrança de taxa de estatística não recolhida; peticionou ao Dr. Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública nos autos de execução de sentença e de mandado de segurança em que são exequentes e impetrantes, respectivamente, servidores desta Secretaria, e ao Dr. Juiz de Direito de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro, pedindo a expedição de precatória con-

tra, empresa cinematográfica; elaborou Memorial a ser distribuído aos Exmos. Srs. Ministros do Tribunal Federal de Recursos, no Agravo em mandado de segurança em que o IBGE contende com a Prefeitura Municipal de São Paulo, e, finalmente, prestou assistência jurídica a servidor no interrogatório de processo em que o mesmo responde, como acusado, em Vara Criminal, incurso em artigo do Código Penal.

94. Inspetoria Técnica - Como órgão de assessoramento especial a IT tem examinado e preparado sugestões de despachos a serem proferidos nos diversos processos submetidos à decisão desta Secretaria-Geral e que implicam no exame de assuntos relativos não só à administração em geral como àqueles atinentes a pessoal e material, notadamente os referentes às aquisições efetuadas pelo Serviço Gráfico do IBGE, através das respectivas concorrências.

95. Tendo em vista a linha de ação da atual direção desta Secretaria, a Inspetoria Técnica propôs as medidas adequadas à efetivação das seguintes providências: instauração de inquérito administrativo para apurar irregularidades cometidas pela ASAMEM de Minas Gerais, e elaboração da Diretriz nº 4, destinada a fixar normas para apuração de atos atentatórios à segurança do País, no regime democrático e à proibição da Administração.

96. A Inspetoria Técnica prestou particular assistência à Missão Tulo Hostílio Montenegro, incumbida de estudar a reorganização das estatísticas nacionais. Colaborou a IT, igualmente, na elaboração de anteprojetos de decretos sobre a revitalização dos Convênios e sobre a obrigatoriedade da prestação de informações para fins estatísticos.

97. Além dessas, a Inspetoria Técnica adotou as providências preliminares para a realização do Censo dos Servidores, de que trata a Lei nº 4242/63; levou a efeito estudos para a constituição dos três Grupos de Trabalho instituídos pela Resolução JEC/797-64; coordenou a retomada dos trabalhos do Grupo Especial das Estatísticas Industriais de que trata o Decreto nº 52 690/63 e a elaboração do Programa Geral de Trabalho a ser executado pela Secretaria-Geral do CNE no corrente ano.

98. Elaborou, atendendo a solicitação de entidades interessadas, o questionário destinado ao levantamento do Censo Automobilístico do Brasil, formulário já apreciado, aliás, pela CTRACE e que será apresentado às solicitantes, as quais pretendem organizar um fundo para a realização do levantamento, no início do ano vindouro.

99. A Inspetoria Técnica elaborou, ainda, o questionário a ser utilizado na pesquisa sobre Conflitos do trabalho (greves), instrumento que se encontra em fase final de estudo e aprovação pela CTRACE.

100. Finalmente, e no desempenho das tarefas que lhe têm sido confiadas diretamente pelo Secretário-Geral, a Inspetoria Técnica vem participando

ativa e ininterruptamente no planejamento das medidas técnicas e administrativas a serem executadas pela Administração do Conselho, tendo a seu cargo a Secretaria das reuniões de Diretoria deste órgão.

101. Inspetorias Regionais - Em decorrência da elaboração de um Programa Geral de Trabalho, medida essa sem precedentes nesta Secretaria-Geral, as Inspetorias Regionais tiveram ordenadas e disciplinadas as suas atividades técnicas e administrativas, com a distribuição de responsabilidades pelas diferentes unidades de trabalho e previsão de prazos para a execução de cada tarefa.

102. Assim foi que se tornou possível fixar e delimitar, sob forma esquemática, uma série de tarefas rotineiras e especiais, a serem executadas pelas Inspetorias Regionais ainda no corrente ano, ficando prevista, ainda para os exercícios vindouros, a elaboração sistemática de planos anuais de trabalho por parte dos órgãos Regionais, documentos que servirão de roteiro às atividades das II.RR. e com base nos quais será exercido o controle da Administração Central sobre o andamento dos serviços afetos àquelas.

103. Tendo em vista que a tarefa de bem coletar dados estatísticos constitui a atividade fim das Inspetorias Regionais, que a executam através das Agências Municipais de Estatística, especial atenção foi dedicada à mesma, sendo parte essencial das medidas levadas a efeito o arrolamento, no Programa Geral de Trabalho para 1964, de todos os inquiridos integrantes do plano nacional de pesquisas e demais levantamentos de interesse dos órgãos centrais do sistema, bem assim o estabelecimento dos períodos de execução de todas as tarefas, que abrangem uma gama de assuntos a mais diversificada e exigem a fixação de um calendário para o desenvolvimento progressivo dos trabalhos, sem prejuízo dos reclamos dos órgãos interessados.

104. A constante criação de novos municípios - que apresenta aspectos de verdadeiro desvario na divisão administrativa comunal - tem afetado seriamente o esforço da rede coletora atual, quer pela ampliação dos seus encargos, quer pela impossibilidade de a Administração dotar cada municipalidade que surge com uma Agência de Estatística, compromisso de resto que não se tornou explícito nem mesmo nos próprios instrumentos dos Convênios Nacionais de Estatística, malgrado a interpretação errônea que alguns interessados quiseram dar à matéria.

105. Atendendo às Recomendações contidas na Resolução nº 797, de 5-2-64, da JEC, que entre outros consideranda, aconselha a revisão da rede de coleta do Instituto, com o objetivo de assegurar-lhe o rendimento e o dinamismo que as pesquisas estatísticas demandam, o Presidente do IBGE houve por bem criar, através da Portaria nº 209, de 2 de julho do ano em curso, um Grupo de Trabalho incumbido de examinar a atual distribuição das Agências de Estatística

ca, nos seus aspectos administrativos e jurídicos, bem assim propôr as medidas adequadas à melhoria de coleta estatística e maior rendimento dos recursos financeiros a elas destinados.

106. O rezoneamento das Agências, é lícito esperar, trará resultados os mais proveitosos, eis que permitirá concentrar, conjugadamente, recursos e esforços onde êles se façam mais reclamados, medidas essas que, aliadas a outras providências de ordem técnica já encetadas, permitirão desincumbir-se de executar, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais.

107. Por outro lado a existência de inquéritos de periodicidade mensal para todos os municípios, como os de custo de vida (alimentação), além de outros de duvidosa essencialidade, torna onerosíssima a coleta, dificultando sobremaneira sua execução correta e racional.

108. A despeito dos entraves atualmente encontrados, pôde a rede coletora, nesse breve espaço de tempo da nova Administração da Secretaria-Geral, dar satisfatório rendimento às suas atividades, correspondendo de forma inegável à maneira pela qual foi acionada, e demonstrando encontrar-se afinada com os propósitos da atual direção, que exige seja dado empenho especial no sentido de obter a máxima produtividade na tarefa de cada um.

109. Sem prejuízo das tarefas básicas que lhes são cometidas e que se relacionam de modo imediato com a execução dos levantamentos estatísticos, às Inspetorias Regionais vêm de ser transferidos novos encargos de ordem administrativa, em decorrência da Portaria nº 133, de 23-6-64 do Secretário-Geral, que delogando competência a autoridades subordinadas, confere aos Inspetores Regionais atribuições várias, antes da alçada do Secretário-Geral do CNE. Tal descentralização, produzindo já resultados, tem permitido que o suporte administrativo das II.RR, se ajuste adequadamente às necessidades básicas dos órgãos regionais, oferecendo em contrapartida efeitos concretos no funcionamento da rede coletora e, em decorrência, no rendimento dos trabalhos por elas executados.

110. Ainda agora, e em decorrência da experiência colhida na visita de inspeção à IR de São Paulo, o Secretário-Geral, visando corrigir, a curto e médio prazo, a deficiência verificada no funcionamento daquelas unidades de trabalho e cuja correção se impõe, para a consecução do objetivo comum aos órgãos integrantes desta entidade, que é o levantamento eficiente e atualizado de dados estatísticos - determinou a todas as Inspetorias Regionais, de imediato, a adoção das providências a seguir discriminadas:

- a) Realização periódica de Reuniões de chefes das II.RR. elaboração das respectivas resenhas e remessa das mesmas à Secretaria-Geral;
- b) realização de cursos e palestras, visando à atualização e ao aprimoramento dos conhecimentos técnicos de seus servidores;

- c) iniciativas destinadas a melhorar a produtividade da rede coletora;
- d) medidas visando à intensificação da arrecadação do sêlo de estatística, bem assim à fiscalização da mesma;
- e) contatos com autoridades estaduais e municipais, quer no Legislativo, quer do Executivo, visando à defesa e ao revigora-ramento dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal;
- f) identificação, em relação a cada unidade de trabalho, do suas deficiências, causas e efeitos, para que a Secretaria-Geral, através de seus setores específicos, possa bem diagnosticar as condições de funcionamento dos órgãos regionais;
- g) atendimento imediato das indagações contidas na Diretriz nº6, com vistas à revisão da lotação numérica das II.RR e
- h) divulgação, nos Boletins Regionais do Serviço, das Resenhas de Reuniões da Direção da Secretaria-Geral e Diretrizes do Secretário-Geral, bem assim comunicados, notas, discursos, relatórios e outros assuntos publicados no Boletim de Serviço e de interesse para o julgamento individual, pelos servidores, do esforço da atual administração do IBGE.

Situação especial do Serviço Gráfico

111. Os serviços relacionados com os trabalhos de impressão, artes gráficas e publicações do Instituto, que se processam exclusivamente nas oficinas do Serviço Gráfico, apresentam aspectos que, se por um lado colocam o IBGE numa situação de vanguarda pela excelente qualidade e alto teor técnico desses trabalhos, por outro, criam uma situação problemática no que respeita à sua manutenção face à amplitude e ao ônus financeiro com que se sobrecarregou o Serviço Gráfico em proporções muito superiores às reais necessidades do sistema estatístico e geográfico nacional.

112. De tal forma se permitiu o crescimento desordenado do Serviço Gráfico e a expansão empírica de suas atividades, que aquêlê órgão, para não cair em completo colapso financeiro, quase perdeu a sua característica de "Serviço Gráfico do IBGE". Tanto assim que, nos últimos exercícios vem se acentuando uma queda vertical da percentagem de recursos oriundos do IBGE no custeio do aludido Serviço. Exemplo claro e evidente dessa afirmativa se configura no balanço do exercício recém-findo, quando a RECEITA efetiva do Serviço Gráfico, expressa pelo valor global de Cr\$ 371 928 098,30, teve como participação do Instituto, abrangendo as encomendas dos dois Conselhos e as do Serviço Nacional de Recenseamento, apenas a parcela de Cr\$ 108 048 238,00, ou seja, em têrmos percentuais, 29,05%.

113. Acrescento-se que, a par da modesta participação do Instituto como fonte fornecedora de meios para a cobertura da DESPESA do Serviço Gráfico, os encargos dêste último, notadamente no que tange à mão-de-obra com todo o seu conjunto de obrigações, impôsto pela Legislação trabalhista sob a qual se rege, se ampliam de ano para ano.

114. A contínua elevação dos gastos do Serviço Gráfico decorre de circunstâncias a que o mesmo não pode fugir, tais como o reajustamento periódico dos salários, com a agravante de que os reajustamentos salariais nas indústrias gráficas ocorrem sistematicamente de 12 em 12 meses. Além disso, o custo da matéria-prima vem experimentando uma constante e acelerada elevação de preços o que forçosamente coloca a indústria gráfica do IBGE em condições de desigualdade ante as suas similares, não só em virtude da mentalidade de "repartição" ainda prevalente, em parte, no corpo operacional do Serviço Gráfico, como pela impossibilidade de o próprio IBGE absorver toda a capacidade de produção do citado Serviço. Alinhe-se a estas circunstâncias outras do efeito negativo, decorrentes do próprio mecanismo de aquisição da matéria-prima, cujos prazos relacionados com os processos de concorrências públicas ou administrativas e coletas de preços nem sempre permitiram a pronta e rápida presença do Serviço Gráfico no momento exato em que se apresentava a oportunidade de competir com outras indústrias do mesmo gênero.

115. Sob condições desta natureza, que exigem grande flexibilidade para corresponder às exigências de competição no mercado específico, ao Serviço Gráfico somente restariam duas alternativas: reduzir a sua capacidade operacional à restrita área de demanda do Instituto e demais órgãos sistema ou ajustar-se integralmente às características empresariais e, nestas circunstâncias, buscar nas organizações privadas, empresas de economia mista, autarquias e outras instituições oficiais, os recursos necessários à cobertura de seus sempre crescentes encargos financeiros. A primeira hipótese, face à situação de estabilidade de que já desfruta a maioria dos empregados daquele Serviço, tornou-se impraticável, além de não ser, no bom sentido administrativo, a solução mais indicada, salvo nos casos em que a medida se impõe como corretiva dos abusos e inconseqüências de administradores irresponsáveis. No caso em apreço há que se levar em conta que o Serviço Gráfico dispõe nessa mão-de-obra de excelentes profissionais especializados em composição, impressão, fotogra-
vura, clichê, desenho, pautação, brochura, douração e outros.

116. Pelo exposto, conclui-se que o melhor caminho a seguir seria o da onfatição do Serviço Gráfico em moldes empresariais, assegurando-lhe desse modo, maiores possibilidades para uma competição mais dinâmica e mais atuante nas áreas não especificamente compreendidas na órbita do Instituto. Ressalte-se que essa tendência já vinha se acentuando anteriormente e, de forma impressionante, como se depreende do balanço daquele Serviço alusivo ao exercício de 1963, quando a incidência de receitas provenientes de encomendas executadas pelo referido Serviço para entidades outras que não as integrantes do sistema, situou-se em torno dos 71% sobre o valor global de toda a Receita Industrial assinalada naquele exercício. Mesmo assim, o número de empregados que compunha o quadro do pessoal do Serviço Gráfico, ao iniciar-se esta fase administrativa, atingia 467, dos quais uma elevada percentagem se constituía,

o se constitui ainda, de mão-de-obra improdutiua sob o ponto de vista industrial, onerando, assim, demasiadamente, a produção de indústria prôpriamente dita, vez que o pôso da parte ociosa incide, de maneira indireta e com excessiva porcentagem sôbre o custo desta última.

117. Compreendendo a extensão e profundidade do problema com que se debatia o Serviço Gráfico, problema êsse sensivelmente agravado com o deficit financeiro que se registrou no mês de abril e que assumiu um ritmo de ascensão, daí por diante, até atingir o seu ponto crítico em julho d'êste ano (v. Anexos), cuidou a administração expirante de evitar, por todos os meios ao seu alcance, a progressão das causas determinantes daquela situação inquietadora. Como medida preliminar, foram sustados todos e quaisquer novos contratos de trabalho, fôssom quais fôssom os pretextos invocados, afora a dispensa de 7 empregados no decorrer do período em relato (v. Anexos) Ao mesmo tempo, procurou-se imprimir ao Serviço Gráfico uma nova mentalidade visando a dar-lhe um cunho de entidade empresarial, que realmente o é o, como tal, readaptá-lo sob condições mais realísticas para o fiel desempenho de suas atribuições industriais-comerciais dentro do campo inevitável da concorrência no mercado gráfico.

118. Medidas paralelas foram, igualmente, adotadas nas relações entre a Secretaria-Geral do CNE e o Serviço Gráfico, e entre êste e seus respectivos fornecedores, tendo em vista a obtenção de preços mais compensadores nas aquisições de matéria-prima, processamento rápido de pagamento das faturas de fornecimento, objetivando os descontos e vantagens normalmente concedidos em transações comerciais sob essa modalidade e, isto, sem que se descuidasse de outras providências postas em prática com a finalidade de desportar um maior interêsse por parte dos fornecedores, inclusive das próprias fontes produtoras, como se pode deduzir pelas diversas iniciativas consubstanciadas em processos protocolados na Secretaria-Geral do CNE, nos quais, de acôrdo com a natureza e importância do assunto, ou se dispensou a concorrência pública, ou se determinou tramitação rápida da matéria ou, simplesmente, se adotou de imediato a solução cabível. As primeiras conseqüências dessas medidas já se fazem notar no resultado financeiro do mês de agosto último, quando o deficit decaiu de Cr\$ 45 662 337,00 em julho, para Cr\$ 19 806 604,40 no mês em referência. Contudo, a desejada posição de equilíbrio neste exercício, que seria o ideal, talvez não mais seja viável, pois que o deficit total ainda permanecia na faixa dos Cr\$ 90 599 466,60 até aquêle mês, ocasião em que a DESPESA acumulada durante a execução orçamentária dos oito meses do exercício já excedia de Cr\$ 341 000 000,00 enquanto a RECEITA, também acumulada, limitava-se a pouco mais de Cr\$ 251 000 000,00 (v. Anexos).

119. Não menos digna de relevo foi a atenção dispensada ao problema de ampliação da clientela que se pretendia para o Serviço Gráfico. Tanto assim que, através da exposição encaminhada ao Sr. Presidente do IBGE e contida no processo nº 14 156/64, traçou-se em linhas gerais um plano de ampla divulgação das atividades do citado Serviço junto aos prováveis usuários de seus trabalhos, do mesmo modo que se elaborou a minuta de uma circular promocional tendo em mira aqueles objetivos.

120. Outro ângulo da indústria gráfica do IBGE que mereceu cuidados especiais neste período administrativo foi aquele relativo à estrutura orgânica do mencionado Serviço. Neste sentido, a Inspeção Técnica, atuando em regime de mútua cooperação com o Serviço Gráfico, deu início aos estudos para a elaboração de projeto de um regimento interno onde se inseria ante-projeto de um novo organograma, com vistas à reestruturação do órgão sob padrões mais condizentes com a sua finalidade. Aproveitando a nossa visita-inspeção a São Paulo visitamos com um Inspetor Técnico, a Cia. Melhoramentos de São Paulo colhendo impressões sobre sua organização e funcionamento para futura comparação com a do Serviço Gráfico. Finalmente, cabe focalizar, embora de maneira sucinta, os seguintes aspectos concernentes ao Serviço Gráfico:

- a) Serviços de Assistência Social - Cuidou-se da melhoria dos serviços de ajardinamento, iluminação, atórrico e benfeitorias no conjunto residencial. Fôz-se uma reforma geral no aviário e criou-se melhores condições para um maior incremento da produção de aves e ovos. Construiu-se um ringue de patinação, uma quadra de futebol de salão e um parque de recreação infantil, além de outros trabalhos de conservação e manutenção do parque esportivo. A Escola de Artes Gráficas prosseguiu em suas atividades normais, como também tiveram continuidade os serviços de assistência médico-dentária e o fornecimento de refeições fornecidas pelo restaurante do Serviço Gráfico por preços abaixo do custo;
- b) Serviços de Reembolsável - No período do 1º de abril a 31 de agosto o "Município do Serviço Gráfico" registrou um movimento de compras da ordem de Cr\$ 12 987 305,90 e forneceu mercadorias no montante de Cr\$ 11 915 203,50, que evidenciava a sua finalidade de vender os produtos por preços tão próximos do custo quanto possível. Neste mesmo sentido desenvolveram-se as atividades horto-granjeiras ora em fase de expansão no Serviço Gráfico;

- c) Atividades da Divisão Comercial - As atividades principais da Divisão Comercial, compreendendo o controle das concorrências públicas, estatística das encomendas contratadas e o movimento de faturas emitidas, se processaram de forma eficiente como se verifica dos elementos retratados no anexo correspondente;
- d) Atividades da Divisão Industrial - A Divisão Industrial, além de sua atuação na execução das encomendas e serviços contratados, cuidou da reforma parcial de duas máquinas de off-set que se encontravam avariadas, colocando-as em condições de pleno funcionamento. A Divisão promoveu também as adaptações que se faziam necessárias nos diversos setores que a compõem, dotando-as de condições mais favoráveis a um maior e melhor rendimento;
- e) Atividades da Divisão Administrativa - A Divisão Administrativa tendo por principais campos de atividade a administração de pessoal, os serviços contábeis e os do controle financeiro, conduziu-se de modo bem satisfatório, tanto que os quadros anexos, elaborados pela referida Divisão espelham a posição de seus trabalhos até o mês de agosto recém-fimado, portanto, perfeitamente atualizados;
- f) Recobimento do valor de faturas antigas emitidas pelo Serviço Gráfico - Do montante de dívidas a saldar, decorrente de faturas emitidas pelo Serviço Gráfico em exercícios passados, algumas com mais de 7 anos de emissão, conseguiu a Tesouraria da Secretaria-Geral arrecadar, no período de maio a setembro do ano em curso, a parcela de Cr \$ 48 843 922,30 (v. Anexo).

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Generalidades

121. Julgamos muito útil à continuidade da Administração a elaboração de relatórios periódicos em que se reveja a situação do órgão e do andamento de suas tarefas. Por, isso, logo que assumimos a Secretaria-Geral, e ainda com a colaboração de quase todos os antigos titulares das diversas Diretorias, elaboramos, em 15 dias, o "Relatório Sucinto das Atividades da SG/CNE" e o apresentamos na sessão da JEC de 24 de abril de 64, procurando fixar o quadro da situação técnica e administrativa do órgão e das primeiras medidas, adotadas, em caráter de emergência.

122. Posteriormente, com a atual equipe, por nós convocada para dirigir esta Secretaria-Geral, elaboramos o "Breve Relatório", que comporta os 90 dias de nossa gestão, dentro do espírito do governo revolucionário de dar um balanço sobre os resultados da mudança dos quadros dirigentes do país. Nesse documento, focalizou-se com ênfase os planos e medidas adotadas para solucionar os problemas da instituição. Como o anterior, este último Relatório foi presente à JEC em sua 534ª Sessão Ordinária, de 22-7-64.

123. Estamos, portanto, no terceiro pronunciamento de caráter global, que evidentemente não prescindindo, para seu estudo detalhado por órgãos ou pessoas competentes, do conhecimento dos dois outros, antes mencionados, com vistas ao melhor julgamento da evolução dos acontecimentos no âmbito desta SG, os quais explicam a nossa pretensão de termos, de fato, implantado "uma nova filosofia de administração".

Ao apresentarmos estas Considerações Finais, distinguiremos, por setores, alguns dos aspectos mais relevantes, que, embora mencionados, expressa ou implicitamente, no corpo do presente trabalho, merecem esse registro final.

Sector de pessoal

124. Não acreditamos num homem salvador do CNE, porque somos cépticos quanto à presença de indivíduos carismáticos, onde se exige trabalho de equipe. Exercemos assim, o quanto fomos capazes, a chefia democrática, que, segundo os cruidos na matéria, exige as seguintes ações:

- Coordenar e usar as ordens como definição de uma tarefa comum;
- Explorar a delegação de atribuições;
- Usar normalmente a persuasão, ocasionalmente a sugestão, e excepcionalmente a coação;
- Convencer os auxiliares de que o cumprimento do dever satisfaz, em última análise, aos próprios interesses dos executores;
- Empregar como instrumento predominante de ação a moral do grupo, alicerçando sobre ela a indispensável disciplina - compreensiva, sólida e consequente;
- Colocar os auxiliares em situação de participação ativa nos empreendimentos a realizar, orientando-os para um objetivo digno.

Constituiu, assim, nosso primeiro objetivo valorizar o homem, integrante dos quadros da SG, e selecionar uma equipe de chefes afinada com nossos propósitos.

125. Na seleção de valores verificamos, sem surpresa, a grande quantidade de elementos de alto gabarito moral e técnico de que dispõe o órgão. De outra parte, existindo a instituição para produzir estatística, queiram ou não, o estatístico é o seu elemento fundamental. Nesse mister, por razões de qualidade funcional ou, talvez mesmo, liberalidade administrativa, várias revisões no quadro de funcionalismo elevaram à posição de Estatístico servidores não idealmente preparados para os encargos de natureza técnica. Os menos responsáveis são os servidores - a maioria dedicada e mal remunerada -, ficando o ônus maior à precária organização do Serviço Público. Chamamos atenção para o caso do Estatístico, porque é o, sem dúvida, o mais importante elemento de trabalho dentro do CNE. Estava constituída, até bem pouco, em classe de nível único, sem acesso, sem carreira regulamentada, com atribuições previstas pelo DASP que podem incluir desde os que manipulam os questionários em tarefas irrecorrentes até os que analisam os dados estatísticos com fundamentos matemáticos.

126. Há, assim, necessidade de intensificar o treinamento e aperfeiçoamento do pessoal da SG, criando condições favoráveis e de estímulo a tal desiderato. A respeito baixamos as MS nº 3 e 7, sobre "Plano de Instrução" e "Ciclo de Conferências e Palestras" e criamos, pela Portaria nº 211 de 14/8/64, o Grupo Executivo de Treinamento e Aperfeiçoamento" (GETA).

Tudo dentro de uma idéia matriz a vivificar na casa:

QUEM SADE, ENSINA FAZENDO; QUEM NÃO SADE, APRENDE FAZENDO.

Setor institucional

127. A legislação básica do CNE data de 1936 e foi, à época, um extraordinário avanço, inclusive na comunidade americana. Ampliada a disposição inicial de ser o Conselho um órgão eminentemente cooperativo, outros textos legais foram adicionados ao Decreto nº 1.200, de 17-XI-1936, culminando com a ratificação pelo Executivo, então em regime disarquônico, da "Convencção Nacional de Estatística Municipal". Os termos convenionados conformam o CNE a um órgão que funciona em decorrência da cooperação administrativa da União, dos Estados e dos Municípios, constituindo-se de órgãos administrativos (SG/CNE), (DEE e Serviços de Estatística dos Municípios), deliberativos (Colegiados nacional e regionais-JEG e JERE) e opinativos (Corpo de Consultores Técnicos e Comissões Técnicas).

128. Tal estrutura funcionou a contento, particularmente à época da ditadura, e entrou em colapso a partir da crise de 1952.

129. A SG deixou de ser órgão exclusivamente administrativo desde que possui uma Diretoria de Levantamentos Estatísticos, que executa vários e importantes levantamentos, e um Laboratório de Estatística, que é o único órgão do Sistema a produzir estatísticas derivadas (exceção da de custo de vida).

130. Os órgãos executivos não cobrem as necessidades das estatísticas básicas e se anclaram nas pesquisas "tradicionais", sem possibilidade ou desejo de renovação. Alguns dos Serviços de Ministérios recém-criados, apesar de serem os legalmente habilitados a produzir determinadas estatísticas, não têm a mínima condição de funcionamento, sem a co-participação da SG, como é o caso da DEIG. Outros, como é o exemplo do SEPT, receberam encargos estranhos à produção estatística (pagamento do abono familiar), que desvirtuam, inteiramente, sua missão precípua, incapaz de atender a aspectos essenciais, como o conhecimento da força do trabalho, emprego e desemprego, salários, conflitos de trabalho, etc.

131. Os colegiados deliberativos são órgãos, por sua natureza, eminentemente conservadores. A JEC tem sido muito mais solicitada para os aspectos administrativos, dentro do mecanismo de controle do CNE, que para os técnicos.

132. Os órgãos opinativos existem exclusivamente em título. Nos quatro anos, e mais de nosso vínculo na Casa, jamais vimos, sequer, um só pronunciamento de seus titulares, apesar da longa relação de eleitos anualmente pela Assembléia-Geral...

133. Estamos ainda convencidos de que os relatórios do Grupo de Trabalho da COPLAN e da missão Tulo Hostílio Montenegro, fornecem subsídios suficientes para uma revisão na base institucional do IDGE, aos quais poderão ser acrescentados os estudos resultantes dos Grupos de Trabalho criados pelas Res. JEC 797 e 816/64.

134. Todavia, o que o país necessita é de uma imediata solução que lhe possibilite dispor de estatísticas indispensáveis ao Governo e aos setores privados. Nesse mister, parece-nos que as muitas medidas postas em andamento virão atender a esse objetivo e poderão ser complementadas com a elaboração do Programa Nacional de Emergência preconizado por Tulo Hostílio Montenegro e recomendado em tese pela IV LASO e reforçado, em termos objetivos na VIII Sessão da COINS, de que tivemos a honra de participar.

(LASO - Conferência Interamericana de Estatística)

(COINS - Comissão de Aperfeiçoamento de Estatísticas Nacionais)

135. Para uma alteração da base institucional do IDGE julgamos ser necessária a adoção, ou a continuação, de uma estratégia que formulamos e defendemos, marcando-se os objetivos intermediários antes da conquista do final.

Assim, as etapas de ordem legal para melhoria do sistema seriam:

1ª) Decreto revigorando os Convênios (já baixado, com o nº 53.974, em 5-VI-1964), para dar ao órgão autoridade acima das questões políticas municipais;

2ª) Lei de obrigatoriedade de prestação de informação estatística (para cuja consecução já foi encaminhado o respectivo projeto do Exm^o. Sr. Presidente da República, através do Ministério Extraordinário, para os Assuntos Regionais, com

o ofício nº P.CNE, de 7-7-1964), fim de dar condições favoráveis à coleta de dados;

- 3ª) Decreto estabelecendo um Programa Nacional de Emergência para a estatística e definindo responsabilidades para sua urgente realização (cujas indicações serão decorrentes do estudo do GT da planificação das estatísticas nacionais criada pela Res. JAU 797/64);
- 4ª) Emenda Constitucional atribuindo à União competência para legislar em matéria de estatística (projeto já encaminhado ao Sr. Pres. do IDGE, em fins de agosto último);
- 5ª) Lei disciplinando a Divisão Territorial Municipal (projeto também encaminhado ao Sr. Presidente do IDGE, com ofício nº GAB/266, de 2-7-64); e
- 6ª) Leis contendo as Diretrizes e Bases da Estatística Nacional e nova estrutura do IDGE (ainda na fase dos estudos).

136. Como se nota, tais medidas são de longo prazo e seus efeitos provavelmente ocorrerão no próximo período de Governo.

137. Na tática do trato da questão há também algumas medidas de caráter excepcional, que estão sendo adotadas, dentro de nossa estratégia global.

138. Pensamos que o instrumento de ação eficaz, no momento, são os Convênios com os órgãos públicos ou particulares - que reúnam condições de melhoria da metodologia para as pesquisas estatísticas e disponham de recursos para o financiamento das mesmas - e a criação de Grupos Executivos para a realização das tarefas convencionadas, fora da máquina burocrática, emperrada, onerosa e recalcitrante para qualquer esforço racional. Lembremos, também, que a cooperação interamericana, como foi conceituada em recente documento aprovado pela Presidência do IDGE e aceito, em tese, na VIII Sessão da COINS, poderá proporcionar excelente recurso para o incremento dos trabalhos do CNE.

(1) - Ver "Relatório do Del. Bras. à VII^I Sessão da COINS" e projeto do Rep. do Brasil à Junta Coordenadora de COINS, sobre "Mecanismo de Cooperação Recíproca Interamericana".

Sector Técnico

139. Vamos aqui realçar as idéias maiores que nos ocorrem nesse sector, dentro do pensamento de fixar problemas globais.

140. Do início, relembremos que à SG cabe gerir a rede de coleta do CNE - a maior da América -, em benefício de todos os órgãos do Sistema, federais ou regionais. A fase primeira do levantamento estatístico, realizada pelo IE, tem, no Brasil, importância essencial dada às peculiaridades do nosso vasto território e as conhecidas dificuldades de comunicações.

141. No planejamento dos inquéritos não se pode olvidar as dificuldades decorrentes da coleta e das condições atuais de sua realização, face às grandes deficiências de nossa rede - mal distribuída, insuficientemente instruída e suprida, e sem autoridade ideal para exigir a prestação de informações. A re-

visão da rede de coleta, com vistas à sua melhor distribuição e área de atuação, é medida que se impõe tomar e não depende de leis ou decretos e sim de simples atos administrativos internos. Um dos Grupos de Trabalho instituídos pela Res. JEC 797 está elaborando estudo a respeito.

142. Outro fator, ligado à coleta, é a existência de inquéritos de periodicidade mensal para todos os municípios. Ousamos repetir o que afirmamos recentemente na JEC, que êsses inquéritos desmoralizam as exigências para pleno rendimento da rede e atualização da coleta, pois é na verdade impossível coletar tais informações de modo correto e oportuno. O que se impõe fazer, na cúpula do CNE, é uma corajosa revisão dos atuais inquéritos, de modo a:

- fugir da obrigação de pesquisas para todos os municípios, considerados igualmente para fins estatísticos;
- sanear o elenco dos atuais inquéritos, excluindo aqueles de interesse aleatório;
- intensificar a aplicação das pesquisas, por amostragem, particularmente, nas estatísticas agropecuárias e industriais; e
- explorar, ao máximo, os registros administrativos que permitam apuração de dados estatísticos essenciais.

Sector Administrativo

143. Nesse sector desejamos dar ênfase a três aspectos essenciais:

- Sistema de arrecadação da taxa de estatística;
- Suporte administrativo das atividades técnicas; e
- Disponibilidade de recursos financeiros.

Quanto ao primeiro item, assinala-se o dispêndio imenso efetuado para arrecadar a taxa de estatística municipal (10% sobre as diversões). A referida taxa foi criada, em 1942, visando à auto-suficiência de recursos para a vida do CNE. Hoje representa 10% dos recursos da União aplicados no próprio Conselho. Todavia, as IR e as AME são mobilizadas para as tarefas de recolhimento da referida taxa, incluindo a distribuição de selos, a fiscalização local, os complexos contrôles contábeis, enfim uma grande sobrecarga de trabalhos que envolve a maior parte do seu esforço - sem qualquer vantagem para sua finalidade de coletar dados estatísticos.

144. Agrava ainda o problema a existência de interesses estranhos atuando em face desse tributo. São os políticos e os exibidores de cinema - muitas das vezes reunidos numa só pessoa - a criarem tôda sorte de futricas contra o IDGE, em defesa de mesquinhos interesses pessoais, com reais prejuízos para a atuação dos agentes de Estatística.

145. O suporte administrativo das atividades técnicas tem sido motivo de desvios alarmantes, verificando-se, amiúde, a supremacia das atividades - meios sobre as atividades-fins, desde a aplicação de pessoal técnico em tarefas administrativas, ao desmesurado incremento de órgãos de apoio e assistência, em

detrimento daqueles que representam o fim precípua do órgão. Achamos que, mesmo parecendo irreverência, órgãos de deficiente estruturação, carecidos de recursos para um rendimento mínimo que justifique sua existência, não se podem dar o luxo de procurar adequados meios de assistência e bem-estar social.

146. Finalmente, o nosso último item refere-se à atual desconcentração do recursos, do que carece o Sistema Estatístico Nacional, os quais foram os seguintes, em 1963:

QUADRO RESUMO DOS ENCARGOS COM OS LEVANTAMENTOS
DA ESTATÍSTICA NACIONAL

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (CR\$)
Conselho Nacional de Estatística	7 991 106 000
Serviço Nacional do Recenseamento	1 532 469 000
Escola Nacional de Ciências Estatísticas	134 547 000
Órgãos Centrais Federais	650 885 000
Órgãos Centrais Regionais	460 215 878
Órgãos Filiados	661 444 154
TOTAL GERAL	11 430 667 032

147. Pelo quadro acima verifica-se a pulverização desses recursos em órgãos que produzem uma estatística que, ao invés de rigidamente coordenada, é feita à base de compromissos convencionais, nem sempre pacificamente aceitos.

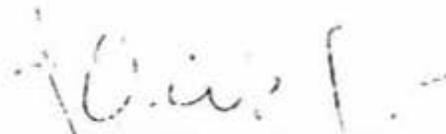
148. Urge uma política de aplicação racional desses recursos, pois todos sabem que o país não pode suportar maiores sacrifícios no já pesado ônus da Administração Pública.

Conclusões

149. Estas "Considerações Finais" ao nosso modesto trabalho "Uma Nova Filosofia de Administração na SG/CNE" são feitas quando transferimos o cargo de titular desta Secretaria-Geral.

150. Esforçamo-nos, ao máximo, para que a nossa experiência de seis meses deixasse em sua passagem algo de útil para os que nos sucedem. Não temos a velocidade de, contando com a inexcedível colaboração de nossos auxiliares diretos, havermos descoberto panacéias para os males da Estatística Brasileira, mas estamos convictos de que, enfatizando as questões tratadas, demos a elas posições relevantes entre importantes setores que cabe ao Governo atender, como problema sério e urgente, para dar completa e oportuna solução.

Rio, em 2 de outubro de 1964.



Germano Seidl Vidal-Ten. Cel.
SECRETARIO-GERAL DO CNE

ANEXOS

I - ASUNTOS ADMINISTRATIVOS

QUADRO DE PESSOAL - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E INSPECTORIAIS REGIONAIS

PARTE PERMANENTE

CARGOS OCUPADOS	TOTAL	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	INSPECTORIAIS REGIONAIS
Agente de Estatística	2 771	-	2 771
Almozarife	2	1	1
Armazonista	6	6	-
Arquivista	5	5	-
Artífice de Laminação	2	2	-
Assessorista	4	4	-
Assistente de Administração	4	1	3
Assistente Social	1	1	-
Auxiliar de Arte Gráfica	1	1	-
Auxiliar de Bibliotecário	3	3	-
Auxiliar de Enfermagem	4	4	-
Auxiliar de Estatístico	218	3	215
Auxiliar de Portaria	77	41	36
Bibliotecário	5	5	-
Chefe de Portaria	10	8	2
Cirurgião Dentista	4	3	1
Contador	47	34	13
Correntista	20	5	15
Datilógrafo	165	113	52
Desenhista	4	4	-
Documentarista	4	4	-
Eltricista-Instalador	3	3	-
Enfermeiro	2	2	-
Enfermeiro-Auxiliar	1	1	-
Engenheiro	1	1	-
Escrevente-Datilógrafo	28	28	-
Escriturário	194	50	144
Estatístico	491	337	154
Guarda	9	9	-
Mecânico de Máquinas	2	2	-

SECRETARIA-GERAL DO C.N.E.

QUADRO DE PESSOAL - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E INSPECTORIA REGIONAIS

PARTE PERMANENTE

(Conclusão)

CARGOS OCUPADOS	TOTAL	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	INSPECTORIA REGIONAIS
Mecânico de Motores a Combustão	6	6	-
Médico	7	6	1
Motorista	48	23	25
Oficial de Administração	232	150	82
Podreiro	2	2	-
Porteiro	58	16	42
Redator	18	18	-
Servente	114	33	75
Técnico de Administração	20	20	-
Técnico-auxiliar de Mecanização	61	61	-
Técnico de Contabilidade	32	11	21
Técnico de Mecanização	24	24	-
Telefonista	3	3	-
Tradutor	3	3	-

PARTE SUPLEMENTAR

(CARGOS NÃO ENQUILTRADOS)

CARGOS OCUPADOS	TOTAL	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	INSPECTORIA REGIONAIS
Adjunto Administrativo	2	2	-
Adjunto Técnico	1	1	-
Analista - Econômico	1	1	-
Chefe de Seção	1	1	-
Consultor - Técnico	1	1	-
Procurador	6	6	-
Tesoureiro - Auxiliar	8	8	-

QUADRO DE PESSOAL - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E INSPECTORIAS REGIONAIS

PARTE ESPECIAL

VAGAS OCUPADAS	TOTAL	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	INSPECTORIA REGIONAL
Agente de Estatística	12	-	12
Armazenista	3	-	3
Arquivista	16	7	9
Auxiliar de Escrivão	1	1	-
Atendente	8	8	-
Auxiliar de Artefício	2	2	-
Auxiliar de Estatístico	78	18	60
Auxiliar de Portaria	12	7	5
Chuveiro Hidráulico	2	2	-
Cirurgião-Dentista	1	-	1
Correntista	4	-	4
Dactilógrafo	31	13	18
Operante-Dactilógrafo	35	12	23
Escriturário	7	1	6
Estatístico	1	1	-
Faxineira	1	1	-
Interneiro	1	1	-
Lubrificador	1	1	-
Mecânico de Máquinas	1	1	-
Mecânico de Motores a Combustão	2	2	-
Motorista	9	4	5
Motor	2	2	-
Operante	30	16	14
Operário-Auxiliar de Mecanização	2	2	-
Operário de Contabilidade	7	1	6
Operário de Mecanização	3	3	-
Operário de Telecomunicações	1	1	-
Telefonista	2	1	1

I.G.E. Conselho Nacional de Estatística		Demonstrativo da Execução Orçamentária - DESPESAS -		Posição em 23/9/64	Exercício de 1964		
ID	VENHAS, COMISSÕES E JUDICIAIS	DESPESA					
		Dotação do exercício	Destques	Suplementações	Total	Despesa Realizada	Baldos
	DEPESA CAPITAL						
	1.0.00 - Custeio						
	1.1.00 - Pessoal						
01	Vencimentos e vantagens fixas						
01	Vencimentos	960 633 400,00			960 633 400,00	762 670 119,50	198 963 280,50
04	Auxílio para diferença de cruz	1 200 000,00			1 200 000,00	688 467,00	511 533,00
05	Salário-família	90 000 000,00			90 000 000,00	60 986 000,00	29 014 000,00
06	Gratificação de função	24 000 000,00			24 000 000,00	24 000 000,00	-
08	Gratificação pelo exercício em determina- das zonas ou locais	-	-	-	-	-	-
09	Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde	8 500 000,00			8 500 000,00	2 582 326,90	5 917 671,10
10	Gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva	240 000,00			240 000,00	-	240 000,00
11	Gratificação adicional por tempo de servi- ço	48 000 000,00			48 000 000,00	29 269 449,30	18 730 550,70
12	Gratificação de tempo integral	120 000 000,00			120 000 000,00	-	120 000 000,00
13	Gratificação especial de nível université- rio	82 720 000,00			82 720 000,00	8 117 413,70	74 602 586,30
15	Abono pela permanência no serviço ativo (ar- tigo 18 da Lei nº 4.069-62)	980 000,00			980 000,00	475 327,90	504 672,10
18	Diferença de vencimentos	-			-	-	-
19	Diversos	36 000 000,00			36 000 000,00	3 694 510,70	32 305 489,30
1.02	Auxílio-doença	360 000,00			360 000,00	128 097,20	231 902,80
	A transportar						

I. D. G. E. Conselho Nacional de Estatística		Demonstrativo da Execução Orçamentária - D E S P E S A -			Posição em 23/9/64		Exercício de 1964	
CÓDIGO	VENCIM., DESIGNAÇÕES E SUBDESIGNAÇÕES	D E S P E S A						
		Dotação do exercício	Restos	Suplementações	Total	Despesa Realizada	Saldos	
	transporte							
1.1.03	Ajuda de custo	1 800 000,00			1 800 000,00	669 610,00	1 110 390,00	
1.1.04	Diárias	24 000 000,00			24 000 000,00	5 894 720,00	18 105 280,00	
1.1.05	Substituições	4 800 000,00			4 800 000,00	2 872 295,20	1 927 704,80	
1.1.06	Gratificação pela prestação de serviço ex- traordinário	25 000 000,00			25 000 000,00	11 467 039,70	13 532 960,30	
1.1.07	Gratificação pela representação de gabinete	3 400 000,00			3 400 000,00	1 582 928,60	1 817 071,40	
1.1.08	Gratificação pela execução de trabalho técnico ou científico	500 000,00			500 000,00	147 000,00	353 000,00	
1.1.11	Gratificação de representação	500 000,00			500 000,00	3 166,70	496 833,30	
	TOTAL 1.1. CONSIGNAÇÃO 1.1.00	1432 633 400,00			1432 633 400,00	914 268 474,40	518 364 925,60	
	1.3.00 - Material de Consumo e de Transformação							
1.3.02	Artigos de expediente, desenho, ensino e educação	36 000 000,00		35 448 000,00	71 448 000,00	64 207 752,50	7 240 247,50	
1.3.03	Material de limpeza, conservação e desin- fecção	3 600 000,00			3 600 000,00	2 433 835,30	1 166 164,70	
1.3.04	Combustíveis e lubrificantes	12 000 000,00			12 000 000,00	4 180 484,90	7 819 515,10	
1.3.05	Materiais e acessórios de máquinas, de via- turas e de aparelhos	2 400 000,00			2 400 000,00	678 609,60	1 721 390,40	
1.3.11	Produtos químicos, biológicos, farmacêuti- cos e odorológicos; artigos cirúrgicos e outros de uso nos laboratórios	720 000,00		200 000,00	920 000,00	199 253,10	720 746,90	
	A transportar					71 699 935,40	18 668 064,60	

FE.

(*) Crédito suplementar - Cr\$ 20.448 000,00

I. D. G. E. Conselho Nacional de Estatística		Demonstrativo da Execução Orçamentária - D E S P E S A -		Posição em 23/9/64	Exercício de 1964		
CÓDIGO	VENDS, COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	D E S P E S A					
		Dotação do exercício	Destques	Suplementos	Total	Despesa Realizada	Saldo
	transporte					71 699 935,40	18 668 064,60
1.3.13	Vestutários, uniformes, equipamentos e a- cessórios; roupa de cama, mesa e banho.	15 000 000,00			15 000 000,00	6 584 401,00	8 415 519,00
1.3.14	Material para acondicionamento e embalagem	2 400 000,00			2 400 000,00	1 516 280,00	783 720,00
1.3.15	Lâmpadas comuns, fluorescentes e outros artigos de iluminação	1 200 000,00			1 200 000,00	907 076,00	292 924,00
1.3.16	Instrumentos de coleta e material de re- gistro, controle e apuração estatística	30 000 000,00			30 000 000,00	19 991 448,00	10 008 552,00
1.3.17	Outros materiais de consumo	1 500 000,00			1 500 000,00	660 320,00	839 680,00
	TOTAL DA COMISSÃO 1.3.00	104 620 000,00		35 648 000,00	140 268 000,00	101 459 540,40	39 008 459,60
	1.4.00 - Material permanente						
1.4.03	Material bibliográfico em geral, filmes .	360 000,00		300 000,00	660 000,00	268 640,00	391 360,00
1.4.04	Ferramentas e utensílios de oficinas ...	1 000 000,00			1 000 000,00	26 160,00	973 840,00
1.4.05	Materiais e acessórios para instalações elétricas	2 400 000,00			2 400 000,00	1 196 500,00	1 203 492,00
1.4.06	Materiais e acessórios para instalações, conservação e segurança dos serviços de transportes, de comunicação mate- rial para extinção de incêndio	240 000,00			240 000,00	-	240 000,00
1.4.09	Utensílios de copa e cozinha	1 200 000,00			1 200 000,00	248 515,00	951 485,00
1.4.11	Modelos e utensílios de escritório, bi- blioteca, ensino, laboratório e gabi- nete técnico ou científico	1 800 000,00			1 800 000,00	1 759 419,00	40 581,00
	a transportar					3 499 242,00	3 800 758,00

CÓDIGO	VENIAS, COMBINAÇÕES SUSCRIÇÕES	DESPESA					
		Dotação do exercício	Destacados	Suplementações	Total	Despesa Realizada	Saldos
	transporte					3 499 242,00	3 800 758,00
1.4.12	Mobiliário em geral	6 000 000,00			6 000 000,00	5 553 548,60	446 451,40
1.4.14	Outros materiais permanentes	300 000,00		300 000,00	600 000,00	477 843,00	122 157,00
	TOTAL D. CONSIGNAÇÃO 1.4.00	13 300 000,00		500 000,00	13 900 000,00	9 530 633,60	4 369 366,40
	1.5.0.00 - Serviços de Terceiros						
1.5.01	Arcondicionamento e transporte de encomen- das, cargas e animais em geral	12 000 000,00			12 000 000,00	6 590 783,60	5 409 216,40
1.5.02	Passagens, transporte de pessoas e de suas bagagens; pedágios	7 200 000,00			7 200 000,00	2 480 024,80	4 719 975,20
1.5.03	Assinatura de órgãos oficiais e de reco- tes de publicações periódicas	360 000,00			360 000,00	242 952,00	117 038,00
1.5.04	Iluminação, força motriz e gás	3 000 000,00		4 000 000,00	7 000 000,00	651 086,70	6 348 913,30
1.5.05	Serviços de asseio e higiene; taxas de á- gua, esgoto e lixo	1 800 000,00			1 800 000,00	361 321,00	1 438 679,00
1.5.06	Reparos, adaptações, recuperação e con- servação de bens móveis	3 000 000,00			3 000 000,00	942 027,80	2 057 972,20
1.5.07	Publicações, serviços de impressão e de encadernação	75 000 000,00			75 000 000,00	52 951 181,20	22 048 818,80
1.5.11	Telefone, telefonemas, telegramas, radio- gramas, porte-postal, assinatura de caixas-postais	7 200 000,00			7 200 000,00	874 716,80	6 325 283,20
	a transportar						

I. P. G. E. Conselho Nacional de Estatística	Demonstrativo da Execução Orçamentária - D E S P E S A -	Posição em 23/9/64	Exercício de 1964
---	---	--------------------	-------------------

CÓDIGO	VENC.S, CONSIGNAÇÕES SUBCONSIGNAÇÕES	D E S P E S A					
		Dotação do exercício	Destques	Suplementações	Total	Despesa Realizada	Saldos
	transporte						
1.5.12	Aluguel e arrendamento de imóveis; foros e despesas de condomínios	10 400 000,00			10 400 000,00	4 265 048,40	6 134 951,60
1.5.13	Seguros em geral	1 600 000,00			1 600 000,00	351 201,70	1 448 798,30
1.5.14	Outros serviços contratuais	1 200 000,00			1 200 000,00	-	1 200 000,00
1.5.15	Serviços bancários	540 000,00			540 000,00	24 895,40	515 104,60
1.5.16	Publicação de editais e avisos	120 000,00			120 000,00	-	120 000,00
1.5.17	Outros serviços de terceiros	50 000 000,00	20 500 000,00		29 500 000,00	466 232,00	29 033 768,00
	TOTAL DA CONSIGNAÇÃO 1.5.00 ..	173 620 000,00	20 500 000,00	4 000 000,00	157 120 000,00	70 201 481,40	86 918 518,60
	1.6.00 - Encargos Diversos						
1.6.01	Despesas miúdas de pronto pagamento	240 000,00			240 000,00	1 760,00	238 240,00
1.6.04	Festividades, recepções, hospedagens e homenagens	4 000 000,00			4 000 000,00	135 800,00	3 864 200,00
1.6.08	Comissões e indenizações de despesas de arrecadação e fiscalização da "Quota de Estatística" e coleta de dados estatísticos	2 400 000,00			2 400 000,00	249 647,20	2 150 352,80
1.6.11	Seleção aperfeiçoamento e especialização de pessoal	5 750 000,00			5 750 000,00	-	5 750 000,00
1.6.13	Serviços educativos e culturais	-			-	-	-
1.6.14	Exposições, congressos, conferências e representações no exterior	3 000 000,00			3 000 000,00	2 932 399,00	67 601,00
	.. transportar						

I.D.G.E. Conselho Nacional de Estatística	Demonstrativo da Execução Orçamentária - D E S P E S A -	Posição em 23/9/64	Exercício de 1964
--	---	--------------------	-------------------

CÓDIGO	VENZAS, CONSIGNAÇÕES SUP. CONSIGNAÇÕES	D E S P E S A					
		Dotação do exercício	Destques	Suplementações	Total	Despesa Realizada	Saldos
	transporte						
1.6.15	administração geral do I.D.G.E.	4 000 000,00			4 000 000,00	2 106 521,10	1 893 478,90
1.6.16	Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística	10 400 000,00			10 400 000,00	1 210 860,00	9 189 140,00
1.6.17	Serviços de Assistência Social	10 000 000,00			10 000 000,00	2 458 105,00	7 541 895,00
1.6.18	Quotas de presença em reuniões	12 000 000,00			12 000 000,00	5 099 200,00	6 900 800,00
1.6.20	Impressão do "sêlo de estatística" e do "Livro de registro de selos"	12 000 000,00			12 000 000,00	1 230 000,00	10 770 000,00
1.6.21	Devoluções da "quota de Estatística" ...	420 000,00			420 000,00	-	420 000,00
1.6.22	aluguel de equipamento mecânico	60 000 000,00			60 000 000,00	35 347 375,20	23 652 624,80
1.6.23	Centros de estudos e treinamento de esta- tísticas especializadas	-			-	-	-
1.6.24	Contribuições a entidades técnicas e cul- turais	610 000,00			610 000,00	-	610 000,00
1.6.25	Bolsas de estudo	200 000,00			200 000,00	-	200 000,00
1.6.27	Diversos	1 200 000,00		700 000,00	1 900 000,00	1 670 706,10	229 291,90
	TOTAL DA CONSIGNAÇÃO 1.6.00 ...	126 220 000,00		700 000,00	126 920 000,00	53 442 375,60	73 477 624,40
	TOTAL DA VERBA 1.0.00	1 850 593 400,00	20 500 000,00	40 948 000,00	1 912 041 400,00	1 148 902 505,40	722 138 894,60
	2.0.00 - TRANSFERÊNCIAS						
	2.1.00 - Auxílios e Subvenções						

I.B.G.E. Conselho Nacional de Estatística		Demonstrativo da Execução Orçamentária - D E S P E S A -		Posição em 23/9/64		Exercício de 1964	
CÓDIGO	VERB.S, CONSIGNAÇÕES E SUBCONSIGNAÇÕES	D E S P E S A					
		Dotação do Exercício	Destacadas	Suplementações	Total	Despesa Realizada	Saldos
	2.0.00 - TRANSFERÊNCIAS						
	2.1.00 - Auxílio e Subvenções						
2.1.01	Assistência aos órgãos Centrais Regionais do C.N.E. (D.L. 4 161/42 e Res. JED-495 e LG-800)	112.950.000,00			112.950.000,00	79.650.000,00	33.300.000,00
2.1.02	Cooperação com os órgãos Centrais Fede- rais do Sistema Estatístico	29.250.000,00			29.250.000,00	7.357.028,60	21.862.971,40
2.1.03	Auxílio a Sociedade Brasileira de Estatís- tica	750.000,00			750.000,00	750.000,00	-
2.1.04		-			-	-	-
	TOTAL DA CONSIGNAÇÃO 2.1.00	142.950.000,00			142.950.000,00	87.757.028,60	55.162.971,40
	2.3.00 - Inativos						
2.3.01	Funcionários aposentados	21.923.600,00			21.923.600,00	21.923.600,00	-
2.3.02	Gratificação adicional por tempo de servi- ço	2.224.000,00			2.224.000,00	1.475.549,50	748.450,50
2.3.03	Novas aposentadorias	1.600.000,00			1.600.000,00	397.175,60	1.202.824,40
2.3.04	Salário-família	2.600.000,00			2.600.000,00	2.590.000,00	10.000,00
2.3.05		-			-	-	-
	TOTAL DA CONSIGNAÇÃO 2.3.00	28.347.600,00			28.347.600,00	26.385.325,10	1.961.274,90
	2.4.00 - Pensionistas						
2.4.01	Pensões vitalícias	1.054.000,00			1.054.000,00	499.220,00	554.780,00
	A transportar	1.054.000,00			1.054.000,00	499.220,00	554.780,00

I, D, G, E, Conselho Nacional de Estatística	Demonstrativo da Execução Orçamentária - D E S P E S A -	Posição em 23/9/64	Exercício de 1964
---	---	--------------------	-------------------

CÓDIGO	VENAS, CONSIGNAÇÕES SULCONSIGNAÇÕES	D E S P E S A					
		Dotação do exercício	Destaques	Suplementações	Total	Despesa Realizada	Saldos
	transporte	1 054 000,00			1 054 000,00		
2.4.03	Novas pensões	408 000,00			408 000,00	-	408 000,00
2.4.04	Salário-família	1 248 000,00			1 248 000,00	1 248 000,00	-
2.4.06		-			-	-	-
	TOTAL DA CONSIGNAÇÃO 2.4.00 ...	2 710 000,00			2 710 000,00	1 747 220,00	962 780,00
	TOTAL DA VENDA 2.0.00	174 007 600,00			174 007 600,00	115 920 573,70	58 087 026,30
	DESPESA DE CAPITAL						
	4.0.00 - INVESTIMENTOS						
	4.1.00 - Obras						
4.1.04	Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com bens imóveis ...	12 000 000,00		(*) 30 000 000,00	42 000 000,00	17 567 356,90	24 432 643,10
	TOTAL DA CONSIGNAÇÃO 4.1.00 ...	12 000 000,00		30 000 000,00	42 000 000,00	17 567 356,90	24 432 643,10
	4.2.00 - Equipamentos e Instalações						
4.2.01	Máquinas, motores e aparelhos	30 000 000,00			30 000 000,00	21 294 828,00	8 705 172,00
4.2.02	Automóveis e camionetas de passageiros	7 000 000,00			7 000 000,00	-	7 000 000,00
4.2.03	Ônibus, ambulâncias e jipes, autocamiões, autobombas, camionetas de carga, auto-socorro	10 000 000,00			10 000 000,00	-	10 000 000,00
	A transportar	47 000 000,00			47 000 000,00	21 294 828,00	25 705 172,00

(*) Crédito suplementar.

CÓDIGO	VENDEAS, CONSIGNAÇÕES E SUBCONSIGNAÇÕES	DESPESA					
		Dotação do exercício	Descontos	Suplementações	Total	Despesa realizada	Saldo
	transporte	47 000 000,00			47 000 000,00	21 294 828,00	25 705 172,00
4.2.07	Embarcações e material flutuante; dragas e material de dragagem	-			-	-	-
4.2.08	Outras viaturas	-			-	-	-
4.2.10	Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com equipamentos	4 000 000,00			4 000 000,00	3 146 702,10	853 217,90
4.2.11	Diversos	-			-	-	-
4.2.12	Equipamentos das II, III, E, e da, IM, E,	30 000 000,00			30 000 000,00	1 027 000,00	28 973 000,00
4.2.13	Instalações de A. I. M. E. a serem criadas em novos municípios	12 000 000,00			12 000 000,00	-	12 000 000,00
	TOTAL DA CONSIGNAÇÃO 4.2.00	93 000 000,00			93 000 000,00	25 468 610,10	67 531 389,90
	TOTAL DA VENDA 4.0.00	105 000 000,00		30 000 000,00	135 000 000,00	43 035 967,00	91 964 033,00
	RESUMO						
	DESPESA ORÇAMENTÁRIA						
	Verba 1.0.00 e Custeio	1 850 593 400,00	20 500 000,00	40 945 000,00	1 871 041 400,00	1 145 902 505,40	722 138 894,60
	Verba 2.0.00 - Transferências	174 007 600,00	-	-	174 007 600,00	115 920 573,70	58 087 026,30
	DESPESA DE CAPITAL						
	Verba 4.0.00 - Investimentos	105 000 000,00		30 000 000,00	135 000 000,00	43 035 967,00	91 964 033,00
	TOTAL	2 129 601 000,00	20 500 000,00	70 945 000,00	2 180 049 000,00	1 307 859 046,10	872 169 953,90

DISPONIBILIDADES CONTROLADAS PELA TESOUREARIA DA S.G. DO CNE

Em 30-9-1964

EM MOEDA CORRENTE Cr\$ 6.617.505,70

BANCO DO BRASIL

Conta Conselho Nacional de Estatística Cr\$ 25.165.151,30

Conta Caixa Nacional de Estatística Municipal Cr\$ 1.245.600,50 Cr\$ 26.410.751,80

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Conta Agência Santos Dumont - C/ /3332 Cr\$ 35.722,80

Conta Agência 13 de Maio - C/4135 Cr\$ 3.882.205,30 Cr\$ 3.917.928,10

Total Cr\$ 36.946.185,60

THE RIGGS NATIONAL CB OF WASHINGTON

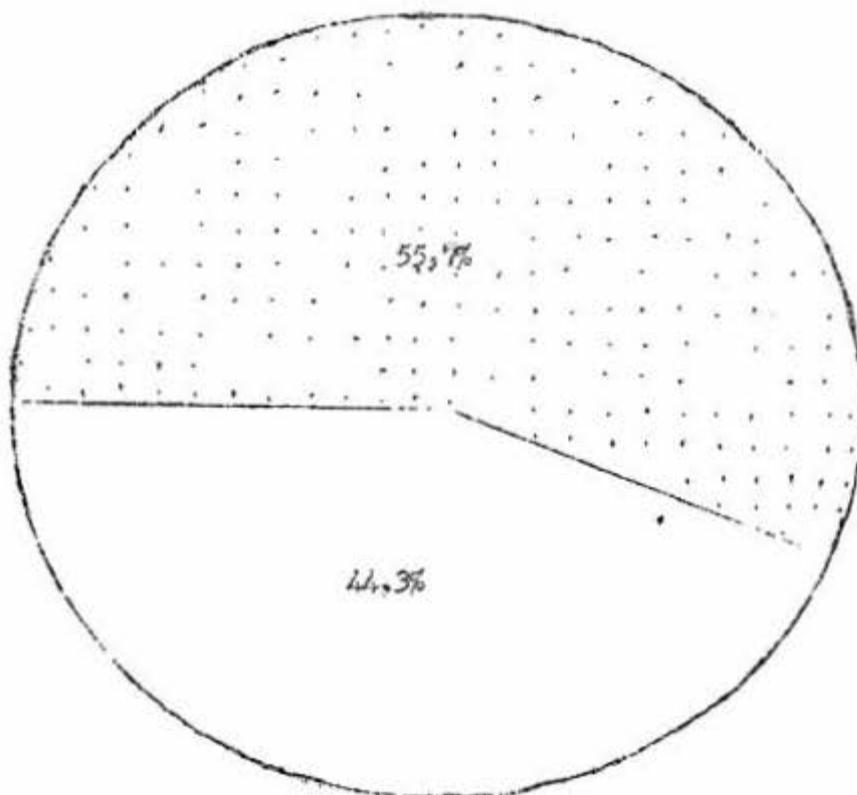
US\$ 3,277.78

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

DEMONSTRATIVO DA ARRECADAÇÃO DA TAXA DE ESTATÍSTICA COMPREENDIDA ENTRE OS PERÍODOS DE 1º DE DEZEMBRO DE 1963 A 31 DE MARÇO DE 1964 (4 MESES DA GESTÃO PASSADA) E DE 1º DE ABRIL A 31 DE JUNHO DE 1964 (4 MESES DA GESTÃO ATUAL)

INSPECTORIAS REGIONAIS	DEZEMBRO (63) JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO (64)	ABRIL, MAIO, JUNHO E JULHO (64)	DIFERENÇA p/a + ou -	%
Rondônia	1.616.452,5	1.291.852,7	- 324.599,8	- 20,1
Acre	1.472.220,0	1.295.814,0	- 176.406,0	- 12
Amazonas	4.763.704,8	5.252.736,0	+ 489.031,2	+ 10,3
Roraima	32.300,0	297.961,6	+ 265.661,6	+ 822,5
Pará	13.070.743,3	13.779.267,4	+ 708.524,1	+ 5,4
Amapá	1.260.602,0	1.553.002,2	+ 292.400,2	+ 23,2
Maranhão	1.939.986,0	2.884.176,6	+ 944.190,6	+ 48,7
Piauí	2.355.795,8	3.270.341,5	+ 914.545,7	+ 38,8
Ceará	14.690.299,2	18.649.362,4	+ 3.959.063,2	+ 26,9
Rio Grande do Norte	6.769.663,0	8.111.031,9	+ 1.341.368,9	+ 19,8
Paraíba	6.829.341,2	9.649.583,5	+ 2.820.242,3	+ 41,3
Pernambuco	32.630.309,4	42.592.486,5	+ 9.962.177,1	+ 30,5
Alagoas	5.977.365,7	8.292.046,4	+ 2.314.680,7	+ 38,7
Sergipe	5.882.511,1	6.899.955,3	+ 1.017.444,2	+ 17,3
Bahia	38.520.656,2	49.149.310,8	+ 10.628.654,6	+ 27,6
Minas Gerais	98.371.676,8	100.506.115,0	+ 2.134.438,2	+ 2,2
Espírito Santo	8.659.101,1	11.335.461,6	+ 2.676.360,5	+ 30,9
Rio de Janeiro	38.059.246,3	46.276.007,9	+ 8.216.761,6	+ 21,6
São Paulo	93.762.196,6	127.681.251,7	+ 33.919.055,1	+ 36,2
Paraná	44.992.883,1	55.908.817,8	+ 10.915.934,7	+ 24,3
Santa Catarina	16.457.551,6	20.452.238,1	+ 3.994.686,5	+ 24,3
Rio Grande do Sul	31.746.743,2	39.052.407,5	+ 7.305.664,3	+ 23,0
Mato Grosso	8.230.953,8	12.009.795,7	+ 3.778.841,9	+ 45,9
Goiás	13.262.864,0	14.616.119,5	+ 1.353.255,5	+ 10,2
Brasília	8.800.404,3	9.591.071,3	+ 790.667,0	+ 9
BRASIL	500.155.571,0	630.398.214,9	+ 130.242.643,9	+ 26

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ARRECALHAÇÃO DA TAXA DE ESTATÍSTICA
NOS PERÍODOS 1º/12/63 a 31/3/64 e 1º/4/64 a 31/7/64



CONVENÇÃO



De 1º de Abril a 31 de Julho de 1964.



De 1º de Dezembro de 1963 a 31 de Março de 1964.

DESPESAS COM AS II.RR. E AGÊNCIAS MUNICIPAIS DE ESTATÍSTICA

EXERCÍCIO DE 1963

INSPEÇÕES REGIONAIS	SEDES	AGÊNCIAS	TOTAIS
I - NORTE			
Rondônia	6.438.706,9	1.111.261,0	7.549.967,9
Acre	7.252.970,7	7.475.391,7	14.728.362,4
Amazonas	26.464.710,4	26.215.756,6	52.680.467,0
Roraima	5.397.857,3	921.980,0	6.319.837,3
Pará	51.334.696,3	64.140.173,1	115.474.869,4
Amapá	6.144.827,5	2.114.618,8	8.259.446,3
II - NORDESTE			
Maranhão	61.708.250,6	82.720.661,8	144.508.932,4
Piauí	25.982.309,4	56.854.286,2	93.836.595,6
Ceará	74.106.316,7	108.638.632,1	182.744.948,8
Rio Grande do Norte	39.133.693,6	51.567.426,2	90.701.119,8
Paraíba	43.784.763,0	59.752.447,0	103.537.210,0
Pernambuco	56.456.661,1	144.882.067,8	201.338.728,9
Alagoas	41.171.240,2	46.733.855,7	87.905.095,9
III - LESTE			
Sergipe	38.306.040,3	49.567.600,8	87.873.641,1
Bahia	96.973.554,3	163.021.859,3	259.995.413,6
Minas Gerais	153.079.436,8	394.754.582,5	547.834.019,3
Espírito Santo	38.742.004,3	34.560.688,6	73.302.692,9
Rio de Janeiro	71.149.536,2	82.266.592,8	153.416.129,0
IV - SUL			
São Paulo	220.689.698,9	379.731.952,6	600.421.651,5
Paraná	55.040.818,2	96.178.861,9	151.219.680,1
Santa Catarina	45.144.676,5	65.655.707,5	110.800.384,0
Rio Grande do Sul	92.948.146,5	150.679.015,6	243.627.162,1
V - CENTRO-OESTE			
Mato Grosso	27.867.160,4	38.748.381,6	66.615.542,0
Goiás	21.650.390,7	103.607.355,7	125.257.746,4
Brasília	-	-	-
TOTAL	1.318.048.466,8	2.211.901.176,9	3.529.949.643,7

DESPESAS COM AS II. RR. E AGÊNCIAS MUNICIPAIS DE ESTATÍSTICA

1º SEMESTRE DE 1964

INSPETORIAIS REGIONAIS	SEDES	AGÊNCIAS	TOTAIS
I - NORTE			
Rorônia	3.818.385,6	615.239,6	4.433.625,2
Acre	4.044.839,4	4.145.092,0	8.189.931,4
Amazonas	9.036.369,2	19.100.368,6	28.136.737,8
Roraima	3.263.662,0	444.573,8	3.708.235,8
Pará	22.121.716,5	42.253.523,4	64.375.239,9
Amapá	3.343.205,3	1.243.977,6	4.587.182,9
II - NORDESTE			
Maranhão	26.460.237,1	53.709.734,0	80.259.967,1
Piauí	15.906.368,3	32.022.058,3	47.928.426,6
Ceará	32.356.847,3	65.388.821,5	97.745.668,8
Rio Grande do Norte	15.211.720,5	32.950.328,0	48.162.048,5
Paraíba	18.453.891,0	40.245.038,7	58.698.929,7
Pernambuco	31.162.710,4	73.337.611,9	104.500.322,3
Alagoas	15.638.748,7	29.461.304,8	45.100.053,5
III - LESTE			
Sergipe	14.537.103,7	32.209.593,7	46.746.697,4
Bahia	31.466.056,1	106.149.178,0	137.615.234,1
Minas Gerais	38.376.588,0	177.490.769,2	215.867.357,2
Espírito Santo	15.071.031,6	22.952.364,6	38.023.396,2
Rio de Janeiro	29.960.692,4	55.805.099,3	85.765.791,7
IV - SUL			
São Paulo	82.131.115,5	249.256.244,0	331.387.359,5
Paraná	21.967.593,0	68.810.845,2	90.778.438,2
Santa Catarina	15.210.325,3	45.847.304,3	61.057.629,6
Rio Grande do Sul	31.713.535,9	105.025.191,5	136.738.727,4
V - CENTRO-OESTE			
Mato Grosso	10.304.901,5	27.986.250,0	38.291.151,5
Goiás	13.346.134,2	52.736.873,2	66.083.007,4
Brasília (SODF)	9.120.435,2	-	9.120.435,2
S.G. - C.N.E.	514.024.209,7	1.339.277.385,2	1.853.301.594,9

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
SERVIÇO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Quadro demonstrativo dos encargos com
os levantamentos da Estatística Nacional

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (Cr\$)	
	Parcial	Total
I - I.B.G.E.		
Cons.Nacional de Estatística	7 991 106 000	9 658 122 000
Sery.Nacional de Recenseamento	1 532 469 000	
Esc.Nac.de Ciências Estatísticas	134 547 000	
II - ORGÃOS CENTRAIS FEDERAIS		650 885 000
MEC-Serv.Est.da Educação	64 876 000	
MA-Serv.Est.da Produção	110 039 000	
MP-Serv.Est.Econ.e Financeiro	101 135 000	
MS-Serv.Est.da Saúde	133 607 000	
MT-Serv.Est.Previd.e Trabalho	160 044 000	
MIC-Serv.Est.Ind.e Comércio	-	
MEM-Serv.Est.Minas e Energia	-	
MJ-Serv.Est.Dem.M.e Política	81 184 000	
III - ORGÃOS CENTRAIS REGIONAIS		460 215 878
DGE-Rondônia	-	
DRE-Acre	13 514 460	
DEE-Amazonas	12 930 500	
DGE-Roraima	6 226 453	
DEE-Pará	21 154 200	
DGE-Amapá	-	
DEE-Maranhão	9 920 000	
DEE-Piauí	5 830 560	
DRE-Ceará	26 370 879	
DEE-Rio Grande do Norte	11 492 400	
DEE-Paraíba	16 755 540	
DEE-Pernambuco	34 515 680	
DEE-Alagoas	19 360 000	
DEE-Sergipe	1 847 000	
DEE-Bahia	28 137 903	

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (Cr\$)	
	Parcial	Total
III - <u>ORGÃOS CENTRAIS REGIONAIS</u> (Cont)		
DEE-Minas Gerais	45 000 000	
DEE-Espírito Santo	20 178 730	
DEE-Rio de Janeiro	98 375 480	
DEE-Guanabara	-	
DEE-São Paulo	34 569 300	
DEE-Paraná	25 372 799	
DEE-Rio Grande do Sul	-	
DEE-Santa Catarina	26 649 360	
DEE-Mato Grosso	-	
DEE-Goiás	2 024 634	
Brasília (D.F.)	-	
IV - <u>ORGÃOS FILIADOS</u>		661 444 354
Instituto Brasileiro do Café	103 545 844	
Instituto Nacional do Pinho	2 785 088	
Rêde Ferroviária Federal, S.A.	109 838 022	
Lloyd Brasileiro	33 961 164	
Caixa Econômica Federal	14 563 000	
Banco do Brasil, S.A.	390 739 365	
Bólsa de Mercadorias de S.Paulo	6 011 671	
Confederação Rural Brasileira	...	
Fundação Getúlio Vargas	...	
Instituto do Alcool e do Açúcar	...	
C.Est.Religiosa e Invest.Sociais	...	
Instituto Brasileiro do Sal	...	
Banco do Nordeste	...	
Sup.Desenvol.Econ.Nordeste (SUDENE)	...	
Faculd.C.Econ.Univ.R.G.do Sul	...	
TOTAL GERAL		11 430 667 032

SERVIÇO GRÁFICO DO I.B.G.E.

SEÇÃO DE PESSOAL

Admissões: não se registraram

Demissões: 6 homens maiores
1 mulher maior

Licenciados pelo I.A.P.I. = 16 homens e 4 mulheres maiores

Licenciados para o Serviço Militar: 1 homem maior.

Licenciado para interesses particulares: 1 homem maior.

Quadro efetivo de empregados em 31-8-1964

Maiores - homens: 350
mulheres: 71

Menores - homens: 16
mulheres: 1

Total do quadro efetivo 438 empregados

Serviço Gráfico, em 22 de setembro de 1964.

SERVIÇO GRÁFICO

SITUAÇÃO FINANCEIRA NO PERÍODO DE ABRIL A AGOSTO/64

MÊS	DESPESA C.	RECEITA			DIFERENÇA PARA MAIS DA DESPESA SOBRE A RECEITA C.
		Realizada C.	Fases de encomendas já executadas C.	Subtotal C.	
Abril	53.037.647,30	35.799.202,00	5.112.529,90	40.911.731,90	+12.125.915,40
Mai	60.911.726,00	20.990.073,70	17.825.024,80	38.815.098,50	+22.096.627,50
Junho	72.781.819,60	35.586.901,50	24.842.115,10	60.429.016,90	+12.352.802,70
Julho	61.431.762,80	35.762.425,80	9.898.757,20	45.661.183,00	+35.770.579,80
Agosto	73.469.134,60	53.662.530,20	11.553.063,20	65.215.593,40	+ 8.253.541,20
TOTAL	341.632.090,30	181.801.133,50	69.231.490,20	251.032.623,70	+90.599.466,60

SERVIÇO GRÁFICO DO I.B.G.E.

RECEITAS ADMINISTRATIVAS

Abril	₡	608.248,80	
Maior	₡	659.204,40	
Junho	₡	587.888,70	
Julho	₡	723.800,70	
Agosto	₡	<u>778.097,30</u>	₡ 3.357.239,90

RECEITAS INDUSTRIAIS

Abril	₡	33.359.557,40	
Maior	₡	17.159.332,50	
Junho	₡	30.007.445,00	
Julho	₡	32.207.455,40	
Agosto	₡	<u>49.661.153,40</u>	₡ 162.394.943,70

RECEITAS DIVERSAS

Abril	₡	1.831.395,80	
Maior	₡	3.171.536,80	
Junho	₡	4.991.568,10	
Julho	₡	2.831.169,70	
Agosto	₡	<u>3.223.279,50</u>	₡ 16.048.949,90
			₡ 181.001.133,50

.....

DÍVIDAS ANTIGAS COM O SERVIÇO GRÁFICO,
COBRADAS DE MAIO DE 64 ATÉ A PRESENTE DATA
CONSTANTES DA RELAÇÃO DE CR\$251.000.000,00

Nº DA FATURA	DATA DA EMISSÃO	NOME DO CLIENTE	IMPORTÂNCIAS	DATA DO PAGAMENTO
(+)	(+)	Bureau de Org. de Emp. e Rel. Humanas	50 000,00	25/05/64
18 863	20/02/64	Conselho Nacional de Telecomunicações	75 650,00	25/05/64
18 615	30/11/63	Instituto Nossa Senhora das Dores	17 993,00	25/05/64
18 497	29/10/63	MVOP-Lloyd Brasileiro	1 470 804,00	26/05/64
16 926	31/05/62	Antônio Teixeira de Freitas	2 905,00	27/05/64
17 527	30/11/63	Antônio Teixeira de Freitas	9 114,00	27/05/64
18 651	16/12/63	Secretaria Geral de Fir. do Estado da Guanabara	4 411 500,00	4/06/64
16 673	31/03/62	Oscar da Costa & Cia. Ltda.	12 232,00	5/06/64
17 337	29/09/62	Bridge Clube do Rio de Janeiro	12 820,00	8/06/64
8 208	23/03/55	Heckel Tavares, Maestro (saldo)	6 080,00	9/06/64
11 070	30/04/57	Heckel Tavares, Maestro	2 385,00	9/06/64
17 933	30/04/63	G.N.E.--Serviço Nacional de Recenseamento	1 521 148,00	9/06/64
18 050	31/05/63	" "	933 688,00	9/06/64
18 097	26/06/63	" "	119 280,00	9/06/64
18 108	29/06/63	" "	18 708,00	9/06/64
18 109	29/06/63	" "	70 800,00	9/06/64
18 126	29/06/63	" "	65 000,00	9/06/64
18 169	29/06/63	" "	66 500,00	9/06/64
18 170	29/06/63	" "	18 502,00	9/06/64
18 171	29/06/63	" "	66 500,00	9/06/64
18 172	29/06/63	" "	555 000,00	9/06/64
18 197	22/07/63	" "	65 600,00	9/06/64
18 198	22/07/63	" "	58 950,00	9/06/64
18 232	29/07/63	" "	64 200,00	9/06/64
18 233	29/07/63	" "	3 461 205,00	9/06/64
18 261	31/07/63	" "	8 368,00	9/06/64
18 262	31/07/63	" "	14 700,00	9/06/64
18 294	26/08/63	" "	71 700,00	9/06/64
18 295	26/08/63	" "	44 640,00	9/06/64
18 296	26/08/63	" "	28 348,00	9/06/64
18 297	26/08/63	" "	13 086,00	9/06/64
18 315	27/08/63	" "	1 138 500,00	9/06/64
18 316	27/08/63	" "	100 190,00	9/06/64

Nº DA FATURA	DATA DA EMISSÃO	NOME DO CLIENTE	IMPORTÂNCIAS	DATA DO PAGAMENTO
18 317	27/08/63	C.N.E.- serviço Nacional de Recenseamento	7 020,00	9/06/64
18 318	27/08/63	" "	23 248,00	9/06/64
18 341	31/08/63	" "	1 350 000,00	9/06/64
18 342	31/08/63	" "	67 100,00	9/06/64
18 343	31/08/63	" "	239 700,00	9/06/64
18 344	31/08/63	" "	294 000,00	9/06/64
18 345	31/08/63	" "	218 000,00	9/06/64
18 373	31/08/63	" "	198 650,00	9/06/64
18 385	19/09/63	" "	69 000,00	9/06/64
18 386	19/09/63	" "	69 500,00	9/06/64
18 387	19/09/63	" "	195 000,00	9/06/64
18 388	19/09/63	" "	60 800,00	9/06/64
18 398	19/09/63	" "	18 429,00	9/06/64
18 399	19/09/63	" "	854 150,00	9/06/64
18 420	26/09/63	" "	2 475 000,00	9/06/64
18 421	26/09/63	" "	68 250,00	9/06/64
18 436	30/09/63	" "	231 050,00	9/06/64
18 437	30/09/63	" "	73 200,00	9/06/64
17 712	31/01/63	Rubens da Silva Gueiros	101 607,00	10/06/64
17 753	28/02/63	" "	10 922,00	10/06/64
18 234	29/07/63	" "	10 235,00	10/06/64
18 614	30/11/63	" "	5 142,00	10/06/64
18 933	31/04/64	Comissão Ex.de Defesa da Borracha	291 616,00	11/06/64
16 822	30/04/62	Campanha . ac.de Educandários Gratuitos	3 138,00	11/06/64
16 847	31/05/62	" "	3 700,00	11/06/64
16 848	31/05/62	" "	3 733,00	11/06/64
15 750	29/04/61	Assoc.dos Eng ^{os} da E.de Ferro do Brasil	8 332,00	12/06/64
(+)	(+)	Editora Módulo Ltda.(saldo)	70 000,00	12/06/64
(+)	(+)	Editora de Revistas Sociais "ERSOL" S/A	60 700,00	15/06/64
14 931	30/06/60	Renato Ney Ribeiro	15 273,00	16/06/64
14 999	30/06/60	" "	3 945,00	16/06/64
15 092	31/08/60	" "	16 100,00	16/06/64
16 927	31/05/62	Centro de Cultura Econômica	21 200,00	18/06/64
(+)	(+)	José de Almeida	7 000,00	23/06/64
18 575	30/11/63	Grêmio Recreativo Estrêla do Norte	12 820,00	23/06/64
18 742	31/12/63	Paulo Vieira de Andrade	58 776,00	24/06/64
18 767	31/01/64	" "	8 000,00	24/06/64

Nº DA FATURA	DATA DA EMISSÃO	NOME DO CLIENTE	IMPORTÂNCIAS	DATA DO PAGAMENTO
12 974	29/12/58	Côurto de Oliveira (saldo)	45 000,00	24/06/64
18 918	31/03/64	Petróleo Brasileiro S/A-Petrobrás-REDUC	35 000,00	25/06/64
18 919	31/03/64	" "	67 350,00	25/06/64
18 920	31/03/64	" "	30 270,00	25/06/64
18 921	31/03/64	" "	505 125,00	25/06/64
18 922	31/03/64	" "	39 034,00	25/06/64
18 923	31/03/64	" "	178 002,00	25/06/64
18 852	28/02/64	Escola Nac.de Ciências Estatísticas	10 166,00	26/06/64
(+)	(+)	Francelino de Araujo Gomes	7 500,00	1/07/64
(+)	(+)	Nélio Álvaro de Macêdo	10 000,00	1/07/64
(+)	(+)	Antonio Francisco de Souza Filho	4 200,00	1/07/64
16 637	28/02/62	José Miguel Dias de Figueiredo	2 858,00	1/07/64
18 539	31/10/63	Laerte Cattete Reis	3 373,00	1/07/64
17 423	31/10/62	Flora de Jesus Ferreira	3 500,00	1/07/64
(+)	(+)	José Ayres de Souza Filho	6 463,00	1/07/64
15 633	30/03/61	Ailton Coentro	8 800,00	1/07/64
18 758	31/01/64	Secretaria de Fin.do E.da Guanabara	392 000,00	2/07/64
18 632	30/11/63	M.F.-Serv.de Estat.Econ. e Financeira	553 638,00	2/07/64
18 857	28/02/64	Grepaco-Ind.Manufatora de Papéis S.A.	216 810,00	3/07/64
18 861	28/02/64	Conselho Nacional de Telecomunicações	52 616,00	3/07/64
18 862	28/02/64	" "	52 616,00	3/07/64
17 425	31/10/62	Inst.de Apos.e Pen.dos Comerciaários	313 960,00	3/07/64
18 844	28/02/64	" "	664 860,00	3/07/64
(+)	(+)	Editôra Maio Ltda.	25 000,00	6/07/64
17 788	28/02/63	Com.Org.do XVIII Cong.Int.de Geografia	16 980,00	7/07/64
18 443	30/09/63	" "	761 149,50	7/07/64
15 795	31/05/61	Edilberto Martins (saldo)	39 644,20	8/07/64
18 167	29/06/63	MVOP-Dep.Nac.de Estrada de Rodagem	220 000,00	10/07/64
17 165	27/08/62	Petróleo Brasileiro S/A-Petrobrás-REDUC	12 045,00	10/07/64
17 608	31/12/62	" "	102 400,00	10/07/64
17 956	30/04/63	" "	1 354,00	10/07/64
17 984	30/04/63	" "	213 600,00	10/07/64
(+)	(+)	Inst.Brasileiro de Adm.Municipal	186 000,00	13/07/64

Nº DA FATURA	DATA DA EMISSÃO	NOME DO CLIENTE	IMPORTÂNCIAS	DATA DO PAGAMENTO
(+)	(+)	Bureau de Org.de Empresas e Rel. Humanas	30 000,00	15/07/64
(+)	(+)	Mancel Ambrósio Júnior	30 000,00	15/07/64
(+)	(+)	Editôra de Revistas Sociais "ERSOL" S/A	60 000,00	17/07/64
(+)	(+)	José Lustosa, Dr.	26 672,80	17/07/64
17 740	28/02/63	Câmara dos Deputados	880 000,00	21/07/64
17 741	28/02/63	" "	884 840,00	21/07/64
17 742	28/02/63	" "	876 280,00	21/07/64
17 784	28/02/63	" "	1 090 280,00	21/07/64
17 820	28/03/63	" "	1 086 880,00	21/07/64
17 828	30/03/63	" "	1 048 240,00	21/07/64
17 844	30/03/63	" "	1 075 840,00	21/07/64
17 875	30/03/63	" "	821 920,00	21/07/64
18 378	31/08/63	" "	847 696,00	21/07/64
18 531	31/10/63	" "	932 000,00	21/07/64
18 514	31/10/63	" "	471 303,00	21/07/64
18 621	30/11/63	" "	1 075 680,00	21/07/64
18 622	30/11/63	" "	582 765,80	21/07/64
(+)	(+)	José de Almeida	7 000,00	24/07/64
13 685	30/06/59	I.R.E.M. de Porto Alegre	6 807,60	24/07/64
18 726	31/12/63	Dep.Geog.de M.Gerais-Div. de Cartografia	653 000,00	27/07/64
18 934	31/03/64	Soc.Financido E.da Guanabara -Dep. Tes.	4 411 500,00	30/07/64
(+)	(+)	Bureau de Org.de Empresas e Rel. Humanas	60 000,00	31/07/64
(+)	(+)	Francelino de Araujo Gomes	7 500,00	3/08/64
(+)	(+)	Nélio Alvaro de Macedo (saldo)	5 436,00	3/08/64
(+)	(+)	Antonio Francisco de Souza Filho	4 200,00	3/08/64
(+)	(+)	José Ayres de Souza Filho	6 463,00	3/08/64
(+)	(+)	Editôra Maio Ltda.	25 000,00	5/08/64
10 786	31/01/57	Assoc.dos Ex-Alunos do Liceu Art. e Officinas	98 766,40	6/08/64
15 182	30/09/60	Sociedade de Cultura Inglesa	22 000,00	6/08/64
(+)	(+)	Manoel Ambrósio Junior	20 000,00	7/08/64
(+)	(+)	Bureau de Org.de Empresas e Rel. Humanas	270 000,00	12/08/64
15 115	30/09/60	Inst.Bras.de Administração Municipal (saldo)	186 000,00	12/08/64
17 569	28/12/62	Editôra de Revistas Sociais "ERSOL" (saldo)	60 000,00	20/08/64

Nº DA FATURA	DATA DA EMISSÃO	NOME DO CLIENTE	IMPORTÂNCIAS	DATA DO PAGAMENTO
16 675	31/03/62	Cia. Internacional de Discos e Filmes (saldo)	140 925,00	27/08/64
15 687	29/04/61	Souza Neto	57 200,00	31/08/64
16 514	30/12/61	C.N.E. - Serv. Nacional de Recenseamento	181 018,00	31/08/64
16 578	31/01/62	" "	209 650,00	31/08/64
18 473	25/10/63	" "	6 080,00	31/08/64
18 474	25/10/63	" "	6 631,00	31/08/64
18 491	29/10/63	" "	26 920,00	31/08/64
18 498	31/10/63	" "	188 000,00	31/08/64
18 508	31/10/63	" "	11 834,00	31/08/64
18 509	31/10/63	" "	73 750,00	31/08/64
18 574	30/11/63	" "	72 150,00	31/08/64
18 623	30/11/63	" "	72 150,00	31/08/64
18 658	16/12/63	" "	115 500,00	31/08/64
18 674	27/12/63	" "	73 750,00	31/08/64
18 534	31/10/63	" "	73 750,00	31/08/64
18 681	31/12/63	" "	51 720,00	31/08/64
18 682	31/12/63	" "	69 500,00	31/08/64
18 695	31/12/63	" "	19 405,00	31/08/64
18 711	31/12/63	" "	41 400,00	31/08/64
18 712	31/12/63	" "	66 570,00	31/08/64
18 713	31/12/63	" "	7 137,00	31/08/64
18 739	31/12/63	" "	612,00	31/08/64
18 865	28/02/64	" "	74 550,00	31/08/64
18 866	28/02/64	" "	8 670,00	31/08/64
18 867	28/02/64	" "	10 437,00	31/08/64
18 890	25/03/64	" "	2 061 080,00	31/08/64
18 891	25/03/64	" "	76 036,00	31/08/64
18 910	31/03/64	" "	149 292,00	31/08/64
18 957	31/03/64	" "	161 350,00	31/08/64
18 958	31/03/64	" "	28 130,00	31/08/64
(+)	(+)	Francelino de Araújo Gomes	7 500,00	1/09/64
(+)	(+)	Antonio Francisco de Souza Filho	4 200,00	1/09/64
(+)	(+)	José Ayres de Souza Filho	6 453,00	1/09/64
18 799	31/01/64	Superintendência da Caixa de Crédito da Pesca	87 446,00	8/09/64
14 240	30/11/59	Editôra Três Poderes S/A	78 684,00	9/09/64
(+)	(+)	Editôra Maio Ltda.	25 000,00	9/09/64
(+)	(+)	José de Almeida	14 000,00	10/09/64
(+)	(+)	Manoel Ambrósio Júnior	10 000,00	10/09/64
(+)	(+)	Companhia Jornalística Cas telar	22 640,00	15/09/64

Nº DA FATURA	DATA DA EMISSÃO	NOME DO CLIENTE	IMPORTÂNCIAS	DATA DO PAGAMENTO
17 954	30/04/63	M.F.-Serv.Estat.Econômica e Financeira	208 278,00	16/09/64
18 407	24/09/63	" "	223 702,00	16/09/64
18 426	30/09/63	" "	254 550,00	16/09/64
(+)	(+)	" "	167 250,00	16/09/64
(+)	(+)	" "	246 374,00	16/09/64
(+)	(+)	Artes Gráficas Iniciais S/A	50 000,00	17/09/64
16 014	31/08/61	Assoc.dos Eng ^o da E.de Ferro do Brasil	7 422,00	23/09/64
T O T A L			48 843 922,30	

SERVIÇO GRAFICO DO I.B.G.B.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Abril	Cr	9.327.534,50	
Maior	Cr	8.003.253,40	
Junho	Cr	9.307.667,80	
Julho	Cr	10.358.186,50	
Agosto	Cr	<u>11.111.349,90</u>	Cr 48.117.992,10

DESPESAS INDUSTRIAIS

Abril	Cr	36.031.990,40	
Maior	Cr	46.760.823,30	
Junho	Cr	55.118.361,40	
Julho	Cr	60.210.333,10	
Agosto	Cr	<u>52.715.979,00</u>	Cr 251.837.487,20

DESPESAS A REPAR

Abril	Cr	7.442.174,70	
Maior	Cr	5.851.038,70	
Junho	Cr	7.949.583,90	
Julho	Cr	9.013.714,90	
Agosto	Cr	<u>7.538.692,10</u>	Cr 37.905.204,30

INVESTIMENTOS

Abril	Cr	115.947,70	
Maior	Cr	296.610,60	
Junho	Cr	406.206,50	
Julho	Cr	1.849.528,30	
Agosto	Cr	<u>1.103.113,60</u>	Cr 3.771.406,70
			Cr 541.632.090,30

SERVIÇO GRÁFICO DO I.B.G.E.

DIVISÃO COMERCIAL

ENCOMENDAS CONTRATADAS

Período de abril a agosto de 1964

Órgãos Oficiais 322

Particulares 117

CONCORRÊNCIAS PÚBLICAS

NÚMERO	DATA	PROTOCOLO	M A T E R I A L
7/64	22-4-64	7.719/64	50 chapas de zinco, 690 x 730 x 3,5 mm p/off-set 100 chapas idem, idem, 1.220 x 1.020 x 6,0 mm. 100 chapas idem, idem, 1.410 x 1.145 x 5,0 mm. 200 chapas idem, idem; 500 x 650 x 1,5 mm. p/clichês.
8/64	23-4-64	7.505/64	Papel acetinado de 2. e 3. Papel apergaminhado, sem marca Papel tipo kraft Cartão bristol branco e cinza.
9/64	24-4-64	8.282/64	4.500 metros de percalina, côr cinza, c/1,20 de largura. 2.000 metros idem, idem, côr verde. 2.600 folhas de papel Hamburguês nº 20, c/80 x 100 cm.
10/64	15-4-64	7.782/64	472.000 folhas de papel gomado, de 1ª, 42 x 62 cm. c/78 grs.
11/64	12-5-64	7.539/64	Aparás de papel de 1ª e 2ª qualidade.
12/64	19-5-64	5.346/64	950 resmas de papel off-set de 1ª; c/linhas d'água, com 98 x 128 cm. c/126 gramas. 60 resmas idem, idem, 100 x 130 cm. 2.000 resmas de papel acetinado de 2.º, c/linhas d'água, 66 x 96 cm. c/60 gramas. 140 resmas de papel apergaminhado, s/marca, 66 x 96 cm. com 57 gramas.
13/64	19-6-64	9.870/64	2.500 folhas de filme Ortocromático, base fina, 50 x 60 cm. p/traços e retículas. 1.000 folhas de filme Pancromático; 50 x 60 cm. p/reticulado direto.
14/64	25-6-64	11.804/64	20.000 esferas de aço, 3/4" p/granita - ção de chapas de off-set. 6 facas de aço, c/1.220 x 130 x 12,5 mm. p/cortar papel 2 idem, idem, com 1.500 x 130 x 12,0 mm. 2 idem, idem, com 1.240 x 130 x 10,0 mm.

NÚMERO	DATA	PROTOCOLO	M A T E R I A D
			2 idém, idem, com 1.420 x 140 x 11,0 mm.
15/64	16-7-64	12.810/64	54 resmas de papel apérgaminhado, s/ marca, 100 x 130 cm. com 110 grs. x m2. 120 resmas de papel off-set de 1ª, c/ linhas d'água, 100 x 130 cm. c/126 grs.
16/64	20-7-64	12.829/64	1.200 resmas de papel apérgaminhado, c/ marca, 90 x 120 cm. com 94 gramas.
17/64	24-7-64	ANULADA	Tanque reservatório para combustível. Bomba elétrica e manual.
18/64	17-8-64	13.856/64	56.000 parafusos p/livro de fôlhas sôltas, c/13 mm.
19/64	18-8-64	13.855/64	343 resmas de papel apérgaminhado, s/ marca, 76 x 112 cm. com 30 quilos.
20/64	26-8-64	14.040/64	200.000 envelopes saço, kraft, c/27 x 36 cm. c/94 grs. 100.000 envelopes saço kraft, c/23 x 32,5 cm. c/90 grs. 50.000 envelopes apérgaminhado, c/12,5 x 15,5 cm. c/75 grs. 100.000 envelopes saço, apérgaminhado, 17,5 x 23 cm. 90 grs. 50.000 envelopes saço, apérgaminhado, 17,5 x 23 cm. 94 grs.
21/64	28-8-64		187.000 fôlhas de papel acetinado de 1ª, próprio para impressão de selos, c/ 42 x 62 cm. c/78 grs.
22/64	31-8-64		30 metros de friza de borracha, com 3 lonas, com 1,30 m. de largura, p/ máquina off-set.

OBSERVAÇÕES: - Para compra de matérias primas e outros materiais, foram efetuadas 130 (cento e trinta) Coletas de Preços

SERVIÇO GRÁFICO DO I.B.G.E.

RELACÃO DAS FATURAS EMITIDAS DURANTE O ANO DE 1964

(abril - agosto)

M ê s	Quantidade	R E C E I T A V a l o r (Cr\$)
Janeiro	-	-
Fevereiro	-	-
Março	-	-
Abril	82	34 970 859,90
Maio	70	16 935 695,00
Junho	108	29 312 686,00
Julho	86	26 878 492,40
Agosto	107	41 406 398,40

II - ASSUNTOS TÉCNICOS

SITUAÇÃO DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA - 1964

ASSUNTOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ÓRGÃO APURADOR	TIPO DA INVESTIGAÇÃO	PERIODICIDADE	ÚLTIMA DIVULGAÇÃO	OBSERVAÇÃO
SITUAÇÃO FÍSICA						
<u>Caracterização do Território</u>						
Posição, limites e extensão	CNG	CNG	Direta e compilação	P (atualização)	Anuário Estatístico do Brasil - 1963	
Estrutura geológica Geomorfologia Divisão regional						
<u>Climatologia:</u>	SM-MA	SM-MA	Observação local, e compilação	M e A	Anuário Estatístico do Brasil - 1963	
Características climáticas Observações meteorológicas						
<u>Recursos Naturais:</u>	CNG; DA-DNPM	CNG; DA-DNPM	Local	M-A	Anuário Estatístico do Brasil - 1963	O Departamento de Recursos Naturais Nováveis - MA, pode fornecer estimativas sobre a cobertura florestal do Brasil. Divisão de Geologia e Mineralogia do I faz a Carta Geológica do Brasil.
Águas Solos Minerais Flora Fauna						
SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA						
<u>Estado da População:</u>	SNR-SEDMP	SNR-SEDMP	Recenseamento, registros civis	D e A	Anuário Estatístico do Brasil - 1963	Estimativas inter-censitárias apresentadas pelo Laboratório de Estatística e próprio SNR. Existe, atualmente, um G de Trabalho encarregado de estudos para regulamentação das estimativas populacionais.
Absoluta e relativa Urbana e rural Características individuais Características étnicas Características culturais Características econômicas						

SITUAÇÃO DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA - 1964

- 2 -
(continuação)

A S S U N T O S	ÓRGÃO RES- PONSÁVEL	ÓRGÃO APU- RADOR	TIPO DA INVESTIGAÇÃO	PERIO- DICIDA- DE	ÚLTIMA DIVULGAÇÃO	O B S E R V A Ç Ã O
SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA (concl.)						
<u>Movimento da População:</u> Nascimentos Casamentos Óbitos Dissolução da sociedade conjugal Migrações Naturalizações	SEDMP	SEDMP	Registros ofi- ciais	A	Anuário Estatístico do Brasil - 1963	A Superintendência de Política Agrária apresentou dados de imigração para o a- no de 1962. O Serviço Federal de Bioeg- tatística, M.S., levanta a estatística de mortalidade, por causa-de-morte. A divulgação é irregular; a última para al- gumas capitais foi publicada no AEB-1962 Dados existentes, com exceção de Migra- ções internas
SITUAÇÃO ECONÔMICA						
<u>Silvicultura:</u> Abate de árvores Extração vegetal Florestamento e reflores- tamento	SEP-MA	SEP-MA; INPinho	Coleta direta	A	Anuário Estatístico do Brasil - 1963	O INPinho levanta dados referentes à sua área de operação. Não existem dados sô- bre abate de árvores, florestamento e re- florestamento (exceto para o pinho). Dados existentes, parcialmente
<u>Caça:</u> Organização e estações de refúgio e criação Animais abatidos e produ- ção	SEP-MA	SEP-MA	Coleta direta	A	Anuário Estatísti co do Brasil - 1963	Dados apresentados somente até 1962. Dados existentes somente para animais a- batidos e produção
<u>Pesca:</u> Organização e aparelhamen- to Produção Povoamento e repovoamento ictiológico	SEP-MA	SEP-MA	Coleta direta	A	Anuário Estatístico do Brasil - 1963 referentes à 1961	Não existem dados sôbre povoamento e re- povoamento ictiológico. Os dados à Orga- nização e aparelhamento, são referentes a 1961. Dados parcialmente existentes.

(continuação)

ASSUNTOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ÓRGÃO APURADOR	TIPO DA INVESTIGAÇÃO	PERIODICIDADE	ÚLTIMA DIVULGAÇÃO	OBSERVAÇÃO
SITUAÇÃO ECONÔMICA (cont.)						
<u>Agropecuária:</u> Estrutura e meios de produção Agricultura Pecuária Avicultura Apicultura Sericicultura	SEP-MA-SNR	SEP-MA-SNR	Coleta indireta (Caderno-D)	A e D	Anuário Estatístico do Brasil - 1962	Os dados de Estrutura e meios de produção são referentes a 1960
<u>Indústria:</u> Estrutura e meios de produção Mineração e extração de produtos minerais Indústria de transformação Indústria de construção Serviços industriais de utilidade pública	SNR-DEIC - MIC-SG	SNR - CNE-SEP - MA-MM Energ.	Coleta direta	D, A, M,	Anuário Estatístico do Brasil - 1963	O Registro Industrial (DEIC), foi coletado para os anos 1961/62. A última divulgação do I. Econômicos (SG-CNE) refere-se ao ano de 1961. O GETEI, criado por decreto presidencial procede a estudos para pesquisas sobre o desenvolvimento industrial do País no período de 1960/65. As estatísticas da indústria de Construção estão iniciando uma nova fase (estatísticas contínuas). O C.N.A.E. Elétrica possui boas estatísticas sobre produção e distribuição de energia elétrica. As Campanhas Estatísticas (CNE) investigam aspectos sociais de alguns serviços de utilidade pública. O SEP-MA realiza os levantamentos sobre a mineração e extração de produtos minerais (por delegação do M.M.E.) e sobre a produção de alguns grupos de indústria de transformação (metais não metálicos, metalúrgica, couros e peles, química (óleos e gorduras vegetais), produtos alimentares e bebidas).

(continuação)

ASSUNTOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ÓRGÃO APURADOR	TIPO DA INVESTIGAÇÃO	PERIODICIDADE	ÚLTIMA DIVULGAÇÃO	OBSERVAÇÃO
SITUAÇÃO ECONÔMICA (cont.)						
<u>Comércio:</u> Organização Comércio exterior Comércio interior Preços Armazenagem	SNR-DEIC - MIC-SEEF - MF	SNR-SG-CNE SEEF - MF- SEPT - MT- SEP-MA-FG Vargas	Coleta direta e registros oficiais	D, A e M	Anuário Estatístico do Brasil - 1963	Os dados publicados são referentes a 1962 para o Comércio Exterior; 1961 para Cabotagem (índices) e 1962 (dados gerais); 1960 - Exportação por Vias Internas; 1962 - preços e 1960 para Armazenagem. Os dados sobre <u>Organização</u> são obtidos pelos Censos.
<u>Seguros:</u> Organização Seguro de vida Seguro agropecuário Ramos elementares	DEIC-MIC	I.R. Brasil; II.AA.PP	Registros oficiais	A e M	Anuário Estatístico do Brasil - 1963	A DEIC-MIC ainda não tem condições de tratar as estatísticas de seguro, embora sejam de sua responsabilidade.
<u>Serviços:</u> Organização Alojamento e alimentação Reparação e manutenção Serviços pessoais Serviços comerciais Diversões, radiodifusão e televisão	DEIC-MIC	SNR-SEEC- MEG; SG-CNE	Coleta direta	D e A	Anuário Estatístico do Brasil - 1963 Recenseamento - 1960	Alguns tópicos como Meios de hospedagem, Diversões, radiodifusão e televisão, são levantados pelo CNE, através das Campanhas Estatísticas (aspecto social, e cultural)

SITUAÇÃO DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA. - 1964.

(continuação)

ASSUNTOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ÓRGÃO APURADOR	TIPO DA INVESTIGAÇÃO	PERIODICIDADE	ÚLTIMA DIVULGAÇÃO	OBSERVAÇÃO
SITUAÇÃO ECONÔMICA (cont.)						
<u>Transportes:</u> Organização Transporte terrestre Transporte aquático Transporte aéreo	-	Todos os órgãos de coordenação de transportes e SG-CNE, SEEF	Coleta direta e registros administrativos	A	Anuário Estatístico do Brasil - 1963	A responsabilidade regimental do assunto depende ainda das decisões do Grupo Coordenador das estatísticas dos transportes. O DNP, Vias Navegáveis - MVOP, O DNER, DNEF, RFFederal S/A, CM, Mercante e D.A.C. fazem os levantamentos de seus respectivos setores; SEEF-MF, tráfego marítimo. Não existem dados para a Organização dos Transportes.
<u>Comunicações:</u> Organização Correios Telecomunicações	-	DCT; SG-CNE	Registros administrativos; coleta direta	A	Anuário Estatístico do Brasil - 1963	O CONTEL ainda não tem em funcionamento o seu Departamento de Estatística; deverá incumbir-se das estatísticas de telecomunicações. Atualmente os dados são levantados pela SG-CNE através das Campanhas Estatísticas. O DCT opera no campo de suas atribuições específicas. Dados com imperfeições.
<u>Mercado Monetário e Financeiro:</u> Moeda Mercado de capital Bancos e estabelecimentos financeiros Sociedade de capitalização Balanço de pagamento Caixas Econômicas	SEEF-MF	SEEF, SUMOC-MF, BB; BV; CSCE Fed.	Registros oficiais ou administrativos	A	Anuário Estatístico do Brasil - 1963	Atualmente, não existem dados para Sociedades de Capitalização

SITUAÇÃO DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA - 1964

(continuação)

ASSUNTOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ÓRGÃO APU- RADOR	TIPO DA INVESTIGAÇÃO	PERIO- DICIDA- DE	ÚLTIMA DIVULGAÇÃO	OBSERVAÇÃO
SITUAÇÃO ECONÔMICA (concl.)						
<u>Propriedade:</u> Propriedade imobiliária Propriedade industrial Propriedade intelectual	SEEF; DEIC; SEEC	SEEF-MF; DEIC -MIC; SEEC-MEC	Registros oficiais	A	Anuário Estatístico do Brasil - 1963	Dados com imperfeições
<u>Consumo:</u> Bens de produção Bens de consumo Orçamentos familiares Custo-de-vida	SEPT-MT; DEIC-MIC	SEPT-MT; F. G. Vargas	Coleta direta	M	Anuário Estatístico do Brasil - 1963	Não foram publicados dados sobre orçamentos familiares. Existem apurações e divulgações para alguns bens de consumo; ver Anuário Estatístico do Brasil - 1963. As fontes são a SG-CNE; CNAEB; C. N. Petróleo; SIND. Ind. Cimento; CED Borracha, etc. Dados com imperfeições.
<u>Contas Nacionais e Insumo- Produto:</u>	SEEF-MF	F. G. Vargas (delegação)	Elaboração e estimativas	A	Anuário Estatístico do Brasil - 1963	A maioria desses dados foram divulgados somente até 1960.
SITUAÇÃO SOCIAL						
<u>Habituação:</u> Prédios Domicílios	SNR-SEP-MT	SNR	Recenseamento	D	Anuário Estatístico do Brasil - 1963	Até o momento só se possuem os resultados dos Censos.
<u>Urbanização:</u> Edificações Logradouros públicos Serviços públicos	-	SG-CNE	Coleta direta	A	Anuário Estatístico do Brasil - 1963	A competência do levantamento das estatísticas de Urbanização deverá ser assumida pelo órgão central de estatística do Ministério da Viação e Obras Públicas, quando vier a ser criado. Foram publicados tão somente para. Abastecimento D'Água e Esgotos Sanitários.

SITUAÇÃO DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA - 1964

(continuação)

ASSUNTOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ÓRGÃO APURADOR	TIPO DA INVESTIGAÇÃO	PERIODICIDADE	ÚLTIMA DIVULGAÇÃO	OBSERVAÇÃO
SITUAÇÃO SOCIAL (cont.)						
<u>Trabalho:</u> Força do trabalho Duração de trabalho Higiene e segurança do trabalho Salários Acidentes do trabalho Conflitos do trabalho Organizações de classe Identificação profissional Justiça do trabalho	SEPT-MT - SNR	SG - CNE; SEP - MA; SER; TST	Coleta direta; registros oficiais	D,A,M	Amário Estatístico do Brasil - 1963	Praticamente nada se tem para: Força do Trabalho, Duração do Trabalho, Higiene e Segurança do Trabalho; Conflitos do Trabalho e Acidentes do Trabalho. Sobre força do Trabalho, têm havido algumas tentativas, principalmente em São Paulo. Dados parcialmente existentes.
<u>Saúde:</u> Organização Assist. hospitalar e para hospitalar Serviço de saúde pública Pessoal de saúde Morbidade	SES-MS	SES-MS	Coleta direta	A	Amário Estatístico do Brasil - 1963	Os dados apresentados referem-se a 1961, para alguns quadros. Não existem dados para morbidade.
<u>Previdência Social:</u> Organização Seguros e auxílios	SEPT-MT	SEPT-MT II,AA,PP	Coleta direta e registros oficiais	A	Amário Estatístico do Brasil - 1963	
<u>Assistência Social:</u> Organização Serviços e auxílios	SEPT-MT	SEPT-MT	Coleta direta e registros	A	Amário Estatístico do Brasil - 1963	Os dados disponíveis são relativos ao "Abono Familiar" e ao "Cooperativismo".

SITUAÇÃO DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA - 1964

(continuação)

ASSUNTOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ÓRGÃO APLICADOR	TIPO DA INVESTIGAÇÃO	PERIODICIDADE	ÚLTIMA DIVULGAÇÃO	OBSERVAÇÃO
SITUAÇÃO SOCIAL (cont.)						
<u>Serviço Social:</u> Organização Movimento Integração das populações indígenas	SES-MS	SES-MST; SPT; SEPT MT; DCCR-MA (*)				Embora existam dados sobre Integração de populações indígenas, desconhecemos se são apurados e onde são divulgados.
<u>Religião:</u> Organização Cultos	SELMP-MJ	SELMP-MJ	Coleta direta	A	Amário Estatístico do Brasil - 1963; publicações do SELMP-MJ - 1960 (culto católico; culto espírita)	Os últimos dados existentes referem-se a 1961.
<u>Ocorrências Anti-Sociais:</u> Crimes e contravenções Suicídios e tentativas Sinistros e acidentes	SELMP-MJ	SELMP-MJ	Coleta indireta (registros oficiais)	A	Amário Estatístico do Brasil - 1963	Dados relativos a 1961
SITUAÇÃO CULTURAL						
<u>Ensino:</u> Organização Ensino elementar Ensino médio Ensino superior	SEEC-MEC	SEEC-MEC	Coleta direta	A	Amário Estatístico do Brasil - 1963	

(continuação)

ASSUNTOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ÓRGÃO APLICADOR	TIPO DA INVESTIGAÇÃO	PERIÓDICA DE	ÚLTIMA DIVULGAÇÃO	OBSERVAÇÃO
SITUAÇÃO CULTURAL (concl.) <u>Cultura:</u> Organização Ciência e tecnologia Arte, literatura e filosofia Bibliotecas, museus e arquivos Desporto Teatro e cinema Radiodifusão e radiotelevisão Difusão bibliográfica Imprensa periódica Diversões e recreações	SEEC-MEC	SEEC-MEC	Coleta direta	A	Anuário Estatístico do Brasil - 1963	Existem também, publicações da SEEC.
SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA <u>Divisão Territorial:</u> Divisão política Divisão administrativa	SG-CNE	Vários, de acordo com o assunto Leis, Decretos		A	Anuário Estatístico do Brasil - 1963	
<u>Administração Pública:</u> Organização Movimento Funcionalismo público e autárquico Finanças públicas	CNE; SEEF-MT; S. IMP MJ	SEEF; CNE; IASP; CG-República	Registros oficiais	A	Anuário Estatístico do Brasil - 1963	Os dados sobre Funcionalismo Público (Federal) serão agora atualizados com a realização do Censo do Servidor, mandado processar por decreto presidencial.

SITUAÇÃO DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA - 1964

(conclusão)

ASSUNTOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ÓRGÃO APU- RADOR	TIPO DA INVESTIGAÇÃO	PERIO- DICIDADE	ÚLTIMA DIVULGAÇÃO	OBSERVAÇÃO
SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E PO- LÍTICA (conclusão)						
<u>Justiça e Segurança Públi- ca:</u> Organização Movimento judiciário Movimento policial Movimento de outros servi- ços de segurança públi- ca	SEMP-MJ	SEMP-MJ	Registros ofi- ciais	A	Anuário Estatístico do Brasil - 1963	
<u>Representação Política:</u> Organização Movimento legislativo Movimento eleitoral	SEMP-MJ	SEMP-MJ; TSE	Registros ofi- ciais	A	Anuário Estatístico do Brasil - 1963	Dados existentes, exceto para o movimen- to legislativo

(*) Divisão de cooperativismo e Organização Rural.

RELAÇÃO DAS SIGLAS E CORRESPONDENTE NOME DA REPARTIÇÃO

BB	- Banco do Brasil	FG Vargas	- Fundação Getúlio Vargas	SES	- Serv. de Estatística da Saúde do Ministério da Saúde
BV	- Bolsa de Valores	GETEI	- Grupo Especial de Trabalho para as Estatísticas Industriais	SM	- Serv. de Meteorologia do Ministério da Agricultura
CNAEE	- Conselho Nac. de Águas e Energia Elétrica	II,AA,PP,	- Instit. de Aposentadoria e Previdência	SNR	- Serv. Nacional de Recenseamento do IBGE
CNE	- Conselho Nac. de Estatística do IBGE	IN PINHO	- Instit. Nac. do Pinho	SUMOC	- Superintendência da Moeda e Crédito do Ministério da Fazenda
CNG	- Conselho Nac. de Geografia do IBGE	IR BRASIL	- Instituto Resseguros do Brasil	TSE	- Tribunal Superior Eleitoral
CCNTEL	- Conselho Nac. de Telecomunicação	MM ENERGIA	- Ministério de Minas e Energia	TST	- Tribunal Superior do Trabalho
CSCE	- Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais	RF FEDERAL	- Rede Ferroviária Federal		
DAC	- Departamento de Aeronáutica Civil	SEDMP	- Serviço de Estatística Demográfica Moral e Política do Ministério da Justiça		
DA-DNPM	- Divisão de Águas do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério da Agricultura	SREC	- Serviço de Estatística da Educação e Cultura do Ministério da Educação e Cultura		
DASP	- Departamento Administrativo do Serviço Público	SEEF	- Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda		
DCT	- Departamento dos Correios e Telégrafos do Ministério de Viação e Obras Públicas	SEP-MA	- Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura		
DEIC	- Departamento de Estatística da Indústria e Comércio do Ministério da Indústria e Comércio	SEPT	- Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho do Minist. do Trabalho		
DNEF	- Departamento Nacional de Estrada de Ferro				
DNER	- Departamento Nacional de Estrada de Rodagem do Ministério da Viação e Obras Públicas				

SÍGLAS INDICATIVAS DE PERIODICIDADE

A	-	Anual
D	-	Decenal
M	-	Mensal
P	-	Permanente

I.B.G.E. - Conselho Nacional de Estatística
 Diretoria de Levantamentos Estatísticos
 SERVIÇO DE INQUÉRITOS

XVIII - C.I.P.A.N.H. ESTATÍSTICA - 1963

Distribuição de questionários aos Órgãos Centrais Federais
 Série "A"

Situação em 25/9/1964

UNID. DES D. FEDERAÇÃO	Últi- ma "Ger" Regis- trada Nº	Previ- são de Ques- tioná- rios Nº	NÚMERO DE QUESTIONÁRIOS							Total	
			SEP	SEBO	SEDMP	SES	SEPT	SG	DEIC	Nº	%
Rondonia	32	50	12	16	5	5	2	4	4	50	100,00
Acre	68	175	42	56	21	21	7	14	14	175	100,00
Amazonas	208	4 150	996	1 328	498	498	166	332	332	4 150	100,00
Roraima*	13	50	12	2	6	6	-	4	2	32	64,00
Pará	466	2 050	492	656	246	246	82	164	164	2 050	100,00
Amapá	45	125	30	40	15	13	5	10	10	123	98,40
Maranhão	280	3 050	732	976	366	366	122	244	244	3 050	100,00
Piauí	394	2 550	612	816	306	306	102	204	204	2 550	100,00
Ceará	1 209	3 550	852	1 136	426	426	142	284	284	3 550	100,00
Rio Grande do Norte	190	3 000	720	960	350	360	101	240	190	2 931	97,70
Paraíba	499	3 725	894	1 192	447	447	149	298	298	3 725	100,00
Pernambuco	802	3 025	726	968	363	363	121	242	242	3 025	100,00
Alagoas	1 426	2 325	558	744	279	279	93	186	186	2 325	100,00
Sergipe	512	1 550	372	480	138	148	46	124	92	1 400	90,32
Bahia	405	8 400	2 016	2 688	1 008	1 008	336	672	672	8 400	100,00
Minas Gerais	557	17 950	4 308	5 744	2 154	2 154	713	1 436	1 436	17 950	100,00
Espírito Santo ...	126	1 050	252	336	126	126	42	84	84	1 050	100,00
Rio de Janeiro ...	1 237	1 550	372	496	186	186	62	124	124	1 550	100,00
Guanabara	253	25	6	8	3	3	1	2	2	25	100,00
São Paulo	1 001	12 525	3 000	4 000	1 502	1 500	500	1 001	1 000	12 503	99,82
Paraná	532	6 075	1 458	1 944	729	729	243	486	486	6 075	100,00
Santa Catarina ...	1 986	4 325	1 038	1 384	519	519	173	346	346	4 325	100,00
Rio Grande do Sul.	806	3 925	942	1 256	471	471	157	314	314	3 925	100,00
Mato Grosso	166	1 536	384	512	128	192	64	128	128	1 536	100,00
Goiás*	400	4 475	1 071	1 432	525	522	175	358	350	4 433	99,06
Distrito Federal .	80	25	6	8	3	3	1	2	2	25	100,00
BRASIL	-	91 236	21 903	29 178	10 831	10 898	3 610	7 303	7 210	90 933	99,67

* Em revisão

I.B.G.E. - Conselho Nacional de Estatística
 Diretoria de Levantamentos Estatísticos
 SERVIÇO DE INQUÉRITOS

XVIII - CAMPANHA ESTATÍSTICA - 1963

Distribuição de questionários aos Órgãos Centrais Federais
 Série "Q"

Situação em 25/9/1964

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Última "Ger" Regis- trada Nr	Previ- são de Questio- nários Nr	NÚMERO DE QUESTIONÁRIOS							Total	
			SEP	SEEO	SEDMP	SES	SEPT	SG	Nr	%	
Rondônia	40	124	4	33	33	44	4	6	124	100,00	
Acre	68	264	14	64	97	62	12	15	264	100,00	
Amazonas	217	2 617	176	294	1 446	427	32	242	2 617	100,00	
Roraima*	25	89	4	-	27	23	-	5	59	66,29	
Pará	534	2 522	145	391	975	376	90	510	2 487	98,61	
Amapá	51	172	6	37	66	42	1	8	160	93,02	
Maranhão	260	2 260	124	231	1 329	383	59	154	2 260	100,00	
Piauí	394	1 842	117	158	969	308	45	149	1 746	94,79	
Ceará	1 120	3 191	182	438	1 538	561	199	273	3 191	100,00	
Rio Grande do Norte*	190	2 218	125	284	956	331	27	185	1 908	86,02	
Paraíba	587	2 841	150	401	1 557	476	40	216	2 840	99,96	
Pernambuco	1 038	3 540	159	729	1 643	627	166	215	3 539	99,97	
Alagoas	1 444	2 068	251	291	971	368	83	124	2 068	100,00	
Sergipe	512	1 352	87	185	587	128	9	77	1 073	79,36	
Bahia	465	7 479	535	1 402	3 727	1 263	125	427	7 479	100,00	
Minas Gerais	858	16 825	1 126	3 045	7 895	2 625	187	1 790	16 668	99,07	
Espírito Santo	26	1 732	118	320	894	235	15	150	1 732	100,00	
Rio de Janeiro	1 342	4 337	161	1 278	1 623	732	104	436	4 334	99,93	
Guanabara	271	2 571	86	828	797	488	109	257	2 565	99,77	
São Paulo*	1 545	19 757	1 127	3 806	7 340	3 543	271	1 506	17 593	89,05	
Paraná	532	6 996	959	1 182	3 178	1 136	107	434	6 996	100,00	
Santa Catarina	1 986	3 904	269	926	1 879	444	54	332	3 904	100,00	
Rio Grande do Sul ..	1 056	8 589	732	2 668	3 098	1 031	194	866	8 589	100,00	
Mato Grosso	220	1 786	250	286	810	283	8	147	1 784	99,89	
Goiás*	400	3 609	277	415	1 990	538	15	296	3 531	97,84	
Distrito Federal	85	194	2	63	93	24	5	7	194	100,00	
BRASIL	-	102 979	7 186	19 755	45 518	16 498	1 961	8 827	99 745	96,86	

* Em revisão

XXVII - CAMPANHA ESTATÍSTICA
 Contrôlo do recebimento das apurações
 Situação em 25/9/1964

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	APURAÇÕES									
	Total			Encaminhadas aos Órgãos						
	Rece- bido	Devido	% Re- cebido	SEFM	SEP	SEEC	SEDMP	SES	SEPT	SG
Rondonia	74	-	100,0	9	3	20	17	17	3	5
Acre	74	-	100,0	9	3	20	17	17	3	5
Amazonas	73	1	98,6	8	3	20	17	17	3	5
Roraima	74	-	100,0	9	3	20	17	17	3	5
Pará	73	1	98,6	8	3	20	17	17	3	5
Amapá	74	-	100,0	9	3	20	17	17	3	5
Maranhão	71	3	95,9	8	3	18	17	17	3	5
Piauí	74	-	100,0	9	3	20	17	17	3	5
Ceará	74	-	100,0	9	3	20	17	17	3	5
Rio Grande do Norte ..	70	4	94,6	8	3	20	16	17	1	5
Paraíba	74	-	100,0	9	3	20	17	17	3	5
Pernambuco	74	-	100,0	9	3	20	17	17	3	5
Alagoas	74	-	100,0	9	3	20	17	17	3	5
Sergipe	74	-	100,0	9	3	20	17	17	3	5
Bahia	74	-	100,0	9	3	20	17	17	3	5
Minas Gerais	74	-	100,0	9	3	20	17	17	3	5
Espírito Santo	74	-	100,0	9	3	20	17	17	3	5
Rio de Janeiro	71	3	95,7	7	3	20	16	17	3	5
Guanabara	62	12	83,8	6	3	16	14	17	3	3
São Paulo	74	-	100,0	9	3	20	17	17	3	5
Paraná	74	-	100,0	9	3	20	17	17	3	5
Santa Catarina	74	-	100,0	9	3	20	17	17	3	5
Rio Grande do Sul ...	74	-	100,0	9	3	20	17	17	3	5
Mato Grosso	74	-	100,0	9	3	20	17	17	3	5
Goiás	74	-	100,0	9	3	20	17	17	3	5
Distrito Federal	74	-	100,0	9	3	20	17	17	3	5
BRASIL	1 900	24	98,8	225	78	514	437	442	76	128
% s/total previsto ..	98,8	1,2	-	96,2	100,0	98,8	98,9	100,0	97,4	98,5

Nota - O número total de apurações por Unidade da Federação é de 74 mapas, assim discriminados: SEFM - 9; SEP - 3; SEEC - 20; SEDMP - 17; SES - 17; SEPT - 3; SG - 5. Para o País o total de apurações é de 1924 mapas, assim distribuídos: SEFM - 234; SEP - 78; SEEC - 520; SEDMP - 442; SES - 442; SEPT - 78 e SG - 130.

XXVIII - CAMPANHA ESTADÍSTICA
 Controle do recebimento das apurações
 Situação em 25/9/1964

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	APURAÇÕES								
	Total			Encaminhadas aos Órgãos					
	Rece- bido	Devido	% Re- cebido	SEP	SEEC	SEDMP	SES	SEPT	SG
Rondônia	70	-	100,0	5	25	16	15	3	6
Acre	60	10	85,7	5	20	12	15	2	6
Amazonas	67	3	95,7	5	24	14	15	3	6
Roraima	70	-	100,0	5	25	16	15	3	6
Pará	64	6	91,4	3	25	13	14	2	5
Amapá	70	-	100,0	5	25	16	15	3	6
Maranhão	3	67	4,3	3	-	-	-	-	-
Piauí	34	36	48,6	1	11	11	6	2	3
Ceará	70	-	100,0	5	25	16	15	3	6
Rio Grande do Norte	30	50	28,6	2	-	9	3	2	4
Paraíba	35	35	50,0	3	-	13	13	3	-
Pernambuco	-	70	-	-	-	-	-	-	-
Alagoas	2	68	2,9	2	-	-	-	-	-
Sergipe	68	2	97,1	3	25	16	15	3	6
Bahia	-	70	-	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	35	35	50,0	3	8	3	15	3	3
Espírito Santo	70	-	100,0	5	25	16	15	3	6
Rio de Janeiro	-	70	-	-	-	-	-	-	-
Guanabara	-	70	-	-	-	-	-	-	-
São Paulo	2	68	2,9	-	-	-	-	-	2
Paraná	23	47	32,9	2	7	8	-	3	3
Santa Catarina	68	2	97,1	3	25	16	15	3	6
Rio Grande do Sul	8	62	1,1	2	-	6	-	-	-
Mato Grosso	4	66	5,7	-	-	4	-	-	-
Goiás	70	-	100,0	5	25	16	15	3	6
Distrito Federal	70	-	100,0	5	25	16	15	3	6
BRASIL	983	837	54,0	72	320	242	216	47	86
% s/total previsto	54,0	46,0	-	55,4	49,2	58,2	55,4	60,3	55,1

Nota - O número total de apurações por Unidade da Federação - é de 70 mapas, assim discrimi-
 nados: SEP - 5; SEEC - 25; SEDIP - 16; SES - 15; SEPT - 3; SG - 6. Para o País o
 total de apurações é de 1820 mapas, assim distribuídos: SEP - 130; SEEC - 650;
 SEDIP - 416; SES - 390; SEPT - 78 e SG - 156.

GETEI - SECRETARIA EXECUTIVA

Programação das estatísticas industriais no período de 1958/1970

Com relação aos inquéritos já executados e os que vêm a ser programados prevêm-se as providências e tarefas relacionadas a seguir, por ordem de levantamento.

1958 - A apuração já efetuada do Registro Industrial relativa a êsse ano deverá ser retabulada com as modificações introduzidas na classificação de Indústrias preparada para o censo de 1960, de maneira a assegurar uma perfeita comparabilidade com os levantamentos posteriores a êsse ano.

Como se dispõe de uma apuração do RI - 1958, discriminada por "grupos de indústria", a reconciliação desses dados com as apurações do censo de 1959 pode ser efetuada pela Secretaria Executiva.

1959 - Censo Industrial de 1960. As tabulações globais acham-se terminadas, não sendo disponíveis, ainda, as apurações discriminadas por setores. A existência de código especial para o levantamento físico da produção e das matérias primas, bem como a simultaneidade dos demais inquéritos censitários, notadamente da construção civil, da indústria de energia elétrica e dos censos agrícolas, comercial e dos serviços fazem desses levantamentos o campo mais propício para uma pesquisa das relações interindustriais, a ser planejada e conduzida por equipe especializada.

1960 - O afastamento no tempo, e a possibilidade de uma recuperação dos dados levantados pelo Registro Industrial de 1961, mencionada a seguir, tornam aconselhável se proceda a uma estimativa dos dados referentes a êsse ano.

1961 - Com vistas a uma avaliação do material coletado através do Registro Industrial de 1961, que já se encontra apurado, vem sendo efetuado o seu confronto com os resultados do Censo Industrial de 1960, ao nível dos "grupos de indústria", por Unidades da Federação.

As inconsistências observadas deverão ser sanadas com retorno às fontes de informação e mesmo ocorrendo com respeito às omissões.

1962 - Registro Industrial de 1962. A Secretaria-Executiva acompanhará todas as fases da apuração desse inquérito, que deverá constituir a base para a recomposição do painel de informantes dos Inquéritos Econômicos - parte industrial - e para a formação do "frame" dos levantamentos por amostragem previstos para os anos de 1963 e 1964, a diante enumerados.

A utilização desse inquérito para o preparo de uma tabela de "input output" apresenta, sobre o censo de 1960, a conveniência de uma maior atualização mas, também, os graves inconvenientes trazidos por levantamento restrito à mineração e às indústrias de transformação.

1963 - Levantamento por amostra, com base no cadastro fornecido pelo
1964 - Registro Industrial de 1962, efetuado com boletim de coleta re-
sumido às questões essenciais, para permitir uma rápida apu-
ração.

Para efeito de atualização do cadastro, sem prejuízo da urgência dessa coleta, seria efetuada, também, a distribuição de uma ficha cadastral para registro dos estabelecimentos que não constassem da amostra, com data de devolução fixada para período posterior ao dos questionários do inquérito por amostragem.

A Secretaria-Executiva considera o método acima exposto preferível à utilização da "Ficha Cadastral" preparada pelo DEIC para o ano de 1964, pelos motivos seguintes:

- possibilidade de obtenção, através de um só formulário, dos dados relativos aos anos de 1963 e 1964;
- dificuldades práticas resultantes da necessidade de uma visita especial dos encarregados da coleta a cada uma das unidades industriais e sua permanência no local até obtenção de todas as informações constantes da ficha que, em estabelecimentos médios e maiores, exigiriam considerável trabalho, pois só disponíveis em departamentos especializados;
- necessidade de ampliação da rede de coleta nos centros industriais, já que a ficha em questão exigiria mais da rede de que uma distribuição prévia e posterior coleta de fichas individuais. Com respeito a este último item cabe ponderar que as grandes concentrações industriais estão exigindo dinamização compatível, por isso que, independentemente do processo, a coleta vem constituindo entrave sensível à abreviação dos inquéritos.

1965 - Registro Industrial a ser realizado com emprêgo de questionário amplo, gênero censitário, baseado em cadastro atualizado pelo inquérito relativo aos anos de 1963 e 1964.

1966 - Inquéritos, por amostra, simplificados aos aspectos essenciais,
1967 - com base em painel de informantes obtido pelo levantamento uni-
1968 - versal relativo ao ano de 1965.

O inquérito relativo à 1968, deverá ser utilizado como base cadastral para o inquérito censitário de 1970 que, à exemplo das operações anteriores, deverá referir-se ao exercício de 1969 a ser de âmbito mais amplo que os inquéritos do Registro Industrial.

A simplificação das operações previstas para os anos de 1966 e 1967 fornece a oportunidade de se programarem, para esses anos, certas pesquisas que sobrecarregariam em demasia os levantamentos de tipo censitário, como por exemplo, a "estrutura da mão-de-

-obra empregada", "composição e idade da maquinária", "procedência da matéria prima utilizada em estrangeira e nacional e a proporção nessa última com que participam os materiais recuperados", etc.

1969 - Censo Industrial, como parte do Recenseamento Geral a se realizar em 1970.

ESBÔÇO DE UM CRONOGRAMA DAS TAREFAS DECORRENTES
DO PLANO DE INQUÉRITOS, PREVISTOS PARA O PERÍODO A-
GOSTO/1964 - FEVEREIRO/1965

- 1964 - Agosto - Reconciliação das classificações utilizadas no RI - 1958 - e Censo de 1960.
- Revisão da "lista de produtos" elaborada pela F.G.V. e BNDE
 - Apresentação ao GETEI dos projetos de formulários a serem utilizados no inquérito por amostragem relativo aos anos de 1963/64.
 - Início do confronto dos dados do Censo de 1960 (ano de referência 1959) e os do Registro Industrial de 1961, ao nível dos "Grupos de Indústria" da classificação, por Estados. Preparo das folhas de inconsistências e omissões, para envio às II.RR.
 - Setembro/Outubro - Exame do material já apurado do RI - 1962 para escolha das amostras a serem projetadas para cada Estado (ou Grupo de Estados).
 - Aprovação pelo GETEI do plano de inquéritos relativo a 1963/64. Envio dos originais ao Serviço Gráfico.
 - Novembro/Dezembro - Conclusão do trabalho de conferência dos dados do RI - 1961. - Envio de parecer ao GETEI sobre sua validade.
- 1965 - Janeiro/Febrero - Remessa do material de coleta do inquérito 1963/64.

PROGRAMA DE TRABALHO PARA O PERÍODO DE

AGOSTO/DEZEMBRO DE 1964

- RI - 1958 - Reconciliação das classificações com o censo de 1960.
- RI - 1961 - Confronto com o censo de 1960 - preparo das folhas de crítica; sua remessa às I. RR.
- RI - 1962 - Exame do material, à medida que apurado, para preparo dos planos de amostra, por Estado, para o inquérito 1963/1964.
- RI - 1963/1964 - Preparo dos formulários e instruções - Revisão da "Lista de produtos" da F.G.V. e B.N.D.E. - Impressão dos questionários. Distribuição do material aos órgãos de coleta.

Com respeito ao programa de trabalho acima exposto, torna-se indispensável a fixação de atribuições para a execução de suas diversas fases. É feito, a seguir, um esboço de distribuição das tarefas pelos órgãos interessados:

A Secretaria Executiva compete:

1. Reconciliação das classificações do RI - 1958 com a adotada no CI - 1960;
2. Análise dos mapas de confronto entre os dados apurados pelo CI - 1960 e RI - 1961; preparo das fichas de crítica e de omissões para envio às II. RR.;
3. Recebimento e análise das apurações parciais do RI - 1962, para estudo e preparo da amostra a ser utilizada no inquérito de 1963/64;
4. Preparo dos questionários e das instruções de coleta do inquérito 1963/64;
5. Reexame da "Lista de produtos" com os órgãos interessados, com vistas à sua redução e inclusão de produtos julgados essenciais.

A Secretaria-Geral do CNE compete:

1. Efetuar, pelo S.A.M., as listagens necessárias ao confronto das apurações, por "Grupo de indústria", dos resultados do RI-1961 com os apurados pelo CI - 1960; retificar ou perfurar e intercalar os novos cartões que, em virtude da crítica do RI - 1961, tenham que ser novamente processados;
2. Fornecer à Secretaria Executiva os cadastros dos inquéritos já realizados;
3. Comunicar, em circular dirigida às II. RR., a execução dos trabalhos de revisão do RI - 1961, determinando-lhe providenciar o pronto atendimento do que lhes for solicitado e devolução de material à S.G.
4. Proceder, em regime de urgência, à remessa do material que deverá ser objeto de retificação por parte das II. RR.;

5. Executar ou colocar à disposição da Secretaria Executiva, até que esta disponha de fundos suficientes para sua manutenção, os serviços de datilografia e de natureza técnica exigidos pelas tarefas programadas.

A DEIC compete:

Promover, com a maior urgência, a apuração do material relativo ao RI - 1962, incluindo-se nesse processamento as tabelas indispensáveis ao preparo das amostras do inquérito relativo aos anos de 1963/1964.

Ao GETEI compete:

1. Aprovar o plano de trabalho previsto para o período Agosto/Dezembro de 1964;
2. Aprovar os instrumentos de coleta para a execução dos planos de trabalho previamente aprovados;
3. Promover a constituição do "Fundo Financeiro" para atender aos encargos decorrentes do Decreto nº 52 690, de 15 de outubro de 1963;
4. Aprovar os orçamentos necessários à execução dos planos de trabalho;
5. Aprovar o programa proposto até o ano de 1970.

III - DISCURSOS

DISCURSOS

Discurso proferido pelo Tenente-Coronel Germano Seidl Vidal, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, na sessão solene da Junta Executiva Central, comemorativa do "Dia do Estatístico e do Geógrafo" (XXVIII Aniversário do IBGE), em 29 de maio de 1964, no auditório do I. R. B.

"Aqui estou, mais uma vez, para cumprir uma missão como militar, honrado que fui pela escolha dos ilustres membros da Egrégia Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística para falar, nesta sessão solene comemorativa do 28º aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em nome da ala estatística.

Vejo nesta escolha um reconhecimento à situação de fato porque recentemente atravessamos quando o Comando em Chefe do Exército, em plena fase revolucionária, colocou-me à disposição da Presidência do Instituto exercida então pelo Sr. Tenente-Coronel Waldir da Costa Godolphim, que me nomeou em Portaria nº 84, de 6 de abril, para responder pelo cargo de Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística.

Sinto-me consciente da alta responsabilidade que me delegaram e desvanecido em cumprir tão elevada representação e julgo que a honra da investidura é da Instituição a que pertenço, o nosso glorioso Exército de Caxias.

Parece-me que nunca é demais assegurar a importância do Conselho Nacional de Estatística na Segurança Nacional. Os fatos provam que nos seus primeiros passos, durante a última guerra, as solicitações dos órgãos do governo e, em particular, das Forças Armadas, apressaram a definição legal de que "os registros, pesquisas e realizações necessárias à Segurança Nacional" seriam propiciadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística através a aplicação dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal. É este o texto inserido no art. 9º do Decreto-lei número 4 181, de 16 de março de 1942, que, ao criar as Seções de Estatística Militar, deu a base efetiva aos mencionados Convênios, instituindo a taxa que deveria financiar as atividades do Conselho.

A bem da verdade histórica deve ser dito que êsse Decreto-lei nasceu dentro do Estado-Maior do Exército, que se constituiu então no proponente ao Governo daquelas medidas que visavam, como consta nos consideranda da lei, "a urgente necessidade de sistematizar e regularizar em todo o País, com a devida eficiência, os inventários, registros e levantamentos estatísticos exigidos pela Seguran-

Segurança Nacional".

Hoje, mais do que no passado, o Governo da República - exercido pelo ex-Chefe do Estado-Maior do Exército, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco - sabe que o desenvolvimento e bem-estar do país devem ser alcançados através da consecução de objetivos marcados pela Política de Segurança Nacional. E esses objetivos só podem ser perfeitamente definidos se conheci da fôr a realidade nacional nos seus campos econômico, político, psico-social e militar, e o que, òbviamente, é traduzido pelos números que retratam o Poder Nacional através da Estatística Geral Brasileira.

Dentro dessas considerações, verifica-se que o Conselho Nacional de Estatística não acompanhou "pari-passu" o desenvolvimento do país. Submeto à meditação do seletor auditório judiciosas considerações de estudioso dos problemas da Estatística Brasileira, a seguir enumeradas:

"Nunca a necessidade de boas estatísticas se faz sentir com ta.nanha veemência como nos momentos de crise em que se torna mister elucidar os especialistas chamados a cooperar com a sua experiência na solução dos grandes problemas de que depende o surto normal da nacionalidade".

"As comissões de técnicos e de sumidades estrangeiros que aportam ao país para prestar aos nossos administradores o auxílio de suas luzes procuram, logo, documentar-se sôbre a realidade brasileira, com o natural objetivo de firmar em sólidas bases as sugestões que lhes são pedidas e, infelizmente, na falta de registros sistemáticos que sirvam de fonte a êsses subsídios, apela-se para o recurso precário das compilações de emergência, das estimativas apressadas e das perigosas improvisações."

"O contingente do Brasil nos grandes anuários internacionais de estatística é sempre diminuto e assim mesmo limitado às linhas Gerais dos assuntos compreendidos na informação."

"Sem o contrôle eficiente de tôdas as palpitações do organismo político, sem o registro circunstanciado de todos os fatos em que se manifesta a vida da nação, sem a auscultação, através desses índices bem apurados, dos fatores de progresso ou retrocesso, dos males a remover, das necessidades a satisfazer para que a administração correspondenda aos seus fins e a coletividade, disciplinada e bem dirigida, se encaminha normalmente para uma civilização cada vez melhor, todo o esforço construtivo dos nossos estadistas repousará sôbre uma base incerta e insegura."

"Nunca se deparou à República um momento tão favorável como o presente para a realização dessa obra de inestimável alcance que lhe permitirá o regime de auto-observa

observação, imprescindível ao êxito da política reconstitutiva inaugurada pela Revolução ..."

"Os governos futuros, a que caberá desenvolver o programa que apenas se inicia, não poderão caminhar nas sendas abertas pelos reformadores de hoje se estes não lhes legaram o termômetro e a bússola cuja inexistência nas mãos dos antigos responsáveis pelos destinos da Federação representa talvez a causa remota de muitos fracassos nas iniciativas que empiricamente promoveram, agindo como certos médicos desavindos que se aventuram a curar e não examinam antes os clientes, ascultando-lhes previamente as condições do organismo."

Êsses conceitos, tão atualizados, são do Senhor Heitor Eloi Alvim, quando, na qualidade de assistente técnico, dirigiu-se em 22 de maio de 1931 ao titular da antiga Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Cultura. O Diretor daquele órgão, hoje transformado no Serviço de Estatística da Educação e Cultura, era o saudoso e genial Mário Augusto Teixeira de Freitas, que, ao encaminhar o documento ao seu Ministro, asseverou - vale lembrar, em 1931 - que, "de fato, a exposição de que se trata colocou a questão nos seus termos exatos" e de cuja solução êle próprio participou com a criação do Instituto Nacional de Estatística, em 1934, do Conselho Nacional de Estatística, em 1936 e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1938.

Vinte e oito anos depois da criação do IBGE, ainda estão ecoando aquelas palavras como uma advertência aos seguidores e admiradores de Teixeira de Freitas, de que sua obra não estará concluída se permanecer estática, enquanto cresce o país, amplia-se o conhecimento tecnológico, modificam-se relações de trabalho, racionaliza-se a produção, prepara-se, enfim, a nação para galgar uma posição de país desenvolvido.

É forçoso reconhecer que a estrutura do Sistema Estatístico Nacional não responde mais aos estímulos, para um maior rendimento de trabalho, afinados com os reclamos, cada vez maiores, dos consumidores de estatística, oficiais e particulares.

Tantas são as dificuldades técnicas e materiais para se vencer no momento os erros acumulados no descompasso dos órgãos de estatística e suas verdadeiras finalidades, dentro da atual conjuntura do país, que me parece ser o remédio heróico - necessário, urgente e imprescindível - a reformulação do Sistema em bases novas e cujos anseios a Presidência do IBGE e a Junta Executiva Central vêm de justificar quando o órgão colegiado aprovou a Resolução número 806, de 16 de maio dêste ano e o Sr. Presidente do IBGE encaminhou ao Sr. Presidente da República o projeto de Decreto que determina prazo de 90 dias para que seja enviado ao Poder Executivo anteprojeto de lei de "reestruturação dos ór

órgãos do IBGE, visando ao desenvolvimento de seus trabalhos geográfico e aperfeiçoamento das estatísticas necessárias à Segurança Nacional e aos Planejamentos nacional e regionais."

A data de hoje foi oficialmente considerada como Dia do Estatístico e do Geógrafo. Assim, é justo destacar o trabalho anônimo e árduo que vem sendo executado pelos servidores do IBGE.

Em todos os rincões pátrios encontramos o agente de estatística e técnicos das turmas de campo do CNG a realizarem tarefas de verdadeiros bandeirantes do progresso nacional.

Nas Capitais dos Estados os Departamentos Estaduais de Estatística e as Inspetorias Regionais da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística processam os trabalhos estatísticos e, em algumas delas, estão sediados os Distritos de Levantamento do Conselho Nacional de Geografia que dirigem atividades especializadas. Dando arcabouço ao labor desses servidores, nesta Capital, sede do CNE e do CNG, centenas de ibgeanos dedicam-se de corpo e alma ao trabalho diuturno, com o sacrifício e a inteligência dos que sabem ajudar a construir uma grande obra de sentido nacional.

A todos êles, pois, a nossa palavra de confiança e de estímulo e a certeza de que estão dispostos à tarefa de recuperação nacional como inalienável dever de cada um.

Eis, Senhor Presidente do Instituto, General Aginaldo José Senna Campos, a mensagem da ala estatística que represento; transmito-a certo de que saberá V. Exa., como intérprete do Governo e do CNE, passando no crivo de sua experiência de Administrador e de Chefe, dar o curso devido para engrandecimento do IBGE, face aos imarcessíveis ideais de evolução e progresso de todo o povo brasileiro."

Excertos da palestra realizada pelo Ten. Cel. GERMANO SEIDL VIDAL, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, no dia 29 de julho de 1964, no auditório da Inspetoria Regional de São Paulo, ao término de sua visita-inspeção.

É a você, ibgeano de São Paulo, que nos dirigimos neste momento, apelando para sua inteligência, para seu bom senso e para seu amor à criação de Teixeira de Freitas. Desejamos, e tudo fizemos, para hoje, ao final da visita de inspeção que realizamos, em cumprimento às determinações da Presidência da IBGE, deixarmos consignadas nossas impressões gerais colhidas nos quatro dias de profícuo labôr junto à IR de SP. Não pretendíamos partir sem essa palavra final, às vezes dura e chocante — porque não viemos elogiar, mas verificar deficiências e identificar suas causas e efeitos — pois estamos confiantes em por t̄rmo às falhas administrativas ou técnicas as sinaladas na exposição que se segue, graças ao esforço de cada um dos servidores.

Sabemos da dificuldade da tarefa a que nos propuzemos, fugindo à rotina de Relatório feito à distância, friamente, para apreciação de nossos superiores. Ainda assim, com ousadia vamos às palavras que, repetimos, estão endereçadas à consciência de cada um dos presentes e que, por ela filtradas, poderão ser agasalhadas no coração generoso dos que amam o IBGE para engrandecê-lo cada vez mais no serviço à pátria brasileira.

.....
Dissemos na Diretriz nº 1, baixada a 23 de abril:

"A hora presente exige que os chefes, em todos os escalões, sejam autênticos líderes de seus subordinados, unindo-os por força de um ideal e conduzindo-os pelo coração, pela fé e pela compreensão".

Será isto verdade em São Paulo?

Provem os chefes e respondam os subordinados.

.....
Para os estatísticos, a peça-base é o agente coletor de dados — o Agente Municipal de Estatística — o elemento fundamental de uma boa estatística. Ou o mobilizamos para a tarefa comum de exercício pleno de suas atribuições, com autoridade e absoluta consciência de seus deveres, ou então, não haverá técnica ou técnicos de renome mundial que solucionem o impasse atual da Estatística Brasileira. Há agentes que nos escreveram, alegando a motivação contida na Diretriz nº 4, para dizer que os dados colhidos não merecem confiança.

Será por experiência própria?

Reestruture-se o órgão, dê-se nova feição ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — racional e adequada — mas antes disto ou acima de tudo isto, prestigiem-se a dignidade e a honra de ser ibgeano.

.....

É preciso ficar clara, entendida e assimilada, a Filosofia da nova Administração, resultando de métodos de trabalho afinados com ela e conduta pessoal revista em face dela.

Acabou — definitivamente no IBGE — o tráfico de influências, o domínio político-partidário, as querelas internas, a oligarquia dos prepotentes e o paraíso do "dolce far niente".

Agora — aí estão as Normas da Presidência e as Diretrizes da Secretaria-Geral — voltamos os olhos para o futuro, que se inicia amanhã, para buscarmos as soluções para os nossos problemas, e darmos ao Governo e a todos os setores representativos do Poder Nacional — incluindo aí a iniciativa particular — as estatísticas que reclamam por serem indispensáveis à tarefa de cada um.

As nossas deficiências estruturais serão a seu tempo sanadas e não podem servir, hoje, para justificar o ócio — e pior que o ócio que permitia identificar os braços cruzados o solerte trabalho de sapa dos negligentes, dos trêfegos salvadores da pátria com as mãos sujas e a consciência pesada, dos incapazes que não enganam a si mesmos e tentam enganar aos outros, dos prosélitos das reformas para desfruto pessoal de vantagens.

Voltem os Senhores ao trabalho convencidos de que a História do IBGE tem página nova escrita pelos seus servidores com os olhos fitos na grandeza do Brasil.

RM.

Discurso proferido pelo
Ten. Cel. GERMANO SEIDL VIDAL,
Secretário-Geral do Conselho Nacio-
nal de Estatística, no dia 25 de agos-
to de 1964, na inauguração do auditó-
rio.

"Inauguramos hoje um local de trabalho da Secretaria-Ge-
ral do CNE simples e modesto — talvez acanhado — mas que será o
repositório das mais caras esperanças de todos os Ibgeanos; treinar
e aperfeiçoar-se em prol da melhoria das atividades estatísticas e
geográficas nacionais.

Enalteçando o ato, aqui temos presidindo-o o Exmo. Sr.
General Aguinaldo José Senna Campos, digno Presidente dêste Insti-
tuto, bem assim seus auxiliares diretos, o Exmo. Sr. General Licí-
nio de Moraes, Diretor do Serviço Nacional de Recenseamento, o Sr.
Tenente-Coronel Waldir da Costa Godolphim, Secretário-Geral do
Conselho Nacional de Geografia, o Sr. Professor Chafiz Haddad, Di-
retor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, os ilustres mem-
bros da Junta Executiva Central e o Professor Delgado de Carvalho,
decano do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia.

Agradecemos a honra dessas presenças e reafirmamos a
nossa convicção de que a aglutinação de seus esforços engrandecerá
cada vez mais o IBGE, que vale pelo que significam suas alas compo-
nentes.

O Senhor Presidente, homem de ação, habituado na ca-
serna a ensinar fazendo, quis marcar esta inauguração pelo exem-
plo, trazendo-nos sua palavra sôbre as atividades atuais do IBGE.

Permitimo-nos, como donos da Casa, rápidas palavras
iniciais, para não nos omitirmos no fato histórico que os fastos da
Casa registrarão.

De início, devemos ressaltar que êste Auditório foi in-
teiramente preparado com mão-de-obra do próprio Instituto, dos qua-
dros de suas várias unidades. A êsses humildes trabalhadores a
nossa admiração e o nosso respeito, consignando, por dever de jus-
tiça, tê-los retirado do anonimato habitual para inserir, a respeito
deles, elogio individual que consta do "Boletim de Serviço" nº 632,
de 14 do corrente.

Em seguida, devemos mencionar alguns fatores conjun-
turais do País e do IBGE, face às atividades fins que devem norte-
ar a Estatística Nacional.

A Revolução Brasileira tem como êmulo de tôdas as
suas insopitadas aspirações o Excelentíssimo Senhor Presidente da
República — Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, figu-
ra de soldado, que exaltamos na data de hoje, quando todo o País
reverencia o ilustre Patrono do Exército, Luiz Alves de Lima e
Silva, o Duque de Caxias.

As lutas internas durante o II Reinado, que tanto infelicitaram o País, encontraram a gloriosa espada de Caxias para contê-las e sua inteligência para debelá-las, atingindo o cerne das subversões sem deixá-las reviver.

Hoje, um outro soldado, destacado na guerra e na cultura militar, tem nas mãos o Destino do País. A ele a nossa confiança e o anseio de que os problemas da Estatística Brasileira que extravasam a alçada do IBGE sejam incorporados aos do Governo para sua plena e oportuna solução.

Finalmente, endereçamos nossa mensagem aos 5 100 funcionários da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, espalhados por todos os rincões pátrios. O esforço de que se necessita exige de todos e de cada um redobrada vigilância e inusitado dinamismo. Vigilância para não mais se permitir os diversos que dilapidaram tradições de eficiência e honestidade, e que foram apanágio desta Casa por muitos anos. Dinamismo para se rever deficiências identificadas por suas causas e efeitos, no sentido de saná-las de pronto ou indicar as medidas para dirimi-las ou restringi-las com vistas ao pleno rendimento do órgão.

Ousamos afirmar que hoje ninguém duvida que na mobilização de energias e inteligências para o soerguimento do CNE todos envergam o avental de trabalho, tal como os obreiros do templo de Salomão, construindo para a posteridade, na certeza de que: "O HOMEM LIVRE É ESCRAVO DO SEU DEVER".

RM.

Discurso proferido pelo
Ten. Cel. GERMANO SEIDL VIDAL,
como orador-oficial da sessão de
encerramento da VIII COINS, no dia
14 de Setembro de 1963, no Palá-
cio Legislativo da cidade do Panamá,
República do Panamá.

I - INTRODUÇÃO

Não fôra a generosidade dos membros da Comissão Di-
retora dêste conclave, a honrosa escolha para orador oficial da sua
sessão de encerramento não recairia em um dos mais novos mem-
bros titulares da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Na-
cionais. Julgo ser o encargo uma gentileza a meu país e um convi-
te a mim para que captasse as aspirações dominantes de meus ilus-
tres pares, expressando-as em consonância com o que se decidiu
informar, propor, e realizar.

Inicialmente, é de meu dever ressaltar que a totalida-
de dos membros titulares da COINS acordou em apresentar moção
de agradecimento e louvor, que aqui renovo, às autoridades gover-
namentais — em particular aos Exmos. Presidente e Controlador
Geral da República do Panamá, à Direção de Estatística e Censo do
país anfitrião — destacando referência a sua diretora e aos seus de-
dicados servidores, ao Instituto Interamericano de Estatística — res-
saltando a atuação de seu Secretário-Geral e de seus eficientes au-
xiliares e aos Organismos Internacionais, que nos honram com a
presença de seus categorizados representantes.

Em seguida, desejo focalizar algo da história da COINS
e do seu mais recente labor, o PIEB, para dela extrair ilações e
submetê-las à meditação dos participantes desta VIII Sessão.

II - A EVOLUÇÃO DA FILOSOFIA DA COINS

O 2º Congresso Interamericano de Estatística, reuni-
do em Bogotá, de 16 a 27 de Janeiro de 1950, levando em conta "o
progresso que se pode alcançar ao concentrar esforços sôbre um
campo de ação específico e ao somar aos mesmos o apoio unifica-
do dos governos nacionais," recomendou a criação da COINS, a
fim de que ela atendesse a um Programa de Trabalho elaborado pe-
lo Comité Executivo do IASI.

Na constituição dessa Comissão, foi observado o rí-
gido e razoável critério da participação permanente dos diretores
gerais da estatística nacional de cada um dos países americanos e
da colaboração, eventual e útil, de convidados especiais, conse-
lheiros, consultores ou observadores — em particular dos que in-
tegram Organismos Internacionais com interêsse nas matérias a
serem apreciadas.

Contavam, assim, os Governos das nações america-
nas e o IASI propiciar, através da COINS, o necessário instrumen-

instrumento de trabalho para a concentração de esforços e a sua necessária coordenação, pelo exame em comum dos assuntos técnicos de que dependia a integração e aperfeiçoamento dos trabalhos, então precários, das estatísticas interamericanas.

Era, dessa forma, incrementada, por inusitado sôpro de racionalização e funcionalidade, a aplicação coordenada de atividades que visavam à consecução de objetivos do IASI, como sejam 1/:

a. Melhoramento de métodos empregados na compilação, tabulação, análise e publicação das estatísticas oficiais nacionais;

b. Adoção de medidas para melhorar a comparabilidade e o aproveitamento das estatísticas econômicas e sociais entre as nações americanas;

c. Colaboração entre os diversos organismos estatísticos oficiais dentro dos países;

d. Promoção de treinamento nacional e regional de pessoal com conhecimento prático exigido pelos órgãos de estatística; e, finalmente,

e. Expressão dos pontos de vista nacionais sôbre as atividades e recomendações estatísticas internacionais que afetem a produção de dados estatísticos.

As sete sessões anteriores da COINS produziram valioso acêrvo de informações e diretrizes aos Serviços Nacionais de Estatística e à Secretaria-Geral do IASI, com vistas aos fins precípuos de suas atividades.

Recorda-se que os referidos estudos estão afinados com as normas internacionais correlatas e as recomendações das Conferências Interamericanas de Estatística, das quais vale destacar, nesta oportunidade, uma idéia focalizada na última daquelas conferências, a IV IASC, referente à filosofia de trabalho que deve orientar esta Comissão. Refiro-me à diferenciação conceptual entre as normas acordadas nas conferências mencionadas e nas sessões da COINS 2/. Nestas últimas, não se pode omitir, nem olvidar, que resultam da participação ativa, permanente e regular dos Diretores Gerais dos Serviços Nacionais de Estatística de cada um dos países, os quais, além dos critérios técnicos requeridos pelos assuntos apreciados, devem levar em conta a exequibilidade das deliberações dentro dos respectivos países.

1/ Ver Apendice nº 1 do Informe sôbre a VII Sessão da COINS (1960), publicado na revista Estadística nº 69, Dezembro de 1960.

2/ Ver Apendice nº 1 (pág. 57) do Informe Final da IV IASC, publicado pela União Panamericana.

O Regulamento da COINS é bem explícito nesse ponto, quando diz: "Cada membro da COINS, até onde lhe permita sua capacidade, promoverá, estimulará e apoiará a aceitação e cumprimento em seu próprio país das deliberações tomadas por COINS, que tenham sido sancionadas pelo Comitê Executivo do IASI."

Penso que isso só será possível, viável e exigível na medida em que os responsáveis pelos Serviços Nacionais de Estatística, face ao desmedido incremento da demanda de estatísticas indisponíveis façam incorporar o problema da produção integrada de dados estatísticos de interesse nacional aos do seu próprio Governo — como assunto da cúpula política e administrativa do país — uma vez que o seu solucionamento exige, na maioria dos casos, medidas de caráter legislativo e administrativo para possibilitar o êxito das de caráter técnico.

III - A VIII SESSÃO DA COINS

Os trabalhos que vêm de se encerrar apresentaram, sem dúvida, auspicioso resultado, pois oferecerão, através do PIEB, pormenorizadas indicações tabulares das estatísticas essenciais aos planos de desenvolvimento econômico e social, permitindo extensa e profunda revisão dos programas nacionais de estatística atualmente em execução.

Tantos são os aspectos positivos desta Sessão que não tentarei enumerá-los, nem distingui-los. Faço, somente, como deduzi ser minha missão neste momento, referência a três grandes conquistas efetivadas.

A primeira, refere-se a importância dada às estatísticas contínuas, como vetor principal de atualização dos dados à disposição dos planejadores. O Comitê Executivo do IASI reconheceu expressamente a necessidade de um esforço nesse campo, pois o "Programa do Censo da América de 1960" e os trabalhos das quatro últimas sessões da COINS, destinadas a matérias censitárias, deram um avanço bem maior na coordenação das pesquisas censitárias que aquele exigido para as estatísticas contínuas. Como marco de referência para esse fim, foi considerado o Programa Interamericano de Estatísticas Básicas, que cobrindo tanto os aspectos das estatísticas contínuas como das censitárias, incontestavelmente, servirá aos Serviços Nacionais de Estatística para 3/:

a. Formular programas estatísticos a curto, médio e longo prazo, com ênfase nas séries estatísticas necessárias para a planificação dos programas de desenvolvimento econômico e social;

b. Rever e expandir gradualmente suas investigações estatísticas e obter o melhor rendimento possível dos recur-

3/ Doc. 4845b-8/21/64-300 da Secretaria Geral do IASI, intitulado "O futuro programa de trabalho da COINS" apresentado a VIII Sessão da COINS - 1964 (pág. 12).

recursos destinados a sua execução;

c. Estabelecer prioridades e períodos de referência para levar a efeito investigações, assim como para determinar que métodos devem ser utilizados para obter a informação básica em cada caso;

d. Identificar os setores em que a avaliação da qualidade das estatísticas disponíveis é necessária e urgente;

e. Lograr melhor uso dos registros administrativos, que podem proporcionar importantes informações de caráter estatístico, sem necessidade de investigações especiais.

O outro aspecto mais relevante a assinalar é a conciliação obtida entre os produtores e os usuários de dados estatísticos, que constituiu aspiração acalentada desde longa data, no sentido de obter dos últimos as suas necessidades e dos primeiros as maneiras de atendê-las, segundo balanço global. Dentro dessa ordem de idéias, o PIEB, aprovado nesta COINS e constituído de mais de 350 tabelas, é um programa ideal para execução, contínua e progressiva, a prazo dilatado. Se parecer, em certos campos, limitado ou restrito, atendeu a prudência da seleção de dados estatísticos essenciais de obter; se, em outros campos, insere numerosas tabelas cujos dados são de difícil obtenção, representa o consenso geral de que os mesmos dados são desejáveis e úteis aos programas de desenvolvimento econômico e social.

Finalmente, desejo ressaltar o sentido novo dado pela COINS a cooperação técnica e financeira para maior proveito de desenvolvimento do PIEB, definindo a importância da multilateralidade que se deve revestir esse mister. Ainda que o assunto extravase do seu limitado campo de ação técnica, deixou a COINS uma valiosa indicação para estudo da próxima Conferência Interamericana e, desde já, inoculou nos seus membros principais a idéia de plena e decidida cooperação recíproca, em especial no que toca aos projetos de que participem organismos internacionais.

IV - CONCLUSÃO

Não poderia concluir, sem fazer menção de que tão auspiciosos acontecimentos, aqui mencionados, venham ter curso nesta sessão da COINS, realizada na capital da hospitaleira República Panamenha.

Esta terra e sua gente tem um determinismo geográfico e histórico que os fazem tornar-se traço de união entre as Américas e elo de comunicações marítimas entre os cinco continentes.

Desde a descoberta de Novo Mundo, Panamá registra memoráveis e inolvidáveis fatos. Aqui mesmo, neste sítio, o espanhol Vasco Núñez de Balboa avistou, em 1513, o grande Mar do Sul, abrindo-o ao intenso tráfego marítimo dos famosos galeões

de prata que transportaram as riquezas incáicas à metropole europeia. Rompidos em 1821 os grilhões que prendiam à colônia a corôa ibérica, optaram os panamenhos pela sua união à Gran-Colômbia, como integração territorial do antigo Vice-Reinado de Nova Granada, e em afinidade com os ideais comunitários do libertador Simón Bolívar.

Posteriormente, em 1903, integrado à comunidade americana como nação soberana, veio o Panamá a permitir fôsse seu território escolhido para que a mão do homem alterasse a natureza, e unisse, através dêle, os oceanos.

Terra de tantas tradições e povo de tão excelsas virtudes serviu de cenário e abrigo a esta VIII Sessão da COINS, o que constituirá, por certo, um estímulo a um feliz augúrio para que as deliberações aqui tomadas sejam a todo custo cumpridas, com a inteligência e o entusiasmo que estão a merecer de todos nós, dentro do espírito de total, plena e recíproca cooperação que certamente constituirá mais um sólido e importante vínculo a unir as nações americanas.

GSV/RM.

Discurso proferido pelo Tenente-Coronel Gerardo Seiçal Vidal, ao transitar o cargo de Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, no dia 2 de outubro de 1964, no Gabinete da Presidência do IBGE.

A Revolução de 31 de março fez-se e tornou-se vitoriosa porque representa aspirações do povo e das elites do País. Ela assumiu com promissão com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística quando pôs um General na sua Presidência e convocou, no auge de sua crise, um oficial do Estado-Maior do Exército para dirigir o seu órgão maior, a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística.

Assumindo os a 6 de abril de 1964 o encargo, abrindo os portões da casa, então fechados pela Polícia, e preparados para enfrentar os problemas difíceis que desafiariam muitos dos que nos antecederam no elevado posto. Não eram os neófitos no tratamento das suas questões, intrincadas umas, deturpadas outras, encobertas algumas e muitas e muitas consideradas inperscrutáveis ou, talvez mesmo, insolúveis ...

Senão saber, haviam os sido paulatinamente preparados para o cargo, ao ganhando experiências sucessivas com o assessor, suplente e várias vezes representante do Exército na Junta Executiva Central, desde junho de 1960, representante efetivo do Estado-Maior do Exército na Comissão Técnica de Revisão e Aperfeiçoamento das Campanhas Estatísticas (CTRACE) desde novembro do mesmo ano; participante do Grupo de Trabalho da COPLAN que estudou e propôs ao Governo a reorganização das estatísticas nacionais; além de oficial adjunto e eventualmente chefe da Subseção de Estatística do IBGE durante quatro anos.

A curiosidade, de início, a necessidade de conhecer o funcionamento do Sistema Estatístico Nacional, em seguida, e o inconfornismo com o raras da rotina dos absurdos - repetidos por tradição - conduziram-nos à paixão pelo estudo de idéias novas que vivificassem o órgão e permitissem a produção, racional e oportuna, das estatísticas que o País reclama.

É sabido, e tem sido repetido adiante, que as atuais falhas na estrutura do CNE impedem o seu pleno rendimento e dificultam soluções, a curto prazo, de alguns dos seus mais graves problemas. Referendar os tal conceito, não seria alertar que outras causas circunstanciais, ligadas à conjuntura da instituição, exigem de imediato incisivas e permanentes medidas - não transitórias e paliativas - para correção do funcionamento do órgão e melhoria de seu rendimento, com vistas ao fim precípuo de sua existência, com o órgão executor da coordenação das estatísticas

oficiais no País.

Enfrentar os aquelas causas no decisivo propósito de dirimi-las, ou canalá-las, para obter efeitos imediatos e positivos.

Em primeiro lugar, procura-se descaracterizar a influência político-partidária ou a de elementos adventícios dentro do órgão. A Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística - porque aplica recursos anuais da ordem de 10 bilhões de cruzeiros, dispõe de 5100 funcionários na Administração Central e nas Inspetorias e conta com 2100 Agências de Estatística instaladas em todo o vasto território nacional - tem suscitado a cobiça de políticos ou de pessoas influentes que tem procurado desfigurar sua natureza eminentemente técnica e servir a outros fins que não a produção de estatísticas fundamentais, básicas para os programas dos Governos Nacional e Regionais.

As implicações funcionais da atividade da Secretaria-Geral no âmbito federal, estadual e municipal, e o sistema já arrecadação da taxa de estatística municipal colidem com interesses distintos, nem sempre concorrentes, e cuja integração, no passado, constituiu apanágio da genial criação de Teixeira de Freitas. Ainda hoje, apesar do esforço renovador da Revolução podemos sentir sobre o IBGE os insopitáveis anseios de interferências, de perturbação, de agitação, de compromissos inteiramente divergentes com o interesse maior do órgão. Todavia, nestes seis meses, nenhuma desses fatores estranhos pôde tumultuar os trabalhos; não há um só servidor da Secretaria-Geral promovido ou nomeado senão dentro de critérios pré-estabelecidos e oficialmente divulgados, com vistas ao interesse do serviço, ou sem prejuízo do mesmo, quando o deslocamento do servidor atendia a meridianas razões de humanidade.

A convocação do funcionalismo para a novel tarefa de restauração moral, administrativa e técnica fez-se com inusitado esforço. Buscou-se um contato com cada servidor através do recurso de publicações e cartazes, visando à emulação individual. Insistiu-se em que o exemplo, diariamente exercitado, da conduta de chefes de todas as graduações, se constituísse no grande vetor de estímulo ao trabalho, sem suberviências, isento de lisonja, movido exclusivamente pelo ideal de bem servir à Instituição e não aos honras que eventualmente a dirigem.

No campo dos estudos para reformulação das estatísticas ou de suas bases institucionais, vale recordar os eventos mais expressivos já ocorridos. Em 1958, o I Seminário de Estatística, patrocinado pela Confederação Nacional da Indústria e pelo Instituto Roberto Simonsen para o Desenvolvimento Econômico, ofereceu 42 recomendações, que foram incorporadas aos anais da Casa, mas bem pouco afetaram o incremento de suas atividades.

Em 1962, por decisão do Poder Executivo, foi cons

tituído, na Comissão Nacional de Planejamento, um Grupo de Trabalho para propor a reorganização das estatísticas nacionais, "com o objetivo de possibilitar a sua ampliação e atualização, em função das necessidades do planejamento econômico e social do País". O extenso "Relatório Final" do referido Grupo - a que infelizmente não se apensaram as atas de suas 17 memoráveis reuniões e, por isso, ficaram condenadas desde logo ao desconhecimento - foi encaminhado ao Ministério Extraordinário para a Reforma Administrativa e agora é um marco histórico, sem ter produzido qualquer fruto das sentenças lançadas.

Finalmente, a atual Administração julgou de bom alvitre convidar eficiente técnico brasileiro, dos quadros do IBGE - afastado do País desde 1952 e dirigente técnico do Instituto Interamericano de Estatística (IASI) desde 1955 - a contribuir com sua valiosa parcela para o equacionamento desse vital problema. Tulo Montenegro, acatado, respeitado e consultado por vários países do Continente, teve assim oportunidade de, num labor intenso de 30 dias, assenhorar-se da difícil situação da estatística brasileira e apresentar relatório, divulgado, já, em duas pequenas edições. Ao despedir-nos do ilustre visitante, em carta tornada pública nos fastos da Casa, de 3 de junho de 64, asseveramos:

"Podéis estar confiantes em que as vossas recomendações não se incorporarão a tantas outras feitas, sem o estudo consequente e a adoção das medidas corretivas. Desde já, a Secretaria-Geral as está estudando, e, enquanto tiver a honra de conduzi-la, o seu atual dirigente não abandonará a senda do trabalho renovador e profícuo, que se abre para ela nas linhas-nestras de vossas conclusões."

Tantas são as condicionais para o perfeito funcionamento do Conselho Nacional de Estatística, que não tergiversamos em afirmar, ser necessariamente, as ações imperativas da alçada do Governo, pois, na sua maioria, extravasam a capacidade de atuação do IBGE.

Na estatística nacional não há falta de recursos, mas de concentração dos mesmos. A legislação orgânica do CNE não é arcaica pela sua longevidade, mas pela inutilidade de seu conteúdo, que serve, hoje, mais para provar não ser possível possuir estatísticas básicas coordenadas, do que para capacitar a sua plena produção. O balanço constrangedor da situação das estatísticas disponíveis pode ser, sem parcialidade, deduzido da comparação com o Programa Interamericano de Estatísticas Básicas, aprovado na recente VIII Sessão da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais (COINE), de que tive a honra de participar. Pois bem, das 350 tabelas, consideradas essenciais pelos países americanos, dispomos somente de informações sobre 133 tabelas, ou seja 38% do necessário e indispensável aos programas de desenvolvimento econômico e social. Isto só, bastaria para atestar que estamos diante

de um problema de Governo!

Poderia parecer ocioso repisar que o Conselho Nacional de Estatística só tem um parâmetro de eficiência: a produção de estatísticas! Mas, ao fazê-lo, insistimos em que não se pode cruzar os braços, antes que o órgão possa oferecer ao Governo, aos grandes usuários e ao público em geral, os números que traduzam a realidade nacional - por mais irreverentes que sejam ...

A Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, nos seis meses de nossa gestão, aplicou-se, a plena força, na consecução de trabalhos dentro da nova filosofia de administração que lhe impuseram. Elaborou-se: um anteprojeto, logo transformado no Decreto nº 53.947, de 5 de junho deste ano, revitalizando os Convênios Nacionais de Estatística Municipal, por lhes conferir a solidez de que careciam, envolvidos que foram, no correr dos anos, na trama da política de campanário que, no passado, infestou a nossa "cellula mater" o Município. Em seguida, ofereceu-se um novo projeto de lei dispondo sobre a obrigatoriedade de prestação de informações estatísticas, cuja necessidade é sobejantemente reconhecida, bastando citar que os estudos, nesse sentido, se iniciaram em processo datado de 1952! Ainda, na área legislativa, acabamos de encaminhar à Presidência do Instituto projeto de emenda constitucional, capacitando a União a definir Diretrizes e Bases da Estatística em termos nacionais.

Foram constituídos quatro importantes Grupos de Trabalho para estudar e propor medidas relativas a planificação das estatísticas nacionais, revisão da rede de coleta, centralização do processamento de dados, e, finalmente, inventário dos levantamentos estatísticos e dos registros administrativos de interesse estatístico. Tais estudos estão em curso e propiciarão subsídios valiosíssimos para a atual Administração.

Deixam os também acervo de documentos que marcarão a avidez pela mudança radical de antigos métodos de trabalho, conformados com o "status quo" da estatística brasileira. Aí estão 9 Diretrizes, 8 Normas de Serviço e 19 resenhas de reunião dos Diretores da Secretaria-Geral para atestar o esforço com o qual a equipe que dirigimos.

Nas duas últimas semanas foram preparados documentos, oferecidos à Presidência do IBGE e aos seus auxiliares diretos, tratando da nossa administração de 6 meses, da VIII Sessão da COINS e do projeto de mecanismo de cooperação recíproca interamericana, para apresentação à Junta Coordenadora da COINS, de cujo seio nos afastamos neste instante.

São estas as considerações que justificam nossa passagem transitória pela Secretaria-Geral do CNE. Os resultados positivos e o muito do esforço despendido para consegui-lo devem-se ex

exclusivamente à extraordinária equipe que reuniu os nos postos-chaves do órgão e à compreensão da maioria dos servidores pelas tarefas a executar.

Foi uma experiência que pôs à prova o valor pessoal e coletivo dos ibgeanos, atestando o entusiasmo e a proficiência de quantos - mobilizados no esforço comum - receberam e cumpriram missões especiais.

Ao passar o honroso cargo de Secretário-Geral, agradeço os o apoio do Excelentíssimo Senhor General Aginaldo José Senna Campos, Presidente do IBGE; de meus antigos colaboradores e de tantos quantos, anonimamente ou não, cooperaram conosco na realização dos trabalhos a que nos devotamos, desejando, por fim, pleno êxito ao nosso substituto, senhor Sebastião Ayres.

Nós, que tantas e tantas vezes exigimos que as tarefas fossem cumpridas - à risca - custasse o que custasse - cumprimos nossa missão e também entregamos, vencendo dificuldades, "UMA MENSAGEM A GARCIA" !